



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
MESTRADO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL - PPGADRS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LISANE CARVALHO

**AGROECOLOGIA – UM TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NOS
ASSENTAMENTOS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE NO
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU/PR**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

LISANE CARVALHO

**AGROECOLOGIA – UM TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NOS
ASSENTAMENTOS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE NO
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU/PR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS/ Campus Laranjeiras do Sul - PR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anelise Graciele Rambo

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Janete Stoffel

**LARANJEIRAS DO
SUL 2017**

FICHA CATALOGRÁFICA

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Carvalho, Lisane

AGROECOLOGIA ? UM TERRITÓRIO EM CONSTRUÇÃO::
CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NOS
ASSENTAMENTOS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE NO
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU/PR/ Lisane Carvalho.
-- 2017.
176 f.:il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anelise Graciele Rambo.

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Janete Stoffel.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em
Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável -
PPGADR, Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Agroecologia. 2. Território. 3.
Reterritorialização. 4. Assentamentos Rurais. I. Rambo,
Prof^a. Dr^a. Anelise Graciele, orient. II. Stoffel,
Prof^a. Dr^a. Janete, co-orient. III. Universidade Federal
da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LISANE CARVALHO


TÍTULO: “Agroecologia – um território em construção: considerações acerca das experiências agroecológicas nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire no Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR”.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADR da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, defendido em banca examinadora em 26/09/2017


Presidente da Banca: Prof^a. Dr^a. Anelise Graciele Rambo

Aprovado em: 26/09/2017


BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Anelise Graciele Rambo (UFRGS)



Prof^a. Dr^a. Daniela Oliveira (UFRGS/Membro Externo)



Prof^o. Dr^o. Roberto Antônio Finatto (UFFS)

Laranjeiras do Sul/PR, setembro de 2017

Este trabalho é dedicado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e as entidades e organizações do campo, que vem ao longo da história sendo construtores de um novo modelo de sociedade, mais igualitário, mais digno, um modelo de sociedade que eu também acho possível, com muita luta e organização.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, motivo da minha existência, meu refugio e fortaleza.

As muitas pessoas, sem as quais esse trabalho não seria possível:

A meu amado companheiro de vida e de Luta Joel Capitani, sem o seu auxilio, compreensão, e apoio esse trabalho não se tornaria possível. Você é a outra metade que me completa.

Aos meus pais, Elvandir Carvalho e Jacy Pereira Nunes Carvalho, que também lutaram pelo sonho da terra, camponeses expropriados e que através da conquista da terra conseguiram construir uma vida digna, obrigado por me ensinar o verdadeiro valor das coisas, por me ensinaram a vencer as afrontas da vida cotidiana e me mostrar o caminho a seguir. Amo vocês!

Aos meus irmãos Marcos Carvalho e Elaine Carvalho Ródio e suas famílias, obrigado pelo apoio e força. Amo vocês.

A toda equipe da UFFS e do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGADRS. Obrigado pelos esforços e dedicação.

Aos meus colegas e professores do PPGADRS, que nos proporcionaram ricos debates e construção do conhecimento.

A Minha querida Orientadora professora Dr^a Anelise Graciele Rambo, obrigado pela imensa dedicação, compreensão, e acima de tudo obrigado por compreender meus limites e por me ajudar a superá-los. Você é Nota 1000.

A Minha Co-orientadora professora Dr^a Janete Stoffel, que apesar dos seus muitos afazeres, diretora, professora, esposa e mais recente mãe, mesmo assim tirou tempo pra contribuir com esse trabalho.

A todas as famílias sócias da Coopaia, sem as qual não haveria nenhum trabalho, obrigado pelo carinho e recepção e por partilharem parte da vida de vocês.

Aos representantes das entidades e organizações que nos receberam com toda disponibilidade possível, muito obrigado: Ceagro, Crehnor, Coopaia, UFFS, Núcleo Luta Camponesa e MST.

As minhas guias e companheiras de estradas, Viviane e Fernanda, foi bom partilhar esses momentos com vocês.

Enfim, obrigado a todos e a todas que contribuíram de uma forma ou de outra para a realização desse trabalho.

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une (SANTOS, 2000a, p. 17).

RESUMO

Nesse estudo buscamos tratar de processos de reterritorialização de camponeses assentados, desencadeados por práticas agroecológicas, no município de Rio Bonito do Iguçu, Região Centro-Sul do estado do Paraná. Trata-se dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. Entendemos que a Revolução Verde e o processo de modernização da agricultura expropriaram os pequenos agricultores, desterritorializando-os. Já os assentamentos são representativos de um processo de reterritorialização destes camponeses. Entretanto, entendemos que esta reterritorialização deva perpassar mais as práticas agroecológicas e menos aquelas convencionais, pautadas nos ditames da modernização, uma vez que foram justamente estas que contribuíram para a expropriação dos camponeses. Para evidenciar os processos de reterritorialização dos camponeses, as transformações territoriais evidenciadas pela disseminação das práticas agroecológicas, os enfrentamentos e disputas ocasionadas, os limites e avanços da agroecologia, os fatores e os atores que contribuem para as estratégias de territorialização dos camponeses, a ponto de podermos verificar em que medida há um território da agroecologia em construção nos utilizamos do referencial teórico dos geógrafos *Claude Raffestin*, *Marcos Aurelio Saquet*, *Bernardo Mançano Fernandes* e *Márcio Freitas Eduardo*. Nessa perspectiva a territorialização implica no exercício de poder de diferentes atores sobre o espaço, bem como conflitos e disputas, sobretudo entre agroecologia e o pacote tecnológico disseminado desde a modernização da agricultura. Vem daí o problema a ser pesquisado: Como está se dando o processo de reterritorialização dos camponeses por meio da territorialização da agroecologia? Dessa forma procuramos descrever e analisar as experiências agroecológicas que vem sendo realizadas nos assentamentos mencionados, apontando seus avanços e desafios. Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso, pautado na realização de entrevistas qualitativas semi-estruturadas, realizadas com 19 famílias assentadas que estão desenvolvendo práticas agroecológicas e 6 entidades/organizações representativas. Enquanto resultados, podemos apontar que a agroecologia se caracteriza num mecanismo de reterritorialização dos camponeses, possibilitando a permanência dos camponeses nos assentamentos, garantindo uma maior autonomia dos camponeses em relação aos condicionantes internos e externos. Além de identificarmos que há um território da agroecologia em construção, quando os assentados criam novas formas de organização do trabalho, quando lutam por política públicas diferenciada, quando lutam pela criação de cooperativas de produção e comercialização, por moradia, saúde, educação e pela garantia da renda. Porém, podemos observar que ainda há muitos desafios a serem superados, tais como, obtenção da certificação; ampliação de canais de comercialização; melhoria das barreiras vegetais e ampliação da consciência socioambiental da maioria das famílias assentadas que utilizam o modelo de produção da Revolução Verde.

Palavras Chaves: agroecologia, território, reterritorialização, assentamentos rurais, modernização da agricultura.

ABSTRACT

In this study, we tried to deal with reterritorialisation processes of settled peasants, triggered by agroecological practices, in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu, in the Center-South Region of the state of Paraná. These are the Ireno Alves dos Santos and Marcos Freire settlements. We understand that the Green Revolution and the process of modernization of agriculture expropriated small farmers, deterritorializing them. Already the settlements are representative of a process of reterritorialization of these peasants. However, we believe that this reterritorialization should go beyond agroecological practices and less conventional ones, based on the dictates of modernization, since they were precisely those that contributed to the expropriation of peasants. To demonstrate the processes of reterritorialization of peasants, the territorial transformations evidenced by the dissemination of agroecological practices, the conflicts and disputes caused, the limits and advances of agroecology, the factors and the actors that contribute to the strategies of territorialization of the peasants, to the extent that we can verify the extent to which there is a territory of agroecology under construction, we use the theoretical reference of the geographers Claude Raffestin, Marcos Aurelio Saquet, Bernardo Mançano Fernandes and Márcio Freitas Eduardo. In this perspective the territorialization implies in the exercise of power of different actors on the space, as well as conflicts and disputes, mainly between agroecology and the technological package disseminated since the modernization of agriculture. From this comes the problem to be researched: How is the process of reterritorialization of the peasants being given through the territorialization of agroecology? In this way we try to describe and analyze the agroecological experiences that have been carried out in the mentioned settlements, pointing out their advances and challenges. Methodologically, this is a case study, based on semi-structured qualitative interviews conducted with 19 settled families who are developing agroecological practices and 6 representative entities / organizations. As results, we can contribute that the agroecology is characterized in a mechanism of reterritorialization of the peasants, allowing the permanence of the peasants in the settlements, guaranteeing greater autonomy of the peasants in relation to the internal and external conditions. Besides identifying that there is a territory of agroecology under construction, when settlers create new forms of work organization, when they fight for differentiated public policy, when they fight for the creation of cooperatives of production and commercialization, for housing, health, education and income security. However, we can observe that there are still many challenges to be overcome, such as obtaining certification; expansion of marketing channels; improving plant barriers and increasing the socio-environmental awareness of the majority of settled families that use the model of production of the Green Revolution.

Keywords: agroecology, territory, reterritorialization, rural settlements, modernization of agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Acampamento no Buraco, Rio Bonito do Iguaçu, 1996.....	83
Figura 02: A Luta Pela Terra: A Marcha De Uma Coluna Humana - Sebastião Salgado (Ocupação da Fazenda Giacometi-Marondin,17/04/1996).....	84
Figura 03 : Localização dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire dentro do município de Rio Bonito do Iguaçu, área de estudo.....	87
Figura 04: Sede do Ceagro - Laranjeiras do Sul/PR.....	97
Figura 05: Imagem aérea da Unidade do Cavaco. Cantagalo/PR.....	98
Figura 06: Imagem da unidade da Vila Velha. Fonte: Arquivo do Ceagro.....	98
Figura 07: Logo Ceagro e logo alusivo a seus 20 anos.....	100
Figura 08: Imagens representativas de ações do Ceagro para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia.....	102
Figura 09: Assentamentos Rurais no Território Cantuquiriguaçu – 1984-2009.....	104
Figura 10: Imagens representativas de ações do Núcleo Luta Camponesa para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia.....	107
Figura 11: UFFS - Campus Laranjeiras do Sul.....	109
Figura 12: Imagens representativas de ações da UFFS para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia.....	111
Figura 13: Imagens representativas de ações do Coopaia para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia.....	113
Figura 14: Imagens representativas de ações da Crehnor para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia.....	116
Figura 15: Preparo da massa e embalagens dos pães.....	119
Figura 16: agroindústria do melado e produtos aptos para venda.....	120
Figura 17: Representação por categorias dos elementos motivadores para produção agroecológica.....	122
Figura 18: Representação por categorias dos elementos facilitadores da territorialização da agroecologia, citados pelos atores.....	126
Figura 19: Representação por categoria dos principais avanços da territorialização da agroecologia de acordo com as famílias assentadas.....	132
Figura 20: Representação por categorias dos principais fatores limitantes da territorialização da agroecologia de acordo com atores.....	135
Figura 21: Representação por categorias dos principais fatores limitantes da agroecologia de acordo com as famílias assentadas.....	138

Figura 22: Mapa mental elaborado pela família “K” do Antes e Depois da produção agroecológica.....	154
Figura 23: Mapa mental elaborado pela família “J” do Antes e Depois da produção agroecológica.....	155
Figura 24: Mapa mental elaborado pela família “H” do Antes e Depois da produção agroecológica.....	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Cultivo de soja/Brasil - safras de 1976/1977 à 2016/2017.....	30
Gráfico 02: Dados da população urbana e rural no Brasil – (1960,1970,1980,1991,2000,2010).....	31
Gráfico 03: % de utilização de agrotóxicos por Estado (esquerda) e % de utilização de agrotóxicos por Cultivo (direita) Fonte: BRASIL, 2015. Organização própria.....	32
Gráfico 04: Estrutura Fundiária de Rio Bonito do Iguaçu-PR.....	88
Gráfico 05: Trajetória das famílias nos assentamentos.....	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Dinâmica da concentração da propriedade da terra no Brasil medida pelos imóveis - 2003/2010.....	33
Quadro 02: Projetos de Assentamentos no Oeste Paranaense e no Centro-Sul Paranaense.....	43
Quadro 03: Objetivos da reforma agrária do MST.....	47
Quadro 04: Medidas necessárias para implementação da Reforma Agrária do MST....	48
Quadro 05: Agriculturas alternativas.....	58
Quadro 06: Lista de Entidades que criaram a Rede de Agroecologia do Território Cantuquiriguaçu.....	96
Quadro 07: Objetivo do Ceagro.....	99
Quadro 8: Cursos na UFFS,que contribui para reterritorialização da agroecologia.....	110
Quadro 9: objetivos da Coopaia segundo seu Estatuto.....	112
Quadro 10: Papel dos atores na territorialização da agroecologia.....	117
Quadro 11: Famílias sócias da Coopaia, envolvidas na produção Agroecológicas.....	118
Quadro 12 : Motivos que levaram as famílias a produzir de forma agroecológica.....	121
Quadro 13: Avanços que favorecem a reterritorialização dos camponeses por meio da agroecologia, citados pelos atores.....	124
Quadro 14: Categorias facilitadoras da territorialização da agroecologia, citados pelos atores.....	125
Quadro 15: Avanços da territorialização da agroecologia, citados pelos assentados....	133
Quadro 16: Elementos limitantes da territorialização da agroecologia de acordo com atores.....	135
Quadro 17: Categorias limitantes da territorialização da agroecologia, citados pelas famílias assentadas.....	138
Quadro 18: Informações gerais sobre as famílias estudadas.....	141
Quadro 19:Repercussões territoriais que favorecem a reterritorialização dos camponeses por meio da agroecologia	152

LISTA DE SIGLAS

- ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ACAMF - Associação Comunitária do Assentamento Marcos Freire
- ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola
- APPs - Áreas de Preservação Permanentes
- AQUANEA – Núcleo de Estudos em Aquicultura com Enfoque Agroecológico
- ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
- CACIA - Central das Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos
- CCA/PR - Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná LTDA
- Ceagro - Centro de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia
- Coopaia - Cooperativa Agroecologia Ireno Alves
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário
- CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
- Coagri - Cooperativa dos Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária Centro-Oeste
- COOPCAL - Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CRESOL - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária
- Crehnor - Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos
- CVT – Centro Vocacional Tecnológico
- DEPES - Departamento de Promoção de Empresas Sociais
- EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAPEU- Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
- FCR – Fundo de Crédito Rotativo.
- FESA – Feira Regional de Economia Solidária e Agroecologia
- FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GETSOP - Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná

GEECA – Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia

Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITEPA - Instituto Técnico de Educação da Reforma Agrária

MASTEN - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná

MASTES - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná

MAB - Movimentos dos Atingidos por Barragem

MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MDA –Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NECOOP - Núcleo de Estudo em Cooperação

NEA-SSAN Karu Porã - Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Karu Porã

NEA - Núcleo de Estudos em Agroecologia

NEDET – Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Territorial

OGMs – Organismo Geneticamente Modificados

ONG - Organização Não Governamental

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAs – Projetos de Assentamentos

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PET - Programa de Educação Tutorial

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimo

PIPMO - Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRV: Pastoreio Racional Voisin

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

RL – Reserva Legal

T-D-R - Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização

UDR – União Democrática Ruralista

UDR – União Democrática Ruralista

UFFS - Universidade da Fronteira Sul

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UPFC- Unidade de Produção Familiar Camponesa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. AGROECOLOGIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?	23
1.1. A REVOLUÇÃO VERDE E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O CAMPEINATO.....	24
1.2. MST: DA LUTA PELA TERRA À LUTA PELA AGROECOLOGIA	39
1.3. AGROECOLOGIA: DILEMAS, DESAFIOS E AVANÇOS.....	57
2. TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO PARA REFLETIR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS	66
2.1. TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER.....	66
2.2. TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E AGROECOLOGIA.....	73
3. A (RE) TERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES PELAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS	81
3.1 A GÊNESE E TRAJETÓRIA DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NOS ASSENTAMENTOS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE.....	82
3.2 OS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA	95
3.3 ELEMENTOS LIMITADORES E FACILITADORES DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NOS ASSENTAMENTOS	118
3.4 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DESENVOLVIDAS PELAS FAMÍLIAS.	140
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS	163

INTRODUÇÃO

Esse estudo traz elementos que buscam demonstrar como o modo de produção capitalista, por meio da Revolução Verde, vem transformando as dinâmicas territoriais locais. Este processo vem reconfigurando os laços sociais, econômicos, culturais e naturais, os quais foram sendo homogeneizados, em parte, pelo estímulo à produção de *commodities* agrícolas para suprir as demandas do processo de globalização.

As consequências da Revolução Verde também foram reconfigurando a dinâmica territorial dos assentamentos de reforma agrária. Ocasionalmente o uso intensivo dos recursos naturais, o agravamento de problemas ambientais e até mesmo a insegurança alimentar das famílias assentadas. Por sua vez, os problemas ocasionados pela modernização da agricultura, tem estimulado os agricultores familiares a buscarem alternativas mais sustentáveis, a exemplo da agroecologia, entendida por vários estudiosos como um modo de vida que se contrapõe ao modo de produção implementado no campo.

Quando analisamos os reflexos da Revolução Verde sobre os assentamentos de Reforma Agrária, podemos afirmar que estes se encontram em contínuo processo de disputa territorial. Primeiro, pela luta da terra, e segundo, pela permanência e manutenção da família na terra. Sendo assim, procuramos entender como estão sendo construídas as bases das experiências agroecológicas nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, localizados no município de Rio Bonito do Iguazu no Estado do Paraná. Assentamentos esses regularizados a partir de 1996, com 1.532 famílias, e com 20 anos de luta e história.

De acordo com dados levantados nesta pesquisa, há 34 UPFC nos dois assentamentos, que vem desenvolvendo como modo de vida e produção a agroecologia. Algumas unidades são mais avançadas – as unidades de produção familiar camponesa (UPFC) certificadas – outras possuem apenas partes certificadas. Outras ainda estão em processo de transição do convencional para o agroecológico. Há ainda famílias que tem interesse em desenvolver práticas agroecológicas, mas demandam maior apoio para implementá-las. Vem daí a importância de analisarmos e entendermos quais são as transformações territoriais evidenciadas pela disseminação das práticas agroecológicas, os enfrentamentos e disputas ocasionadas, os limites e avanços da agroecologia, os fatores e os atores que contribuem para as estratégias de territorialização dos

camponeses, a ponto de podermos verificar em que medida há um território da agroecologia em construção. Portanto, o problema de pesquisa deste estudo gira em torno do seguinte questionamento: Como está se dando o processo de reterritorialização dos camponeses por meio da territorialização da agroecologia?

Procuraremos evidenciar que as práticas agroecológicas permitem a reterritorialização dos camponeses, quando os empoderam, quando restauram a resiliência e a força do agroecossistema, com base na preservação da diversidade cultural, fundamento das agriculturas locais. E, na medida em que se constrói um contraponto a expropriação provocada pela Revolução Verde e pelo processo da modernização da agricultura, podemos considerar que há a construção do território da agroecologia.

Tal pesquisa se torna importante, pois poderá identificar os processos estratégicos comuns para os diferentes sujeitos que vivem e trabalham no campo, em especial aqueles que se dedicam à agroecologia. Por outro lado, a escolha deste objeto empírico tem relevância para esta pesquisadora, devido a sua família ser assentada no Ireno Alves dos Santos, e que por mais que atualmente não resida no assentamento, acompanha as dificuldades e limites que seus pais encontram ao desenvolver a produção convencional, soja e milho, destinada as cooperativas locais. Muitas vezes, a venda dos produtos só cobre os gastos investidos na produção, e assim, em períodos mais difíceis acabam arredando o lote. A família tem consciência da importância da agroecologia para saúde, para meio ambiente, fato que se reflete na produção feita sem veneno para consumo. Porém, quando se fala em fazer a transição, apontam várias barreiras, que foram levantadas pelas demais famílias assentadas entrevistadas. São elas: falta mão de obra, de recursos e equipamentos, de canais de comercialização e de políticas públicas que incentivem a produção agroecológica.

Essa consciência dos pais desta pesquisadora se deve, por um lado, a seu irmão que se formou técnico agropecuário, e mais recentemente, engenheiro ambiental, e por outro, pela autora desta pesquisa ter se formado geógrafa e ter atuado como assessora técnica do Centro de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia (Ceagro). O Ceagro vem desde sua fundação, em 1997, desenvolvendo formações em agroecologia, a assentados e filhos de assentados, e mais recentemente, a partir 2012, realiza assistência técnica e extensão rural, com princípios agroecológicos.

O objetivo geral desta pesquisa buscou analisar o processo de reterritorialização dos camponeses, através de experiências agroecológicas nos assentamentos Ireno Alves

dos Santos e Marcos Freire no Município de Rio Bonito do Iguçu – PR. Para conseguirmos entender as transformações territoriais evidenciadas pela disseminação das práticas agroecológicas, os enfrentamentos e disputas ocasionadas, os limites e avanços da agroecologia, os fatores e os sujeitos que contribuem para as estratégias de territorialização dos camponeses, organizamos o trabalho a partir de 4 objetivos específicos: 1) Identificar os fatores que contribuíram para a gênese das experiências agroecológicas nos assentamentos; 2) Verificar quais os atores envolvidos no processo de territorialização da agroecologia, o papel que desempenham e as estratégias que utilizam; 3) Reconhecer os elementos limitantes e facilitadores das experiências agroecológicas nos assentamentos; 4) Evidenciar transformações territoriais – nas dimensões social, ambiental e econômica – decorrentes das práticas agroecológicas desenvolvidas pelas famílias.

Como metodologia, optamos em realizar um estudo de caso, pautado na realização de entrevistas qualitativas semiestruturadas, a uma amostragem de 19 famílias de 34 famílias envolvidas no sistema agroecológico que são sócias da Coopaia, com base no grau de saturação das respostas encontradas, e mais 6 entrevistas que foram realizadas com entidades/organização que foram citadas pelas famílias, ao qual possuem representatividade nos assentamentos estudados. As 19 famílias, foram indicadas pelos representantes da Coopaia. Além do depoimento das famílias nos utilizamos das fotografias, enquanto representação da paisagem, que retratam transformações territoriais decorrentes, que são expressas pela diversidade alimentar, ambiental, social e cultural das famílias.

Como metodologia foi realizada ainda a observação participante, pela qual, segundo Becker (1994), o pesquisador coleta os dados participando do grupo ou organização, observando pessoas e seus comportamentos em situações de sua vida cotidiana. A observação participante foi realizada, devido envolvimento desta pesquisadora na assessoria técnica do CEAGRO e por ser filha de assentados. Dessa forma, foram aproveitadas atividades desenvolvidas pelo CEAGRO, tais como visitas às unidades de produção familiar camponesa, dias de campo, dias de formações e capacitações, entre outras atividades.

Para contribuir com nossa análise ainda nos valem de mapas mentais, elaborados pelas famílias, a qual solicitamos que fossem construídos croquis representando com eram suas UPFC antes e depois da agroecologia, demonstrando o que mudou. Baseando-se em Nogueira (1994), Archela, Gratão e Trostdorf (2004)

descrevem que os mapas mentais são representações do vivido. São os mapas que trocamos ao longo de nossa história com os lugares experienciados. No mapa mental, representação do saber percebido, o lugar se apresenta tal como ele é, com sua forma, histórias concretas e simbólicas, cujo imaginário é reconhecido como uma forma de apreensão do lugar. Considerando que os mapas mentais revelam como o lugar é compreendido e vivido, nos pareceu pertinente o uso de tal metodologia para demonstrar e caracterizar o processo de territorialização dos camponeses agroecológicos. Também nos apropriamos de fontes documentais, como relatórios, atas, editais, mapas, livros e outros documentos disponibilizados principalmente pelo CEAGRO. Como metodologia ainda desenvolvemos diagramas (figuras) a qual representamos por categorias de análises, segunda as famílias e as entidades/organizações, de quais foram os elementos motivadores, facilitadores, os avanços e os limites que contribuem para reterritorialização dos camponeses e a territorialização da agroecologia.

Dessa forma os principais indicadores analisados para avaliar a reterritorialização dos camponeses e a territorialização da agroecologia foram as mudanças na paisagem, o surgimento e atuação das entidades/organizações, permanência das famílias acampadas no assentamento, utilização de insumos orgânicos através da compra coletiva pela Coopaia e a entrega da produção para a PAA e PNAE.

Esse estudo está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata da Revolução Verde, enfatizando como esta implicou e ainda implica na desterritorialização dos camponeses e como este processo resulta na criação do MST. Apontamos, a partir daí, como o Movimento tem contribuído para reterritorialização dos camponeses, primeiro, na luta pela terra, depois, na luta pela agroecologia. Na sequência apresentamos elementos teóricos sobre a agroecologia, a qual consideramos enquanto ciência, prática e movimento (WEZEL, et al , 2016). Com isso procuramos identificar quais são os dilemas, desafios e avanços da agroecologia.

No segundo capítulo, abordamos os principais conceitos que nortearam esse trabalho, sendo território, territorialização, desterritorialização e reterritorialização. De acordo com Raffestin (1993), o território remete as relações de poder. Assim, a territorialização, segundo Haesbaert (2002) diz respeito ao conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade. Saquet (2009) esclarece que, se

de um lado há perda do território que inicialmente foi apropriado e reconstruído – uma desterritorialização – por outro lado, há o movimento de recriação e reprodução de elementos antigos em novos elementos, caracterizado como processo de reterritorialização. Nesse processo consideramos que a agroecologia funciona como um mecanismo que possibilita a reterritorialização das famílias assentadas, capaz de desencadear um processo de desenvolvimento rural sustentável, ao empoderar as famílias e reforçar seu poder sobre o território.

Reforçam Schneider e Menezes (2014) que os camponeses não apenas reagem ou se adaptam aos condicionantes externos, mas também são capazes de agir de forma propositiva. O agir de forma propositiva, tendo a agroecologia como um conjunto de práticas, como um movimento e como uma ciência, é o que sustenta nossa afirmação de que a mesma permite a reterritorialização dos camponeses desterritorializados pela modernização da agricultura.

No terceiro capítulo, trataremos do caso empírico, retratando a reterritorialização dos camponeses ao resgatar a origem e a trajetória das experiências agroecológicas, os atores envolvidos, os elementos limitantes e facilitadores das destas experiências e, por último, as mudanças ocorridas, as transformações territoriais expressas nas experiências das famílias assentadas dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. Em seguida, são apresentadas as considerações finais deste trabalho que representam o quarto capítulo.

1. AGROECOLOGIA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Iniciamos nossa discussão aqui, trazendo a questão levantada por Eduardo (2014):

o “fenômeno agroecológico trata-se de uma ciência ou de “simples” senso comum? É moderna ou retrógrada? Trata-se de um modelo de desenvolvimento em rede ou de práticas agropecuárias antiquadas fadadas a endemismos? Erige-se como movimento territorial (econômico, cultural, político-ideológico e ambiental), subsidiando a construção de territorialidades ativas” (Eduardo, 2014 p. 56).

O apontamento do autor evidencia a complexidade e os embates que se constroem em torno da agroecologia. Assim sendo, neste capítulo pretendemos levantar questões que nos parecem muito importantes ao debate em torno da agroecologia. Cada vez mais, observamos que os princípios agroecológicos estão sendo consideravelmente debatidos e reconhecidos, seja na sociedade como um todo, pelo aumento da procura por alimentos mais saudáveis, com mais preocupação com meio ambiente, seja no âmbito dos movimentos sociais e intelectuais, como modo de vida, como prática e como uma ciência em construção.

A agroecologia parte da discussão de outro sistema de produção, fazendo contraponto aos ditames perversos do capitalismo, que por meio da Revolução Verde, ao longo dos anos, vem transformando as dinâmicas territoriais locais. Vem reconfigurando os laços sociais, econômicos, culturais e naturais, os quais foram sendo homogeneizados, em parte, pelo estímulo à produção de *commodities* agrícolas para suprir as demandas do processo de globalização.

Já a agroecologia tem como ponto de partida aquilo que os agricultores familiares detêm em suas unidades de produção e no seu modo de vida. Busca assim, fortalecer agriculturas mais sustentáveis (CAPORAL, 2009) que historicamente vinham sendo desenvolvidas pelas famílias camponesas, atividades e ações pautadas por uma organização social densa. Entendemos ainda que a agroecologia só é possível de ser praticada por comunidades de agricultores familiares, sendo incompatível em latifúndios e monopólios.

É nesse processo contínuo da luta que os camponeses, na incessante busca de superar suas necessidades, acabam buscando alternativas, sendo uma delas, o debate e a qualificação da agroecologia nos assentamentos de reforma agrária. A agroecologia é entendida assim como

uma ciência para o futuro sustentável. Isto porque, ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, ou dos modos isolacionistas das ciências convencionais, baseadas no paradigma cartesiano, a Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística. (CAPORAL, PAULUS, COSTABEBER, 2009, p. 73).

A partir dessas colocações, discutiremos na primeira seção deste capítulo questões relacionadas à Revolução Verde e suas implicações sobre o campesinato, apontando, ao final, como a agroecologia passa a ser um instrumento político de enfrentamento ao agronegócio. Já na segunda seção, abordaremos a história e atuação do MST sua luta pela terra a luta pela agroecologia, discutindo-a enquanto possibilidade de estabelecer novas reflexões em torno da agricultura e das relações humanas.

Já na última seção deste capítulo, abordaremos o que entendemos por agroecologia, sua história, enquanto ciência em construção e modo de vida e produção.

1.1. A REVOLUÇÃO VERDE E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O CAMPESINATO

Entre 10.000 e 5.000 anos antes de nossa Era, algumas sociedades neolíticas começaram a semear e manter animais em cativeiro, com vistas a multiplicá-los e utilizar-se de seus produtos. Após algum tempo, essas plantas e esses animais especialmente escolhidos e explorados foram domesticados e, dessa forma, as sociedades de predadores se transformaram em sociedades de cultivadores. Desde então, essas sociedades introduziram e desenvolveram espécies domesticadas na maior parte dos ecossistemas do planeta, transformando-os por seu trabalho, em ecossistemas cultivados, artificializados, cada vez mais distintos dos ecossistemas naturais originais. Essa passagem da predação à agricultura, ou seja, a revolução agrícola neolítica foi a primeira revolução que transformou a economia humana (MAZOYER, ROUNDART, 2010).

Inicialmente, a agricultura era extremamente dependente das condições oferecidas pela natureza. Em meados de 1900, se praticava agricultura no mundo todo, seguindo de modo geral, os mesmos procedimentos de mil anos atrás. Os agricultores utilizavam a força humana e animal para quase todos os trabalhos em suas terras. Seus

fertilizantes eram o esterco, restos de cultivos e outras matérias orgânicas do próprio lugar, se combatia as pragas nas lavouras pelo sistema de rotação de cultivos e pelo pousio (MCNEILL, 2011).

Os processos que marcaram a agricultura tradicional, baseada em técnicas rudimentares, trabalho familiar, pela produção de policultivos e para autoconsumo, comercializando-se apenas o excedente, foram sendo alterados com o tempo através das descobertas e das técnicas ligadas às atividades agrícolas. Dessa forma, foi se alcançando certo grau de independência em relação ao ambiente. Isso resultou em processos organizativos mais dependentes de fatores externos. O trabalho passa a ser dividido entre os setores da economia. Assim, o agricultor torna-se dependente dos demais setores o que leva muitos a se tornarem assalariados, arrendatários, posseiros, sem terras, desempregados.

Esse processo pelo qual passa a agricultura, não pode ser compreendido apenas com enfoque setorial das atividades produtivas. A agricultura passa a ser um dos setores da economia que se torna dependente da dinâmica dos setores industriais e das formas e graus de interações dessas atividades com o setor agrário (SALAMONI, GERARDI, 1995). Assim como afirma Silva:

A agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. (SILVA, 1997, p. 1)

Nesse sentido, o campo e a cidade mesmo sendo visivelmente diferentes fazem parte de uma mesma realidade. Ambos são comandados pelo setor urbano-industrial, espaço central das decisões econômicas, políticas e sociais, que faz girar o sistema produtivo do país. A forma de produzir e a organização dos mercados agrícolas estão estreitamente ligada a esse setor urbano-industrial que fornece meios de produção mais modernos, e as agroindústrias que processam os produtos agropecuários, fato esse, que tornou o campo refém, mudou as formas de produzir que estavam ligados unicamente a agricultura tradicional mais autônoma, passando para uma agricultura mais controlada, a agricultura de mercado (SALAMONI, GERARDI, 1995).

É importante ressaltar que o ciclo das descobertas de novas técnicas agrícolas, se desenvolveu de forma mais acentuada no período do Pós-Guerra, momento caracterizado como Revolução Verde, expressão criada em 1966, por William Gown, em uma conferência em Washington. O mesmo afirmou a um pequeno grupo de pessoas

interessadas no desenvolvimento de países com déficit de alimentos, que a Revolução Verde seria feita a base de tecnologia, e não do sofrimento do povo. A implantação de novas técnicas agrícolas iniciou-se no fim da década de 1940, porém os resultados expressivos foram obtidos durante as décadas de 1960 e 1970, quando países em desenvolvimento aumentaram significativamente sua produção agrícola (DUNK, 2015).

O objetivo da Revolução Verde consistia em aumentar a produção e produtividade agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo e utilização de máquinas no campo. Isso se daria através do desenvolvimento de sementes adequadas aos tipos específicos de solos e climas, adaptação do solo ao plantio e desenvolvimento de máquinas, com principal discurso de mitigar a fome da humanidade (SAUER, BALESTRO, 2013; BRUM, 1988).

Basicamente, a modernização da agricultura consistia na introdução de máquinas e equipamentos, uso intensivo de pesticidas e fertilizantes, novas técnicas de plantio e manejo do solo, colheita e armazenamento da produção (RAMBO, 2006). Vale ressaltar que algumas das inovações utilizadas em larga escala na agricultura foram utilizadas durante a II Guerra Mundial¹. Segundo Gorgen (2004), os venenos da guerra viraram remédios para as plantas. Brum (1988) complementa destacando que através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização.

A expansão desse programa se deu através dos resultados de pesquisas e experimentos, realizados por cientistas contratados pela Fundação Rockefeller², com

¹ O primeiro agrotóxico foi desenvolvido na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e amplamente mais utilizado na Segunda Guerra (1939-1945) como arma química, sendo utilizado como defensivo agrícola após as guerras. Com a existência de grandes estoques desses venenos e alta capacidade de produção instalada nos parques industriais, os pesquisadores da época lembraram que se os mesmos podiam matar as pessoas poderiam matar os insetos. Com isso, os venenos “modernos” foram modificados para serem aplicados nas lavouras. O primeiro veneno foi o composto orgânico dicloro-difenil-tricloroetano (DDT) desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial, um organoclorado de grande poder inseticida, que tornou-se o mais utilizado dos novos agrotóxicos, antes mesmo que seus efeitos ambientais tivessem sido estudados. Em 1962, Rachel Carson publicou, nos EUA, o livro Primavera Silenciosa (Silent Spring), obra pioneira que detalhou os feitos adversos dos pesticidas e inseticidas químicos sintéticos, principiando o debate sobre as implicações da atividade humana sobre o ambiente e o custo ambiental dessa contaminação para a sociedade humana e a mensagem era diretamente dirigida para o uso indiscriminado do DDT. (RIBEIRO, PEREIRA, 2016) Outro exemplo foi o processo Haber-Bosch de síntese de amônia – extração de nitrogênio do ar - apesar de ter permitido avanços na agricultura, teve como consequência usos na indústria militar como explosivos (MCNEILL, 2011).

² A **Fundação Rockefeller**: é uma fundação criada em 1913 nos Estados Unidos, que define sua missão como sendo a de promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, ao ensino, à pesquisa e a filantropia. É caracterizada como associação beneficente e não governamental, que utiliza recursos próprios para realizar suas ações em vários países do mundo, principalmente os subdesenvolvidos. Sua atuação no

sede em Nova Iorque. O grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, fortaleceu corporações ligadas ao seu grupo através de vendas de verdadeiros pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México (GOES, 2009).

A Revolução Verde começa a ser implementada no Brasil a partir da década de 1960, quando se inicia o processo da modernização da agricultura brasileira, denominada por Silva (1988) de modernização conservadora, devido ao processo não ocorrer de forma homogênea pelo território brasileiro e, ao mesmo tempo, não alterar a estrutura fundiária no país.

Implementado pelo governo militar, após o golpe de 1964, o processo de modernização da agricultura destinou grandes somas de recursos financeiros, a juros baixos, com o principal foco de capitalizar os grandes proprietários, dando-lhes possibilidade de investimentos em máquinas e insumos (sementes, fertilizantes, inseticidas, etc.) Ou seja, foi implementado um verdadeiro pacote tecnológico, através do crédito subsidiado, aliado à oferta de assistência técnica, recursos públicos e privados para pesquisa, e formação de profissionais especializados nas técnicas de manejo da Revolução Verde como apontam Sauer e Balestro (2013). Evidencia-se que a modernização da agricultura estruturou-se em três linhas de ação: crédito rural, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural.

A estruturação da modernização da agricultura, de acordo com Delgado (2005) teve a manutenção e reprodução apoiada pelo Estado, o qual se torna o principal agente da dinâmica do capitalismo na agricultura, quando subsidia instrumentos para sua implantação, a exemplo de financiamento em longo prazo, para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, desde a produção até a comercialização. Incorpora características como: controle do comércio agrícola, políticas de livre mercado em benefício a grandes empresas transnacionais.

Dessa maneira, segundo Delgado (2005), o Estado perde sua função, quando passa a ser utilizado como ferramenta dentro da dinâmica do capitalismo na agricultura, quando perde o controle das empresas, quando deixa de controlar os estoques, os preços da produção agrícola e dos alimentos. Com isso, as empresas criam seu próprio

Brasil data de 1916, através de contato com importantes cientistas do país. No entanto, foi em 1923 que o grupo estabeleceu convênio com o governo brasileiro, que garantiu a cooperação médica-sanitária e educacional para programas de erradicação das endemias, problema grave e caro ao governo, sobretudo em relação às regiões do interior, onde os trabalhos se concentraram no combate à febre amarela e mais tarde à malária (Fundação Oswaldo Cruz, 2016).

oligopólio, com incentivo da produção e do comércio agrícola para exportação. Dessa forma, a ação governamental acaba favorecendo as empresas com estímulos e subsídios na adoção de novas tecnologias, na organização da infra-estrutura com investimentos em grandes obras de logística para viabilizar a exportação. Delgado ainda observa

que o agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2005, p.47).

Dentre as políticas do Estado, cria-se em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com objetivo de realizar pesquisas para indústrias, testando e formulando diferentes produtos: sementes, raças, insumos, criando combinações de cultivos adaptados às diferentes regiões do país, com objetivo de homogeneização da agricultura (GÖRGEN, 2004). Já com o papel de levar os conhecimentos adquiridos dos centros de pesquisa e universidades aos agricultores, é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) ao nível nacional e, ao nível Estadual, as Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers), entre outras que se assemelham. (GÖRGEN, 2004).

Não se pode deixar de mencionar, conforme Berdegú (2002), que dentro do modelo agrícola produtivista de difusão de tecnologia da Revolução Verde, os agricultores tinham um papel bastante passivo de usuários de tecnologias. A única decisão que lhes cabia era adotar ou não os pacotes tecnológicos propostos.

Podemos considerar que a Revolução Verde teve seu êxito, no que se refere ao avanço tecnológico, ao aumento da produção e da produtividade, pois como ilustram Mazoyer e Roudart (2010) ao mensurar-se a produtividade bruta do trabalho agrícola pela produção de cereais ou de equivalente-cereal por trabalhador agrícola e por ano, é possível verificar que, em pouco mais de meio século, a relação entre a produtividade da agricultura menos produtiva do mundo, praticada exclusivamente com ferramentas manuais e a agricultura mais bem equipada e produtiva se acentuou: passou de 1 contra 10 no período do entre guerras, para 1 contra 2.000 no final do século XX.

Mas, apesar de mostrar um avanço na modernização tecnológica, com o incremento no uso de máquinas e equipamentos, com o aumento da produção e produtividade, da exportação de produtos primários, houve significativos impactos negativos. Afirmam Mazoyer e Roudart (2010) que a Revolução Verde é desenvolvida

por aproximadamente dois terços dos agricultores dos países em desenvolvimento e está empobrecendo ao extremo mais de um terço dos camponeses do planeta.

Já no caso brasileiro, com advento das tecnologias implantadas a partir da Revolução Verde, ocorreu um grande salto na produção de grãos. Em 1960 a área cultivada era de 22 milhões de hectares com uma produção de 17,2 milhões de toneladas de grãos. A produtividade correspondia a 783 quilos por hectares. Já em 2010, a área cultivada passou para 47,5 milhões de hectares, produzindo 150,8 milhões de toneladas de grão, com uma produtividade de 3.173 quilos por hectares. De acordo com esses dados de 1960 à 2010, houve um aumento de mais de 774 % da produção (BRASIL, 2016).

Um exemplo representativo da modernização da agricultura é a produção de soja no Brasil. De acordo com Campos (2010), a cultura da soja foi eleita, o “carro chefe” pelas mudanças ocorridas na base técnica da produção em meados da década de 1960. Para seu desenvolvimento, o Estado investiu em ofertas de créditos para compra de máquinas e insumos sem precedentes na história do Brasil. Criou políticas agrícolas de suporte aos cultivos de sojas tais como: crédito rural, estoques reguladores, política tecnológica, política de preços mínimos, entre outras ações, com o principal objetivo de incentivar e elevar a produção de soja, como demanda para exportação. Essa trajetória leva o Brasil a tornar-se o segundo maior produtor de soja do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Podemos observar de acordo com o Gráfico 1, que a produção de soja tem alcançado um grande crescimento. Na safra de 1976/1977 a produção foi de 12.145 toneladas. A safra de 2015/2016 foi de 95.434,60, ou seja, houve um aumento de 686% da produção de soja. Já a área de cultivo em 1976/1977, era de 6.949 ha. Passou em 2015/2016 para 33.251,90 ha, ou seja, com um aumento de 379%. Em relação a produtividade, em 1976/1977 era de 1.748 kg/ha, passando para 2015/2016 para 2.870 kg/há. Isso representou um aumento de 64%, se compararmos esse aumento com os aumentos da produção e da área de cultivo, o aumento da produtividade se torna pouco expressivo.

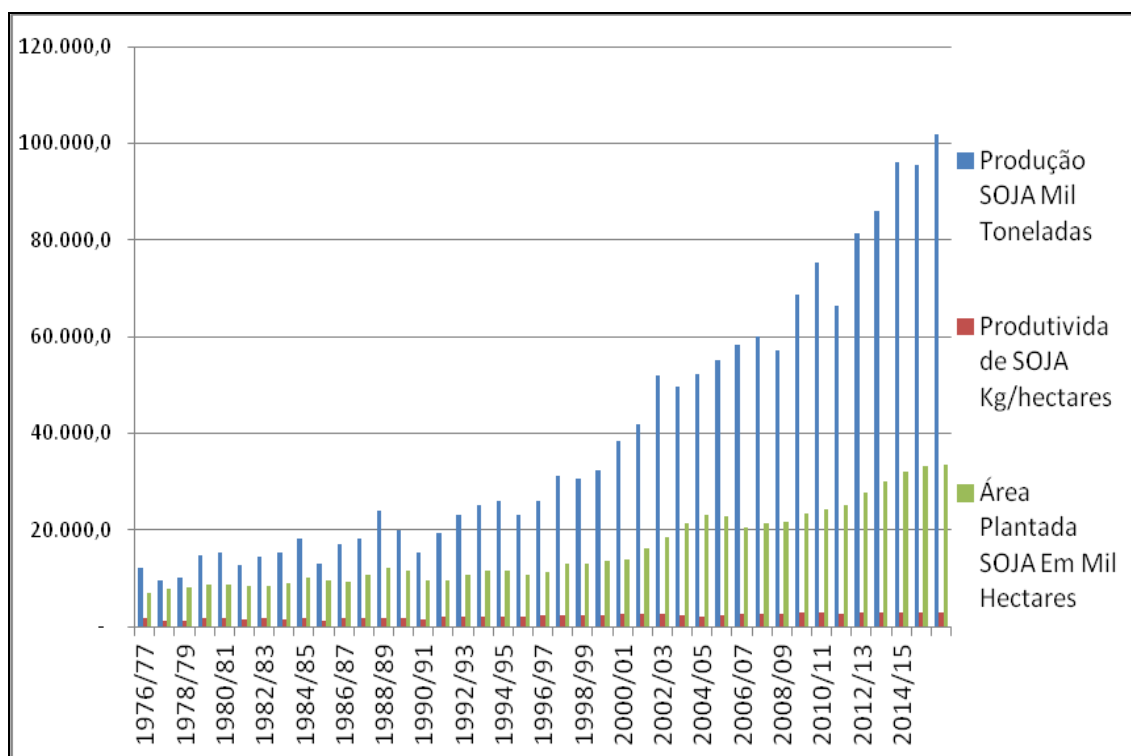


Gráfico 01- Cultivo de soja/Brasil - safras de 1976/1977 à 2016/2017

Fonte: (Brasil, 2016). Organização própria.

De acordo com Campos (2010), há quem considere a soja desbravadora de fronteiras, levando progresso e desenvolvimento a lugares e regiões despovoadas e desvalorizadas, a exemplo da região Centro-Oeste e da região Norte do Brasil, contribuindo para a urbanização dessas regiões, sobretudo da região Centro-Oeste. A soja foi também responsável por impulsionar e interiorizar a população brasileira, antes concentrada na região Sul, Sudeste e no litoral, além do desenvolvimento da agroindústria nacional, principalmente a avicultura e suinocultura. Segundo o autor,

o efetivo crescimento da produção de grãos, em especial da soja, foi considerada a força motriz no processo de transformação da agricultura brasileira tanto na expansão da área como no aumento da produtividade. De 1965 a 1998, a produção de grãos passou de 25,1 milhões para 79,8 milhões de toneladas: um crescimento de 216% (CAMPOS, 2010, p.4).

No entanto, todo esse progresso técnico gerado pela expansão da monocultura da soja tem ocasionado significativos impactos socioeconômicos e socioambientais. Desde mudanças nas culturas de subsistência, expulsão da população rural de suas terras, intoxicação por agrotóxicos, além de acentuar ainda mais as desigualdades sociais (BARRETO, 2004).

Os impactos socioeconômicos causados pelas transformações rápidas e complexas da produção agrícola, segundo Balsan (2006), vêm ocasionando a exclusão

do homem do campo, diminuição da renda, inchamento das cidades, desempregos, exclusão de seguimentos sociais. Outro impacto está associado ao uso de agrotóxicos, que vem aumentando os custos da produção, aliado a aumentos e a resistências das pragas, acarretando perda da produção, reduzindo os lucros ou gerando dívidas aos agricultores.

Ainda segundo Balsan (2006), as rápidas e complexas transformações que ocorreram devido ao processo de modernização da agricultura, balizados por interesses dominantes provocam resultados sociais que ameaçam a capacidade de sobrevivência das cidades e, portanto, o futuro da própria sociedade.

O gráfico 2 ilustra a dinâmica do êxodo rural brasileiro. Até a década de 1960 - início da modernização da agricultura - a população rural era superior a população urbana. Mas, no decorrer da década de 1970 a população urbana ultrapassou a rural. Já em 2010 a população urbana representava 84,35%, (160.925.792 habitantes), e a população rural representavam 15,65%, (29.830.007 habitantes).

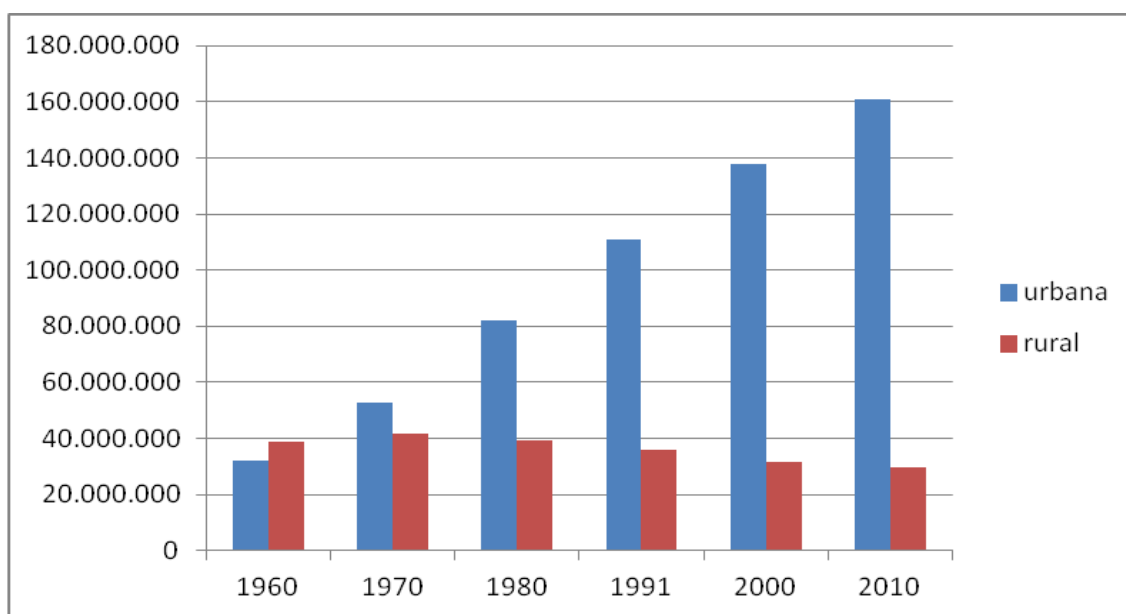


Gráfico 02: Dados da população urbana e rural no Brasil – (1960,1970,1980,1991,2000,2010)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Organização própria.

Em relação à utilização de agrotóxicos no Brasil, desde 2008, o país ultrapassou os Estados Unidos, e assumiu a posição de 1º lugar no *ranking* mundial de consumo. Nos últimos dez anos, o mercado mundial desse setor cresceu 93%. No Brasil, esse crescimento foi de 190%, de acordo com dados divulgados pela Anvisa. O crescente consumo de agrotóxicos e fertilizantes químicos pela agricultura brasileira proporciona o aumento das monoculturas cada vez mais dependentes dos insumos químicos (BRASIL, 2015).

Ainda de acordo com o Dossiê Abrasco (BRASIL, 2015), na safra de 2011, no Brasil, foram plantados 71 milhões de hectares de lavoura temporária (soja, milho, cana, algodão) e permanente (café, cítricos, frutas, eucaliptos), o que correspondeu a cerca de 853 milhões de litros de agrotóxicos pulverizados (produtos formulados) nessas lavouras. Isso representou uma média de uso de 12 litros/hectare e exposição média ambiental/ocupacional/alimentar de 4,5 litros de agrotóxicos por habitante.

Esse aumento do consumo médio de agrotóxicos, em relação à área plantada, que era de 10,5 litros por hectare (l/ha) em 2002, passando em 2011 para 12,0 l/ha, está relacionado a vários fatores, que fazem com que os agricultores utilizem maiores quantidades de agrotóxicos por hectares. Dentre eles, está a expansão do plantio da soja transgênica, que amplia o consumo de glifosato, a crescente resistência dos fungos, insetos e das ervas “daninhas”, o aumento de doenças nas lavouras, como a ferrugem asiática na soja, além da diminuição dos preços, isenção de impostos sobre os agrotóxicos (BRASIL, 2015).

Todo esse aumento do volume de agrotóxicos está sendo consumido por vários tipos de culturas, sendo que a soja sozinha representa 40% do volume total entre herbicidas, inseticidas, fungicidas, acaricidas e outros (adjuvantes, surfactantes e reguladores). Em seguida está o milho com 15%, a cana e o algodão com 10%, depois os cítricos com 7%, o café (3%), o trigo (3%), o arroz (3%), o feijão (2%), a pastagem (1%), a batata (1%), o tomate (1%), a maçã (0,5%), a banana (0,2%) e as demais culturas consumiram 3,3% do total de 852,8 milhões de litros de agrotóxicos pulverizados nessas lavouras em 2011 (BRASIL, 2015 p. 19).

A utilização de agrotóxicos nas regiões, detalhado no Gráfico a seguir, está fortemente vinculado à intensidade das monoculturas dos principais cultivares: soja, milho, cana, cítricos, algodão e arroz.

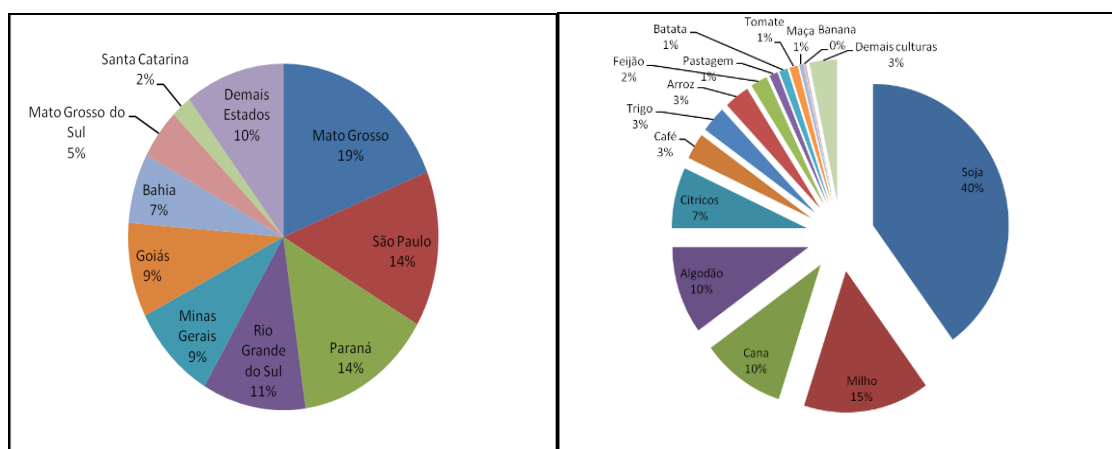


Gráfico 03: % de utilização de agrotóxicos por Estado (esquerda) e % de utilização de agrotóxicos por Cultivo (direita) Fonte: BRASIL, 2015. Organização própria.

De acordo com o gráfico anterior, podemos observar que é grande a concentração de uso de agrotóxicos nas regiões em que predomina o chamado agronegócio, ou seja, em regiões em que predominam as monoculturas, principalmente de soja e cana.

Por exemplo, o Estado do Mato Grosso³ além de ser o maior produtor de soja, também é o maior consumidor de agrotóxicos, representando 18,9% do consumo nacional de agrotóxicos, principalmente no cultivo de soja. Em segundo lugar aparece São Paulo, maior produtor de cana e de cítricos e oitavo maior produtor de soja, com a utilização de 14,5% de agrotóxicos. O Paraná, segundo maior produtor de soja, utilizada 14,3%. O Rio Grande do Sul, terceiro maior produtor de soja, é responsável pelo consumo de 10,8% de agrotóxicos.

A intensidade do uso de agrotóxicos por municípios no Brasil também está associada ao tamanho dos estabelecimentos, ou seja, quanto maior o tamanho do estabelecimento, mais ele se torna dependente do uso de agrotóxico. Segundo o Dossiê Abrasco (2015)⁴, 27% das pequenas propriedades entre 0 a 10 hectares usam agrotóxicos, 36% das propriedades de 10 a 100 hectares utilizam agrotóxicos e 80% das propriedades maiores de 100 hectares, utilizaram agrotóxicos.

Porém, o número de pequenas propriedades representa uma proporção modesta das áreas cultiváveis do Brasil. Em 2003 contava com uma área de 17,7%, diminuindo em 2010 para 15,5%. Já as grandes propriedades, representavam em 2003, 51,3% passando em 2010 para 55,8% das áreas cultivadas. Enquanto a grande propriedade teve um crescimento 48,4% de 2003 a 2010, a pequena propriedade teve um crescimento de apenas 19,7% em área cultivada.

Dessa maneira, podemos observar de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), apresentados na Quadro 1, que entre os anos de 2003 e 2010, houve um grande aumento da concentração de terras.

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2003/2010
	Número	Área (ha)	% da área total	Número	Área (ha)	% da área total	
Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
Pequena	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7

³ Os dados de produção de soja por Estado foram retirados da série histórica de produção da CONAB.

⁴ Dados do Censo Agropecuário Brasileiro (IBGE, 2006).

Propriedade							
Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3
Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4
Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	40,0%	71,0
Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	15,8%	11,5
Total - Brasil	4.290.482	418.456.641	100,0%	5.181.645	571.740.919	100,0%	36,6

Quadro 01 - Dinâmica da concentração da propriedade da terra no Brasil medida pelos imóveis - 2003/2010

Fonte: Cadastro do Incra – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário – e de acordo com a Lei Agrária/93. Organização própria.

Os dados demonstram que o modo de produção construído a partir da Revolução Verde vem adentrado todos os espaços, e os reconfigurando de acordo com suas estratégias de dominação. Torna estes espaços cada vez mais dependentes e submetidos à lógica do mercado autorregulador, que vem transformando os camponeses em agricultores dominados, os quais são induzidos a como produzir, o que produzir, sem maiores possibilidades de autonomia sobre essas decisões.

Essa distribuição desigual da terra vem intensificando ainda mais a pobreza, levando um grande número de agricultores a decadência, forçando parte da população trabalhadora rural a migrar para as cidades, ocupando muitas vezes espaços às margens dos centros das cidades, inchando favelas, contribuindo para aumentar a violência, a degradação ambiental e a criminalidade (BALSAN, 2006).

O crescimento da cultura da soja, segundo Barreto (2004) está estritamente ligada a expulsão de pequenos agricultores e de trabalhadores rurais, além de conter as marcas das migrações, dos conflitos, da violência e do incremento da urbanização que trouxe consigo problemas de desemprego, subemprego e miséria nas cidades. Já os agricultores que conseguiram permanecer tiveram sua relação com a terra transformada, sendo desprezado seu conhecimento pelo saber técnico-científico.

Já os impactos socioambientais decorrentes da modernização da agricultura, estão ocasionando compactação e impermeabilização dos solos pelo uso intensivo de máquinas agrícolas, erosão, assoreamento de rios e reservatórios, aparecimento de novas pragas ou aumento das já conhecidas, risco à sobrevivência de espécies vegetais e animais com a perda de habitat natural devido à expansão agrícola, contaminação por agrotóxicos das águas, alimentos e animais, entre outros imensuráveis impactos (BARRETO, 2004).

Os impactos ambientais provocados pelo padrão de produção de monocultura, têm destruído florestas e vem diminuindo a biodiversidade genética, intensificando a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos. Além da grande quantidade de fertilizantes utilizados que provocam a eutrofização de lagos e rios, da alteração das espécies e a diminuição da biodiversidade genética, reduziu-se a base alimentar em basicamente três espécies: arroz, milho e trigo (MCNEILL, 2011). Ainda para Sauer e Balestro (2013) a maior parte dos sistemas agroindustriais possui baixa ou nenhuma sustentabilidade. Há desperdício e contaminação dos recursos hídricos, destruição das florestas e o empobrecimento da biodiversidade.

Segundo Balsan (2006), um dos maiores impactos causados pela modernização da agricultura se reflete no solo. Devido à falta de conhecimento técnico dos agricultores acerca do solo de suas propriedades, aliado a monoculturas intensivas, há uma grande aceleração da erosão física e biológica dos solos. Essa erosão, aliada ao manejo inadequado de solos frágeis e muito complexos, chega a causar processos tão degenerativos, que estão ocasionando até mesmo a arenização de áreas.

Ainda para Balsan (2006):

A erosão e a degradação dos solos podem ocorrer pela intervenção humana, entretanto, o crescimento populacional, a ocupação humana de encostas, as práticas inadequadas de agricultura e pecuária, com o uso abusivo de inseticidas, adubos químicos, máquinas inadequadas, construção de estradas, etc. têm contribuído para alterações profundas do meio ambiente, incluindo o solo (BALSAN, 2006, p. 142).

Outro grande impacto ocasionado pela influencia da agricultura moderna, ocorre sobre a água, que apesar de ser um recurso natural renovável, encontra-se escasso e com qualidade questionável em muitos lugares. Em parte, isso é consequência de sua utilização em grandes quantidades para irrigar grandes áreas de cultivos, além dos impactos ocasionados pela contaminação das bacias hidrográficas, pelo escoamento de resíduos de fertilizantes, adubos inorgânicos e agrotóxicos, provindos das lavouras.

Balsan (2006) argumenta não haver leitura estatística representativa sobre o índice de agrotóxicos nas águas. Isso representa um descaso com a qualidade da água consumida, seja por questão política ou por falta de normas e instituições que permitam que a população saiba o que está ingerindo/consumido. Esse mesmo problema pode ser evidenciando também na contaminação de pessoas, por envenenamentos que podem ocorrer pela água contaminada, pelos alimentos ou até mesmo pelo manuseio de agrotóxicos, no caso de quem aplica estes produtos nas lavouras. Dessa forma, segundo Balsan (2006):

Muitas dessas ocorrências não são registradas, às vezes, pela falta de atendimento médico ou por serem consideradas inócuas, uma vez que apresentam doses mínimas de contaminação. No entanto, se o nível de qualidade de vida, selecionado como um dos indicadores do desenvolvimento mundial, está sendo considerado cada vez de maior importância, é preciso atentar para essa contaminação “invisível”. (BALSAN, 2006, p. 143).

Também podemos considerar como um dos impactos, as espécies de vegetais melhoradas, os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), a exemplo dos transgênicos, questão bastante polêmica, sobre a qual entendemos não haver estudos suficientes. Dessa forma, segundo Andrioli (2012), as plantas transgênicas não devem ser liberadas e nem importadas, enquanto não haja estudos que ausente os danos ambientais, e acrescentamos ainda, qualquer risco a saúde dos seres vivos.

Porém, ainda de acordo com Andrioli (2012), por mais que esteja incluído na constituição os três princípios básicos do direito ambiental, o da precaução, o da sustentabilidade e o da responsabilização pelos danos, mesmo na falta de estudo que comprovasse a ausência de danos e riscos, os transgênicos no Brasil foram liberados em 2005, pela Lei de Biossegurança, nº 11.105, sendo regulamentada pelo Decreto nº5.591, de 23/11/2005.

Essa liberação de plantas transgênicas foi pautada pelo interesses de algumas multinacionais, com objetivo de dominar e expandir os mercados de *commodities*. Ressalta Andrioli (2012) que

Empresas multinacionais ligadas às ciências da vida, por intermédio de enorme investimento em pesquisa, tentam cooptar cada vez mais pesquisadores e universidades públicas para os seus projetos. Não há outro setor da pesquisa pública em que universidades, laboratórios públicos, empresas privadas e multinacionais cooperem tanto no desenvolvimento e na pesquisa quanto na área da transgenia. Sempre mais pesquisadores de ponta, da pesquisa básica acadêmica, simpatizam com a proposta de comercialização de seus resultados (ANDRIOLI, 2012, p. 117).

Dessa forma, compreendemos que muitos estudos realizados, são altamente questionáveis, pois representam muitas vezes, pesquisas encomendas por grandes empresas, para testarem o risco e os danos sobre seus próprios produtos transgênicos, tornando as pesquisas muitas vezes contraditórias, ao se comparar com estudos, que alertam sobre os impactos causados pelo uso de transgênicos.

Citamos aqui, por exemplo, o caso da Embrapa (2000, *apud*, BALSAN, 2006) que argumenta a favor do uso dos transgênicos:

O que o produtor ganha com isso? O que se espera com a tecnologia de plantas transgênicas são benefícios para o produtor como a redução de custo de produção, facilidade no manejo (controle de ervas daninhas e insetos, etc.) e aumento de produtividade. Quais as vantagens para o consumidor? A primeira geração de plantas transgênicas afeta o custo de produção e, portanto, beneficia mais os produtores. Apesar disto, os consumidores podem

se beneficiar de produtos produzidos com menos agrotóxicos. A segunda geração de plantas transgênicas deverá trazer produtos com qualidade diferenciada, como, por exemplo, soja com óleo de melhor qualidade, soja com maior teor de açúcar, soja com melhor composição de proteínas etc (Embrapa, 2000, apud, BALSAN, 2006, p.144).

Porém, de acordo com Suzuki (2006) há vários autores que advertem sobre os inúmeros problemas que poderão surgir em curto, médio e longo prazo, pelo cruzamento de OGMs sendo alguns dos principais:

O desenvolvimento biológico indesejado de algumas espécies, e o posterior alastramento de seus efeitos lesivos, tanto *in natura* quanto processados (como a hipótese do alastramento de doenças infecto-contagiosas); o aumento do uso de herbicidas e agrotóxicos, e o aparecimento de pragas mais resistentes, chamadas de superpragas; o aparecimento de traços patogênicos em humanos, animais ou vegetais, como alergias e o aumento da resistência aos antibióticos; a contaminação genética, com o cruzamento dos OGMs com a biodiversidade natural; a diminuição da biodiversidade; a perda de variação genética (SUZUKI, 2006, p. 9).

Enfim, se por um lado, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, concentrou terras, rendas, patrimônios e poder para classe dominante, por outro lado, deixou um rastro de degradação ambiental, além de sofrimento e miséria para maior parte da população rural, pelo aumento do êxodo rural e o aumento do desemprego (GÖRGEN, 2004). Os impactos mencionados fizeram com que a luta política dos camponeses brasileiros e da classe trabalhadora, ganhasse representatividade frente à luta por mudanças no modo de produção capitalista no campo. Uma dessas principais lutas está no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que surge no início dos anos 1980.

Circunstâncias históricas e estruturais, como a concentração da propriedade da terra, a mecanização dos cultivos, a utilização dos insumos industrializados, fizeram com que a luta dos movimentos sociais se evidenciasse através da superação da subalternidade dos camponeses em relação às forças produtivas dominantes. No entanto, defender um projeto que tenha como princípio a construção da autonomia da agricultura camponesa, tem requerido dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares, um conjunto de ações estratégicas e táticas que visem ir além de transpor as ideias de que os camponeses simplesmente tenham direitos, direitos a políticas públicas, a assistência técnica, etc. Mas, que eles se sintam arquitetos da sua própria história (STÉDILE, GÖRGEN, 1993).

Tornar-se arquiteto da própria história vai muito além de apenas obter a terra através da reforma agrária e produzir. Como isso poderia ser viabilizado? De que forma

se produziria? Onde se conseguiria créditos para investir nas propriedades, e dar condições às famílias tirarem seu sustento para sobreviverem da/na terra?

Diante dessas questões, regionalmente, foram sendo construídas duas possibilidades: uma delas passaria pelas famílias realizarem parcerias com cooperativas agropecuárias locais, as quais financiariam insumos convencionais, assistência técnica no padrão da Revolução Verde, para produzirem cultivos como: soja, milho e feijão, ou ainda, a produção extensiva de gado leiteiro, visando a comercialização e inserção no mercado. A outra possibilidade foi a produção de policultivos, com ênfase na produção para o autoconsumo, usando apenas a força de trabalho familiar, técnicas rudimentares como a queimada e a capinagem, como forma de garantir a manutenção e o sustento da família. A adoção dessas trajetórias dentro dos assentamentos e as dificuldades encontradas pelos modelos de produção que vem sofrendo com a ofensiva da soja e do milho transgênicos, vem excluindo os camponeses que não conseguem acessar crédito adequado ou, ao adotarem o pacote tecnológico, se endividam. Nessa condição, acabam arrendando seus lotes e vivendo com uma pequena porcentagem de recursos à margem do sistema econômico ou buscam trabalhos fora dos assentamentos, seja para se estabilizarem financeiramente para voltar a sua unidade familiar, ou mesmo acabam vendendo-a e migrando para cidade.

Diante desses desafios entendemos que:

É possível e necessário que um novo paradigma para o campo se faça presente na concepção de mundo camponês. Paradigma esse que contemple o camponês como sujeito social, organizado nas mais diversas formas de cooperação e com crescente e apropriado desenvolvimento dos seus meios de trabalho para potencializar a terra e o trabalho. Uma outra utopia, construída por eles próprios nos seus que - saberes e que - fazeres socializados, na qual se afirme a autonomia e a acumulação camponesas. E que contribua efetivamente para que os camponeses deixem de ser 'os quase sempre' ignorados (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2004, p. 143.)

Dessa forma, uma proposta de desenvolvimento para o campo na perspectiva dos movimentos sociais deve superar a submissão dos camponeses em relação ao sistema de produção vigente. Sendo assim, o fato destes possuírem terra, já os caracteriza como sendo agentes de mudanças, pois possuem seus próprios meios de trabalho, mas também precisam de instrumentos de lutas para serem protagonistas de seu próprio modo de vida.

Vem daí a importância de avançar nas estratégias que empoderem os camponeses e os reterritorializem. Entendemos que uma dessas possibilidades, passa

pela consolidação da agroecologia. Assim, para darmos sequência à discussão, a seguir, apresentaremos a trajetória histórica do MST, dando destaque para a incorporação dos princípios agroecológicos em sua luta.

1.2. MST: DA LUTA PELA TERRA À LUTA PELA AGROECOLOGIA

A luta dos camponeses pela terra é uma ação que pretende tanto o acesso a terra quanto a manutenção nela:

O sentido político da luta dos sem-terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas está no fato de porem a nú a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequeno proprietário (GRZYBOWSKY, 1991, p. 24).

A chegada dos colonizadores portugueses iniciou no Brasil as lutas contra a exploração e conseqüentemente o domínio das terras, fato que levou ao surgimento das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres, e mais tarde dos camponeses imigrantes que se estabeleceram no país e de seus descendentes, tiveram que lutar contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (STÉDILE, FERNANDES, 2005).

Mas é no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 que a reforma agrária passou a fazer parte de uma história de luta e resistência camponesa, a qual vem se intensificando devido à concentração fundiária. Segundo Mauro e Pericás (2001), em 1970, as propriedades com menos 100 hectares representavam 91% do total de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 24% do território. Em 1996, o número dessas propriedades diminuiu para 89%, ocupando uma área de 20%. Já as propriedades com mais de mil hectares, em 1970, somavam 0,7% das propriedades e 40% da área. Em 1996 passou para 1% das propriedades, ocupando 45% da área. Esses dados apresentados demonstram a crescente concentração de terra, que vem resultando na exploração do homem do campo e aumento das desigualdades sociais, geradas pelas políticas inerentes ao sistema sócioeconômico vigente, controlado por um grupo de latifundiários e empresários.

A Constituição de 1988 relata que terras improdutivas deveriam ser destinadas para fins de reforma agrária. No entanto, isso não reflete o que de fato queriam os trabalhadores rurais: incluir na Constituição, dispositivos que inviabilizassem

permanentemente a produção do latifúndio, o que provocaria uma ampla reforma agrária e garantiria a legalidade das ações de movimentos sociais, que tem como estratégia de luta, as ocupações para criação de assentamentos rurais (STÉDILE, FERNANDES, 2005).

No Capítulo III da Constituição Federal consta:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei⁵ (BRASIL, 1988).

O que se observa é que a questão agrária é um desafio contínuo, velho e sempre novo, para os brasileiros, materializado na contínua luta pela terra, expresso principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No Paraná, a exemplo de todo o país, houve histórias de lutas e tensões pela busca e permanência na terra. Os conflitos se agravaram a partir do começo do século XX, quando as terras devolutas passam a ser de competência dos estados, o que ocasiona a multiplicação das iniciativas governamentais de colonização direta ou indireta, através de concessões de terra a empresas particulares, além da intensificação da ocupação não legalizada, por parte de lavradores oriundos de outros estados.

O espaço geográfico paranaense caracteriza-se, sobretudo, pela espacialização dos conflitos e da luta pela terra. A partir dessa espacialização pode-se compreender o dinamismo social e como o espaço agrário paranaense está organizado. A luta pela terra no Estado do Paraná não é um fenômeno recente e as várias regiões do Estado foram e estão sendo geografadas por estas lutas (FABRINI, ROOS, MARQUÊS, 2007).

No final dos anos 1940 e durante a década de 1950, os conflitos assumiram proporções mais amplas. Podemos colocar a região Norte do Paraná como palco de intensos conflitos pela chamada “Guerrilha de Porecatu”. Camponeses e posseiros que habitavam as terras devolutas dos municípios de Jaguapitã e Porecatu, localizados na mesorregião norte central paranaense, passaram a resistir aos despejos de suas terras, inclusive utilizando-se de armas.

Nessa mesma década, outro intenso conflito que se deu foi na região Sudoeste, quando os colonos/camponeses foram expulsos de suas terras através de manobras feitas

pelo Governo Estadual. Esses camponeses se organizaram através de assembleias gerais do povo e de juntas governamentais, como medidas de reivindicação de seus direitos e marcharam até a cidade de Francisco Beltrão, expulsando autoridades constituídas e tomando a emissora de rádio da cidade (FABRINI, ROOS, MARQUES, 2007). A situação só foi resolvida com a militarização do conflito, quando em 1962, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, que contava com a presença do exército e tinha como objetivo resolver o conflito. O grupo atuou na demarcação e titulação dos lotes aos camponeses, que assim conquistaram o título da propriedade (ROOS, 2009).

A luta pela terra naquele momento estava centrada entre lavradores/posseiros sem títulos, ligados principalmente à economia de subsistência com base no trabalho familiar, e fazendeiros ou empresas colonizadoras, que grilavam terras, para a exploração comercial e para apropriação como investimento de capital. Esses dois grupos representam as principais disputa pela apropriação da terra: os grileiros (fazendeiros/empresários), muitas vezes em litígio tanto com posseiros como proprietários legais e os “intrusos” ou grileiros sem capital, que faziam da “intrusão” um meio de sobrevivência ou uma forma de mercantilização da terra, vendendo aos proprietários seus direitos ou benfeitorias (TORRENS, 1992).

Desde o início do processo de colonização do território paranaense, a luta pela apropriação privada da terra ocupou um espaço privilegiado no campo dos conflitos sociais desenvolvidos no meio rural. A forma desordenada pela qual se deu a ocupação das terras pertencentes ao Estado concedidas a empresas colonizadoras particulares provocou uma situação fundiária bastante confusa, onde se observavam superposições de títulos de propriedade e inúmeros casos de litígios jurídicos em função de limites de áreas (TORRENS, 1992, p.28).

Este contexto conflituoso se fez presente nos principais momentos da colonização do Paraná, principalmente nas zonas novas, as regiões Norte, Oeste e Sudeste do Estado, sobretudo a partir da sua colonização intensiva ocorrida na década de 1940. A partir de 1960, o Estado interfere mais decisivamente na resolução de focos de conflitos pela posse da terra, através de desapropriações localizadas e de regularização fundiária, diminuindo sua frequência e intensidade. Mesmo assim, o Estado do Paraná se destacou pela ocorrência de conflitos de terra (TORRENS, 1992).

Já a partir de 1964, início da ditadura militar, as lutas e tensões foram contidas através da extrema violência que caracterizou este período da história brasileira e paranaense, quando as mobilizações eram duramente reprimidas pela força militar. No

entanto, esse processo de repressão, no período de 1964 a 1977, contra os trabalhadores e sindicalistas, fez com que esses grupos se unissem na busca de mais direitos. Entre os direitos alcançados está o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, e na via da formação e capacitação o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL e Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial – PIPMO (TORRENS, 1992).

Foram as ações repressoras da ditadura militar que desmobilizaram a educação no meio rural, mas foram essas mesmas repressões, que fizeram com que os trabalhadores e os sindicatos se reorganizassem, de maneira a reconfigurarem os sindicatos rurais pela ótica de colaboração com os órgãos públicos, em detrimento do seu caráter reivindicatório. Dessa forma, o sindicalismo passa a se centrar no cumprimento da legislação já em vigor através do Estatuto da Terra e do hoje extinto Estatuto do Trabalhador Rural (TORRENS, 1992).

Ainda na década de 1970, uma nova região passa a ser cenário de lutas no Estado do Paraná, qual seja, o Oeste Paranaense. Nessa região ocorrem mobilizações e a organização dos agricultores expropriados pela barragem de Itaipu. Estes, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), criaram o “Movimento Justiça e Terra”, que reivindicava a justa indenização das terras. Destaca-se também nessa mobilização a ação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), pastores e adeptos da igreja Luterana (BONIN, 1991 et al apud FABRINI, ROOS, MARQUES, 2007).

A experiência das lutas decorrentes da construção de Itaipu foi a base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra na região Oeste em 1981, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Segundo Moraes Junior (2011), esse movimento surge sobretudo da organização de filhos de pequenos agricultores, que ao chegarem na vida adulta e ao constituírem famílias, não puderam continuar usando a terra. O Movimento também era constituído por famílias de agricultores expulso de suas terras, devido à construção da usina hidrelétrica de Itaipu.

Outro momento importante de luta no território paranaense, também no Oeste, foi a luta dos ribeirinhos e ilhéus do rio Paraná, atingidos pela criação do Parque Nacional de Ilha Grande e pela construção do canal de navegação no lago de Itaipu. Dessa forma, se mobilizaram para receberem indenizações da posse de suas terras na Ilha Grande e pela construção do canal de navegação que destruiu o habitat natural da ictiofauna, resultando numa diminuição dos cardumes de peixes do Lago de Itaipu, principalmente na cidade de Guairá. Somadas às lutas desenvolvidas dentro do Paraná e

em outros Estados, estas mobilizações desembocaram num grande encontro de trabalhadores das regiões Sul, Sudeste e Centro do país (regional sul), que se realizou na cidade de Medianeira em 1982.

Conforme Fabrini, Roos, Marques (2007), a partir daí, o movimento vai coordenar a ocupação de vários latifúndios no Estado do Paraná. Entre eles, destaca-se a ocupação das fazendas Anoni e Cavernoso em Cantagalo/PR (1983), Giacomet-Marodin em Chopinzinho/PR (1983); Quinhão 11 em Sertaneja/PR (1983) e fazenda Imaribo em Mangueirinha/PR (1984).

Essas ocupações resultaram nos primeiros Projetos de Assentamentos (PAs) no Oeste Paranaense e no Centro-Sul Paranaense, Conforme Quadro.

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias Assentadas	Data da Criação
Nova Conquista	Chopinzinho	31 famílias	24/06/1986
Três Capões	Mangueirinha	31 famílias	05/11/1986
Vitória da União do Paraná	Mangueirinha	362 famílias	11/11/1986
Fazenda Covozinho	Mangueirinha	11 famílias	17/12/1986
Juquia de Cima	Cantagalo	20 famílias	14/08/1987
Fazenda Perseverança	Marmeleiro	33 famílias	12/05/1987
Terceira Conquista da União	Nova Laranjeiras	161 famílias	19/09/1986
Fazenda Vitória	Lindoeste	150 famílias	18/02/1987
Araguaí	Santa Maria do Oeste	231 famílias	15/01/1987
Honório Serpa	Fazenda Lagoa	31 famílias	18/02/1987

Quadro 02: Projetos de Assentamentos no Oeste Paranaense e no Centro-Sul Paranaense Fonte: INCRA, 2016 - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.

A partir desse momento, várias frentes de lutas se disseminaram por todo o Estado. No Norte do Paraná foi criado o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN), no Sudoeste, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES). Esses movimentos foram a base da formação do MST no Paraná.

Nesse sentido, segundo Torrens (1992), houve um intercâmbio maior de opiniões e de manifestações públicas dos sujeitos como a atuação mais aberta de grupos de apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), partidos e sindicatos urbanos e a própria reativação dos sindicatos como instrumentos reivindicatórios dos produtores e

trabalhadores do campo. Esta aproximação foi um elemento relevante para o processo de organização da luta pela terra no Paraná no período de 1978 a 1982.

Nos anos de 1983 e 1984, iniciou-se um novo tipo de sindicalismo que tanto foi importante para mudanças nos demais sindicatos, quanto incentivou a constituição de vários núcleos por todo estado do Paraná de oposição a estrutura fundiária. Além dos movimentos mais organizados pela conquista da terra, registraram-se no Estado conflitos entre proprietários ou grileiros e posseiros, envolvendo frequentemente violência de jagunços e da polícia (TORRENS, 1992).

Essa organização em diversos movimentos de luta pela terra, surgidas no final da década de 1970 e início de 1980 no Estado do Paraná, representa o quadro que existia no campo brasileiro, ou seja, eram vários movimentos estabelecidos regionalmente e possuíam pouca comunicação com as demais lutas camponesas. Logo, não eram lutas espacializadas nacionalmente, porém impulsionaram a emergência do MST, movimento que mais tarde veio a unificar as várias frentes de luta (ROOS, 2009 p. 7).

Como se pode observar, devido a esse acirramento da luta pela terra e de permanência na terra, foram-se organizando vários movimentos em algumas regiões do Paraná e também do país, em prol da luta pela terra, pela mudança da estrutura fundiária, pela reforma agrária e sobretudo, por mudanças sociais.

Em 1984, foi realizado, em Cascavel, o primeiro encontro de caráter nacional dos trabalhadores rurais sem terra. Neste encontro foram definidos os princípios e as formas de luta do MST. Foi realizado, também no Paraná (Curitiba), o I Congresso Nacional do MST em 1985. Optou-se pelas ocupações como a principal forma de luta. Neste Encontro também foi definida uma Coordenação Nacional (FABRINI, ROOS, MARQUES, 2007).

A partir de então, com a criação oficial do MST em 1984, com esse caráter nacional e com sua repercussão na sociedade, eclodem no campo inúmeros conflitos com o objetivo da luta pela reforma agrária. Intensificadas as ocupações, o governo se vê pressionado a fazer reforma agrária.

Com essa intensificação na luta pela reforma agrária, havia em julho de 1985, três acampamentos no Sudoeste do Estado do Paraná, que reuniu aproximadamente 1.500 famílias, reivindicando a desapropriação da Fazenda Pinhal Ralo, de mais de 80.000 mil hectares, pertencente à empresa Giacometti- Marodin, no município de Rio Bonito do Iguaçu.

A ascensão dos movimentos sociais se tornou mais visível na medida em que acampamentos de sem-terra eclodiram por todo o Estado do Paraná, envolvendo 4.626 famílias em 25 municípios, totalizando 44 acampamentos entre fevereiro de 1985 e setembro de 1986. Somente no final de 1986, o número de acampamentos havia duplicado. Isso significava o fortalecimento da organização, mas também a necessidade de redobrar a luta pela terra (MORISSAWA, 2001).

A partir desse momento, os sem terras foram se organizando em praticamente todas as regiões do Paraná, consolidando seu movimento, em constante negociação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e com o governo estadual, com lema de “ocupando, resistindo e produzindo”.

A luta dos camponeses não se constitui na luta apenas pelos seus interesses imediatos, mas também, são lutas contra a estrutura fundiária e contra o processo ampliado de acumulação e exploração capitalista. Assim, as transformações recentes ocorridas no campo paranaense e brasileiro devem ser entendidas nessa perspectiva, da luta de trabalhadores do campo que vão acrescentando novos conteúdos à questão agrária. A luta pela preservação do modo de vida camponês deve ser pensada na esteira de uma reforma agrária que venha atender aos interesses desses camponeses, que há séculos vem sendo expulsos e explorados.

Dessa maneira, a proposta de reforma agrária do MST traz como anseio da classe trabalhadora brasileira construir uma sociedade igualitária e socialista. Para consegui-lo, as medidas necessárias precisariam de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, de alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção.

Segundo Stédile (2005), existem três grandes conceitos de reforma agrária. O primeiro, se refere à reforma agrária de tipo clássico, capitalista, que tem como princípio a democratização da propriedade da terra, distribuindo a terra para os camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos. O objetivo desta reforma consiste em criar um mercado interno, produtor de mercadorias agrícolas para o mercado consumidor. Os camponeses, por sua vez, com renda monetária, compram bens de origem industrial. Essa reforma agrária foi feita pela burguesia industrial até mesmo no final da Segunda Guerra Mundial.

O segundo conceito de reforma agrária se refere à confusão entre reforma agrária e política de assentamentos. Essa compreensão ressalta que implementar assentamentos

não significa necessariamente fazer a reforma agrária. Criar assentamentos não é sinônimo de alteração da estrutura da propriedade da terra. Tal ação caracteriza-se mais como uma política de assentamentos pela qual os governos se utilizam da organização dos movimentos sociais e assentam famílias em terras públicas, negociadas ou desapropriadas para evitar conflitos políticos. Essa ação pode ser caracterizada como política de assistência social, adotada pelos governos federais no Brasil, do período militar até hoje.

Já o terceiro conceito de reforma agrária, segundo Stédile (2005), é defendido pelos movimentos sociais, tais como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o MST, as entidades que compõem o Fórum Nacional de Reforma Agrária, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Inca (CNASI), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), entre outros. Este conceito entende que a reforma agrária passa por realizar um amplo programa de desapropriação de terra, de forma rápida, regionalizada, distribuindo as terras às famílias sem-terra, que de acordo com Mauro e Pericás (2001), em 1997, eram aproximadamente 4,8 milhões em todo o Brasil (STÉDILE, 2005).

Assim sendo, a proposta de reforma agrária do MST combina uma política massiva de distribuição de terras com uma política agrícola que combata o atual modelo agrícola implantado nas últimas décadas. A luta por um “novo modelo agrícola” deve ser entendida como a busca de uma alternativa viável que contemple a pequena e média propriedade, os sem-terras, os assentados e os assalariados rurais. Que também conscientize a população de que um amplo programa de reforma agrária traz benefícios para toda a sociedade, não sendo apenas uma solução para os problemas dos sem-terras. A reforma agrária é entendida enquanto um novo modelo de desenvolvimento, capaz de solucionar parte dos problemas que acontecem nas cidades, tais como o inchaço populacional, que acarreta condições inadequadas ou falta de moradia, desemprego, desigualdade social, saúde, educação, violência e exclusão social, além de problemas ambientais, como poluição, desmatamento, redução da biodiversidade, mudanças climáticas, produção de lixo e de esgoto, falta de água, alagamentos e deslizamentos de encostas, entre outros (STÉDILE, 2005).

No quadro a seguir, são apresentados os objetivos da reforma agrária do MST, definidos no III Congresso Nacional do Movimento, realizado em maio de 1995 (STÉDILE, 2005):

- a) Garantir trabalho para todos os trabalhadores rurais Sem Terra, combinando distribuição da terra com a distribuição de renda e desenvolvimento cultural.
- b) Produzir alimentação farta, barata e de qualidade a toda a população brasileira, em especial a que vive nas cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade.
- c) Garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros. De maneira especial aos trabalhadores e prioritariamente aos mais pobres.
- d) Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual.
- e) Difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero.
- f) Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhes direitos iguais.
- g) Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas etc., de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável.
- h) Implementar a agroindústria e a indústria como o principal meio de desenvolver o interior do país.
- i) Gerar emprego para todos os que queiram trabalhar na terra.

Quadro 03: Objetivos da reforma agrária do MST.

Fonte: Stédile (2005). Organização própria.

Esse conjunto de objetivos representa a criação de um novo modelo agrário e agrícola que garantiria desenvolvimento econômico, político e cultural para a população do campo e beneficiaria também a população urbana. Por exemplo, a partir dessa proposta de reforma agrária, a população brasileira seria beneficiada direta ou indiretamente em sua maioria, pelas melhoras das condições de vida e de renda, podendo-se citar: (1) os trabalhadores rurais sejam eles sem terra, assalariados ou pequenos produtores familiares, que terão acesso a terra e aos meios de produção; (2) os trabalhadores da cidade, que precisam de alimentos mais baratos e mais empregos; (3) população em geral, que terá segurança alimentar e maior desenvolvimento; (4) a juventude em geral, que terá maiores oportunidades de empregos e educação e a perspectiva de um futuro digno; (5) os pescadores, os povos indígenas e as populações remanescentes dos quilombos, que terão demarcação de suas terras, o respeito à cultura e a proteção de suas tradições e estilo de vida; (6) os pequenos comerciantes, os setores de serviços e industrial relacionados com a agricultura, que terão mais movimento em seus negócios e gerarão um maior desenvolvimento das atividades econômicas, entre outras possíveis melhoras (MORISSAWA, 2001).

Sob este enfoque, as medidas necessárias para a implementação da proposta de Reforma Agrária com os objetivos mencionados, demanda transformações em diferentes dimensões, tais como, (I) sistema econômico, a (II) democratização da terra e

dos meios de produção, (III) organização da produção, (IV) uma nova política agrícola, (V) uma industrialização do interior do país, (VI) desenvolvimento do Semi-Árido, (VII) um novo modelo tecnológico, e de (VIII) desenvolvimento social (MORISSAWA, 2001). Seguem detalhadas no quadro abaixo as características dessas medidas.

MEDIDAS	CARACTERÍSTICAS
Sistema Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo deve levar em conta a supremacia do trabalho sobre o capital; • Devem-se buscar a eliminação de todas as formas de exploração e de opressão, a valorização e a garantia de trabalho a todos como forma de libertação e de construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas; • Deve-se buscar a geração de excedentes econômicos através do aumento da produtividade do trabalho, da produção e da produtividade na agricultura e na agroindústria, como forma de promover o progresso econômico e social;
Democratização da terra e dos meios de produção	<ul style="list-style-type: none"> • A terra deve ser entendida como um bem da natureza a serviço de toda a sociedade; • A propriedade ou posse da terra deve estar subordinada ao cumprimento dessa função social; • A posse e uso da terra poderão ser exercidos de várias formas como: familiar, de associação, de cooperativas, de empresas comunitárias, estatal, públicas e outras, de acordo com as necessidades sociais de cada região; • Alteração da atual estrutura de propriedade, realizando desapropriações (com indenizações aos proprietários) e expropriações (sem indenização, nos casos de grileiros, criminosos, cultivadores de drogas, contrabandistas, utilização de trabalho escravo etc.);
Organização da produção	<ul style="list-style-type: none"> • O tamanho das unidades de produção dependerá das regiões e dos produtos a que se dedicarem; • Estímulos a diversas formas de cooperação na agricultura, como: mutirões, associações, empresas públicas, cooperativas, empresas de prestação de serviços, etc.; • Estimulo a urbanização das famílias que vivem no interior, aglutinando-as, de acordo com a realidade regional, em povoados, comunidades, agrovilas etc., de modo a facilitar o atendimento dos serviços públicos de luz elétrica, saúde, educação etc. e a melhoria das condições de vida; • Os trabalhadores deverão se organizar em sindicatos, cooperativas, associações, conselhos, comitês, movimentos etc., de acordo com sua experiência, tradição e realidades locais, para que, através da organização popular, exerçam plenamente sua cidadania e garantam seus direitos e deveres sociais; • Os pequenos produtores familiares autônomos terão estímulos da política agrícola para aumentar a produção e a produtividade, e melhorar sua situação de vida; • Buscar uma integração permanente da produção com agroindústria, visando aumentar a renda dos agricultores e a qualidade dos alimentos; • Realizar um planejamento orientador da produção, adequando a vocação natural das regiões aos mercados próximos e as necessidades sociais; • Os assalariados deverão se organizar para participar, controlar, autogerir, organizar cooperativas, ou coparticiparem na gestão das empresas onde trabalham;
Nova política agrícola	<ul style="list-style-type: none"> • Que garantam preços compensatórios aos agricultores, ou seja, acima do custo de produção, representando um aumento de renda para pequenos e médios agricultores que produzem no campo; • O Estado garantirá o comércio (transporte e armazenagem) e estimulará a produção de todos os produtos básicos para alimentação e, se necessário subsidiará

	<p>o consumo, fazendo com que toda a população tenha acesso ao mínimo necessário para eliminar por completo a fome no país, além de evitar a importação de produtos que podem ser produzidos no país;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seguro agrícola que dará segurança e garantia do valor do trabalho e da produção ao agricultor; • O crédito rural dos bancos públicos será orientado para investimentos e para as atividades prioritárias da reforma agrária, investimentos sociais, tendo programas subsidiados; • Incentivo à formação de bancos de sementes associativos, para assegurar o acesso e melhoria dos insumos utilizados;
<p>Industrialização do interior do país</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O processo de desenvolvimento deve eliminar as diferenciações existentes entre o meio urbano e o meio rural; • As condições de vida devem se equiparar e, portanto, o programa de reforma agrária representa o desenvolvimento para todo o interior do país; • A instalação de agroindústrias nos municípios do interior, buscando o aproveitamento de todos os produtos agrícolas, gerará mais empregos, aumentará a renda e criará alternativas para a produção no interior; • As indústrias vinculadas à agricultura que produzem insumos ou máquinas devem ser descentralizadas e instaladas no interior;
<p>Desenvolvimento do Semi-Árido (Programa de irrigação e combate à seca no Nordeste)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição aos camponeses das terras próximas a rios ou a açudes, canais e barragens existentes, construídas com recursos públicos, bem como as margens dos rios perenes da região (São Francisco etc.); • Implementação de um amplo programa de irrigação que viabilize a agricultura permanente na região, beneficiando os pequenos agricultores e estimulando a criação de animais e cultivos adaptáveis a região; • Implementação de agroindústrias e pequenas indústrias que fixem o homem na região e tragam o desenvolvimento; • Incluam a captação de água e a construção de reservatórios nas regiões sem alternativas, com recursos públicos; • Democratizem o uso das águas de reservatórios construído com recursos públicos; • Garantam a compra de toda a produção;
<p>Novo modelo tecnológico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver pesquisas e técnicas adequadas a cada região, buscando o aumento da produtividade do trabalho, das terras, mas com equilíbrio do meio ambiente e preservação dos recursos naturais; • Utilizar técnicas adequadas e desenvolver programas massivos de capacitação técnica dos agricultores em todas as regiões do país, especializando quadros em diferentes áreas específicas do novo modelo tecnológico; • Implementar pesquisas e técnicas agropecuárias que levem a um novo modelo adequado à realidade nacional e de desenvolvimento autosustentado, envolvendo universidades e a pesquisa participativa; • Voltar os serviços de assistência técnica e de extensão rural do Estado às prioridades da reforma agrária e à implementação desse novo modelo tecnológico; • Democratizar o acesso à genética vegetal e animal; • Preservar os recursos de flora e fauna existente como patrimônios de toda a sociedade;

Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> • Alfabetização de todos, jovens e adultos; • Escola pública gratuita até o segundo grau, em todos os municípios, com ensino adequado à realidade local e com novos métodos pedagógicos; • Acesso e capacitação técnica ao ensino superior a todos os jovens; • Valorização dos professores no meio rural, com remuneração justa e integrando-o às atividades da comunidade; • Atendimento médico-hospitalar e programas de saúde preventiva e medicina alternativa gratuitos; • Implementação da construção de moradias para todo o povo; • Programa massivo de cultura e lazer que represente a democratização e o acesso à cultura a todos os trabalhadores do meio rural; • Democratização dos meios de comunicação social.
-------------------------------	--

Quadro 02: Medidas necessárias para implementação da Reforma Agrária do MST.

Fonte: Morissawa (2001). Organização própria.

Sob este enfoque, as medidas necessárias para conseguir uma Reforma Agrária com essas características começam necessariamente pela democratização da propriedade da terra e dos meios de produção, base para qualquer mudança social efetiva. Outras medidas são: a transformação do sistema econômico, organização da produção (cooperativas, associações) uma nova política agrícola, a industrialização do país, o desenvolvimento do Semi-Árido (programa de irrigação e combate à seca no Nordeste), um novo modelo tecnológico e o desenvolvimento social. (MORISSAWA, 2001).

Com esses princípios, o que se percebe é que a luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, que envolve toda a sociedade, e a luta pela terra é mais específica desenvolvida pelos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra e a luta pela terra promove a luta pela reforma agrária.

Fernandes (1999) colaborando com as colocações acima, afirma que a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição, mas por novas formas de organização social que possibilitem a (re) conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar. Vai em direção à (re) construção da propriedade coletiva dos meios de produção, através da organização em cooperativas e de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.

Como já mencionado anteriormente, a reforma agrária tal como vem ocorrendo no Brasil, pode ser considerada como uma política de assentamentos, já que representam áreas conquistadas pelos trabalhadores. Embora essas conquistas sejam parciais e enfrentem muitas dificuldades, os assentamentos são um acúmulo de forças para a continuidade de uma reforma agrária mais ampla. Decorre daí a importância dos assentados continuarem organizados no MST, para que haja questionamento e luta por

políticas públicas, de modo a não transformar os assentados em pequenos agricultores a serviço do agronegócio (FERNANDES, 1999).

É na luta pela conquista e permanência da terra, das políticas públicas eficientes, que surgem reivindicações, para implementação de um projeto de desenvolvimento mais sustentável. É nesse contexto que os movimentos sociais, principalmente o MST, em seu 3º Congresso Nacional realizado em 1995, passa a considerar que sua proposta de reforma agrária deveria seguir um modelo de desenvolvimento pautado pelos princípios da sustentabilidade. Surgem assim, os primeiros debates com viés agroecológico, muito embora este termo fosse pouco utilizado pelo MST. Desde aquele momento, se constrói um caminho de superação aos desafios dentro do MST em favor de modelo de produção sustentável. Através de encontros com representantes de organizações não governamentais (ONGs), ligadas à questão da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável iniciam-se as ações em busca da sustentabilidade (COSTA NETO; CANAVESI, 2002).

Ainda para Gonçalves (2008), o MST assume no final da década de 1990 o desafio de superar o padrão de desenvolvimento agrícola baseado na Revolução Verde, através da defesa de um modelo de desenvolvimento rural baseado na reforma agrária como instrumento de distribuição de riqueza, renda e dos meios de produção aos trabalhadores, tendo como metas realizar uma produção sustentável e cooperativada.

Porém, segundo Santos (2015), o MST assume formalmente a perspectiva agroecológica no ano de 2000, colocando em suas pautas inúmeras lutas contra o uso de agrotóxicos e contra o plantio de transgênicos. Essas lutas passam a ser uma contraposição ao paradigma científico colocado pelas grandes corporações e a forma de produção implantada pela Revolução Verde. Desse momento em diante, o MST começa a incentivar a transição da produção com ênfase em alimentos saudáveis, e a desencadear ações voltadas para consolidar práticas educativas em agroecologia, com base na formação política e técnica dos seus militantes.

De'Carli (2013) destaca que:

O MST instituiu em seu discurso a agroecologia enquanto bandeira política a fim de se contrapor ao modelo agrícola hegemônico e também como oportunidade de se integrar aos debates globais acerca do desenvolvimento sustentável. Os atos intrínsecos e extrínsecos à adoção da agroecologia enquanto estratégia política materializaram-se de diversas formas, desde ações diretas de enfrentamento às empresas transnacionais agro-farmacêuticas nas “Jornadas de Agroecologia”, às ações locais como

oficinas e cursos de capacitação em agroecologia nos assentamentos de reforma agrária (DE'CARLI, 2013 p. 368).

Como resultado dessas ações, o MST criou centros/escolas, organizadas e geridas por seus militantes, enquanto alternativas às escolas estatais, que são geridas e organizadas pelo estado, com propostas curriculares elaborados com princípios do Estado, que em muitos casos não atendem as múltiplas realidades. Esses centros/escolas do MST tem o objetivo de formar militantes de acordo com suas necessidades, com seu currículo voltado para formação agroecológica. Hoje no Brasil há cerca de 30 escolas (entre educação básica, técnica e ensino superior), a maioria concentrada na região Sul. No Estado do Paraná, há cinco centros/escolas de formação do MST, que possuem em seu currículo o debate e a formação em agroecologia. São elas: (1) a Escola José Gomes da Silva/Instituto Técnico de Educação da Reforma Agrária (ITEPA), em São Miguel do Iguçu, (2) Escola Milton Santos, em Maringá, (3) a Escola Latino Americana de Agroecologia no município da Lapa, o (4) Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (Ceagro), com sede em Laranjeiras do Sul (escritório administrativo) e com o complexo Educacional da Reforma Agrária na comunidade Nova Aliança no Assentamento Ireño Alves dos Santos, e a escola (5) Estadual Iraci Salete Strozak na comunidade Centro Novo, Assentamento Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguçu (SANTOS, 2015).

Essa última escola por ser gerida pelo Estado, tem limites para construção de uma proposta curricular com base na agroecologia, ficando muitas vezes apenas na proposta conceitual, ou seja, no debate, mas na prática dos alunos pouco se constrói ou avança na agroecologia, segundo Mocellin (2016)⁶:

por mais que tenha se construído um projeto de Educação do Campo, que vem sendo implementado em escolas públicas do estado do Paraná, através das Diretrizes Nacionais e Diretrizes Estaduais da Educação (DCNs e DCEs) do estado, dialoga com a Agroecologia em seu caráter conceitual. Ambos foram pensados na perspectiva de reconhecimento e valorização dos povos e dos saberes do campo, na busca pelo equilíbrio social, econômico e ambiental (MOCELLIN, 2016 p. 45).

Já nos centros/escolas do MST, são ofertados cursos técnicos em Agroecologia nas modalidades: Técnico em Agroecologia Ensino Médio Integrado, Técnico em

⁶ Dissertação de mestrado, apresentada para o Programa de Pós-graduação em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus de Laranjeiras do Sul – Tema: O LUGAR DA AGROECOLOGIA NO CURRÍCULO DA ESCOLA DO CAMPO. Ano da defesa 2016.

Agroecologia/Educação de Jovens e Adultos, Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, Tecnólogo em Agroecologia, Técnico em Agroecologia com ênfase em Sistemas Agroflorestais e Técnico em Agroecologia com Habilitação para a Produção de Leite. Os cursos são realizados em parceria com instituições públicas de ensino, com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), certificados pelo Instituto Federal do Paraná e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SANTOS, 2015).

Outra importante ação de fomento à agroecologia realizada pelo MST foi à criação das Jornadas de Agroecologia no Paraná. Essas jornadas surgem com base na construção de um novo projeto popular para agricultura, com objetivo de propor alternativas ao atual modelo de desenvolvimento do país. Com isso, o MST e outros movimentos sociais que compõem a Via Campesina, ONGs, entre outras organizações que apoiam a agroecologia, em parceria, realizaram a 1ª Jornada de Agroecologia, no ano de 2002, no município de Ponta Grossa/PR, com lema “Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos” (OLIVEIRA, 2013).

A Jornada de Agroecologia é feita de forma itinerante, ou seja, todo ano é realizada em uma região diferente no Paraná, com objetivo de ampliar o debate da agroecologia em vários locais. Para a escolha dos locais, na maioria das vezes se considera regiões ou territórios que são palco de constantes conflitos no campo (OLIVEIRA, 2013).

No ano de 2016, foi realizada a 15ª Jornada de Agroecologia com aproximadamente três mil participantes, vindos de diferentes regiões do Brasil e de outros sete países, reunidos na cidade da Lapa. Seu objetivo consistia na reafirmação do compromisso com a agroecologia, continuação da luta por uma terra livre de latifúndios, sem transgênicos e sem agrotóxicos, e pela construção de um projeto popular e soberano para a agricultura (CARTA DA 15ª JORNADA DE AGROECOLOGIA, 2016).

Vale destacar, segundo Correa (2007), que o MST e agroecologia no Brasil surgem em épocas diferentes, porém com objetivos muito próximos, por fazerem contrapontos ao modelo industrial de agricultura, das injustiças socioambientais, em defesa da vida e da promoção da sustentabilidade com justiça e igualdade social. Dessa forma, podemos observar que os princípios da agroecologia começam a fazer parte das preocupações, dos discursos e das práticas dos movimentos sociais como o MST, a

partir do final do século XX, decorrente da crise ambiental e nutricional consequência do modo de produção da agricultura moderna.

São essas discussões que norteiam a organização dos assentamentos rurais, que perpassam a criação dos primeiros assentamentos do MST. Segundo Fernandes (2000), desde o princípio das criações dos assentamentos, existiam preocupações essenciais referentes à resistência dos Sem-Terra ao processo expropriador do modelo de desenvolvimento da agricultura, afinal grande parte das famílias que lutaram e conquistaram a terra haviam sido expulsas ou expropriadas desde a implantação desse modelo. Frente a esse processo, o Movimento passa a desenvolver uma política cooperativista para os assentamentos, pautada na matriz produtiva da agroecologia, e como forma de garantir técnicas de produção mais sustentáveis, desenvolver ações voltadas à formação e ao debate, como elaboração de cartilhas, discussões em encontros e jornadas, parcerias com instituições de ensino para formação de técnicos em agroecologia.

No que se refere a experiências agroecológicas, a cartilha “Sistematização de experiências agroecológicas do MST” (2007) aponta como referências as práticas em agroecologia do assentamento Santa Maria Paranacity/PR, o Núcleo de Agroecologia São Mateus/ES, o processo de territorialização do MST em Ribeirão Preto – SP, a Comunidade Terra Livre em Resende/RJ, o Acampamento Santo Dias em Guapé/MG, a Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur, em Candiota/RS, criada em 1997⁷. No entanto, é possível verificar que as experiências agroecológicas, mesmo no âmbito do MST ainda são pontuais. Cabe destacar que, de acordo com dados do Incra (2016), existem hoje 9.256 assentamentos em todo país, ocupando uma área de 88.314.857 hectares. No Paraná são 329 assentamentos, com 18.800 famílias assentadas, ocupando 429.771.28 hectares.

Em muitos assentamentos, o Estado não garantiu subsídios para que fossem cultivadas as terras. Os camponeses possuíam apenas a terra e sua mão de obra familiar. Não detinham as ferramentas e os insumos necessários para produzir. Sem recursos para investirem em suas propriedades, para garantirem seu sustento, muitos assentados se

⁷ A Rede de Sementes Agroecológicas Bionatur é uma organização de agricultores assentados de reforma agrária e produtores de sementes de diversas espécies, incluindo hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos, em sistemas de produção de base agroecológica. A denominação Bionatur corresponde à marca comercial das sementes, criada desde o início da experiência, em 1997, quando um grupo pioneiro de doze agricultores assentados no município de Hulha Negra (RS) decidiu-se por produzir sementes de hortaliças em manejo agroecológico. Representada juridicamente pela Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda. (Conaterra) (SILVA, 2004).

viram sem muitas alternativas. Isso ocorreu também nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, localizados no município de Rio Bonito do Iguçu.

A partir das dificuldades de produção, em vista do pouco acesso à tecnologia e de insumos, muitos camponeses visualizaram como única alternativa, firmar parcerias com agropecuárias e cooperativas locais, as quais financiavam ferramentas e insumos para os camponeses produzirem, principalmente soja, milho e feijão. Dessa maneira, foram criando-se amarras entre os camponeses e as cooperativas agropecuárias.

Mais uma vez os camponeses se viram submissos ao modo de produção capitalista. Muitos deles, devido às baixas dos preços no momento da venda da produção, ou da quebra de safra devido às condições do clima, mal conseguiam saldar suas dívidas, ou pouco sobrava para o sustento da família. Isso fez com que muitos camponeses ficassem endividados a ponto de venderem suas terras, a exemplo do Assentamento Ireno Alves dos Santos. Cerca de 45%, quase metade das famílias assentadas, venderam suas terras (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO, 2004).

Essa dinâmica de “excluir os excluídos” fez emergir lutas protagonizadas pelos movimentos sociais camponeses em busca de uma nova dinâmica territorial, sobretudo no que diz respeito às formas de viver e de trabalhar na terra. As reivindicações vão além da luta e da conquista pela terra. Buscam a sobrevivência e a manutenção nas terras já conquistadas, a superação do problema da venda de lotes e do avanço do modelo de agricultura convencional, pautado nos parâmetros da Revolução Verde sobre as propriedades camponesas. Busca uma agricultura que vá ao encontro de um modelo mais sustentável de desenvolvimento rural.

Dessa forma, como citado anteriormente, o MST, começa no final da década de 90, a discutir uma nova forma de viver e produzir na terra, com viés mais sustentável, pautado na agroecologia. Por sua vez a concepção de agroecologia do MST, vai muito além dos significados de preservação do meio ambiente e de produção orgânica. Para o Movimento,

a agroecologia é um conceito político-econômico e cultural que mobiliza o MST, no sentido de forjar novas relações sociais que incluem: O trabalho associado; a utilização adequada dos agroecossistemas; a reconstrução da agricultura via reforma agrária popular, com gestão democrática e participativa nos sistemas cooperativados e agroecológicos de produção; a questão de gênero; a questão da desmercantilização e formação educacional para a agroecologia (NOVAES et al, 2015, p. 209).

Portanto, a agroecologia no MST é discutida para além de uma agenda ambiental ou do senso comum, pelo qual esta agroecologia é constantemente associada ao cuidado com a natureza, restrita a ecologia, à proteção do meio ambiente, e limitada à produção de hortaliças em pequena escala.

Dessa forma, entendemos a importância do avanço da agroecologia de acordo com Caporal (2009), ciência integradora que reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos camponeses (as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores (as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”.

O potencial endógeno do local seja ele social, cultural, econômica e ambiental é chave para compreendermos como os camponeses se reterritorializam no espaço por meio das práticas ou do modo de vida agroecológico. Essa territorialização implica no exercício de poder de diferentes atores sobre o espaço, bem como conflitos e disputas, sobretudo entre agroecologia e o pacote tecnológico disseminado desde a modernização da agricultura, que de acordo com Eduardo (2014) a agroecologia não deixa de ser uma política camponesa de produção e reprodução de sua existência, tem produzido quadros de antagonia ao capital e projetado outras possibilidades de desenvolvimento territorial.

Vem daí a importância de traçar um quadro teórico-conceitual de como a agroecologia vem se construído no decorrer do tempo, como fator primordial para analisarmos o território e o processo de reterritorialização para compreendermos como ocorrem as experiências agroecológicas dos camponeses, através da pesquisa *in loco* nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire no Município de Rio Bonito do Iguazu – PR.

Para a expansão e consolidação das iniciativas agroecológicas, precisam ainda ser superadas dificuldades estruturais nos assentamentos, tais como a oferta de escassas políticas que, além de escassas, incentivam ainda o paradigma que visa transformar os assentados em empresários rurais dentro do padrão da modernização da agricultura. O governo não supre a demanda de políticas públicas básicas, quiçá políticas públicas voltadas à construção da agroecologia, dentro dos assentamentos de reforma agrária do MST. Cabe, portanto, compreender de forma mais aprofundada, o que compete para a consolidação de iniciativas existentes e o que limita a expansão das

mesmas. Porém, antes disso, torna-se importante abordar elementos teóricos que embasam a agroecologia.

1.3. AGROECOLOGIA: DILEMAS, DESAFIOS E AVANÇOS

A Revolução Verde que introduziu a mecanização agrícola, insumos químicos, sementes, plantas e animais modificados, deixou os agricultores submissos, contribuindo para que estes abandonassem seu modo de produção que apresentava características de autonomia em relação ao mercado. Assim, mudou a forma de relação dos camponeses com meio ambiente, fato que gerou diversos problemas sociais e ambientais, como já citado.

A crise agrícola-ecológica existente na maior parte do mundo resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. As inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis aos agricultores pequenos ou pobres em termos favoráveis (ALTIERI, 2009). Isso resultou em reações aos efeitos deletérios da Revolução Verde, redundando no desenvolvimento de modos de produção mais naturais ou pelo menos de menor de impacto ambiental (AQUINO; ASSIS, 2005).

Tais reações surgiram quase que simultaneamente em vários países, incorporando elementos da cultura local, construindo um corpo filosófico e prático. Essas reações segundo Aquino e Assis (2005), fizeram surgir movimentos de agricultura alternativos ao modelo de produção atualmente predominante (Almeida, 1999), baseados em princípios agroecológicos e caracterizados por diferentes correntes de pensamento. Dessa forma, a agroecologia nasce como contramovimento⁸ (Brandenburg, 2002) ao problemas socioambientais da Revolução Verde discutidos por: (SAUER, BALESTRO, 2013; BRUM, 1988; RAMBO, 2006; DELGADO, 2005; BERDEGUÉ, 2002; BALSAN, 2016; MAZOYER, ROUDART, 2010).

Considerando as fragilidades da agricultura moderna, surgem em meados século XX, movimentos de agriculturas alternativas, que passaram a utilizar novas bases

⁸ “Contramovimentos” Quando há dependência em relação às forças externas e que reduz a autonomia que era mantida em relação a sociedade abrangente, que vem promovendo uma heterogeneidade social e espacial nas áreas rurais. E se há um movimento em ação, capitalista e de intercâmbio mercantil na agricultura e no espaço rural, sem dúvidas há outro movimento de contraposição em curso ao qual Polanyi chama de “contramovimentos” (SCHNEIDER, ESCHER, 2011).

tecnológicas e econômicas, através de sistemas de produção que resgatassem a lógica da complexidade das sociedades camponesas tradicionais (CAPORAL, COSTABEBER, 2004).

Em diversos países, passaram a surgir estas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras, cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias, normas e regras, segundo as correntes a que estão aderidas (CAPORAL, COSTABEBER, 2004, p. 7).

Esses movimentos foram de grande importância para se resgatar e compreender as complexidades nos agroecossistemas. Passa-se a dar mais atenção ao uso de matéria orgânica nos solos, desenvolvimento de práticas agrícolas que respeitem e sejam mais eficazes na utilização dos recursos provenientes da natureza, além de preservarem os processos biológicos e também as necessidades da sociedade (LOPES, LOPES, 2011).

A seguir estão caracterizadas algumas das agriculturas que foram sendo constituídas como alternativas ao padrão estabelecido pela Revolução Verde. As agriculturas alternativas tiveram seus princípios fortalecidos por análises de épocas diferentes e visões de mais de um pesquisador e difusor, criando as bases dessas agriculturas em seus países de origem e, mais tarde, expandindo-as para uma escala mais ampla, incrementando seus princípios com análises de diferentes realidades.

Uma questão importante referente a essas agriculturas alternativas, é que boa parte delas iniciam suas discussões anteriormente a Revolução Verde e a modernização da agricultura. Porém, elas somente ganham mais força no debate, quando se tornam contraponto a esse modelo. Também servem de base para a construção do que conhecemos hoje por agroecologia.

Agriculturas Alternativas	Ano	Pesquisador/ Difusor	Local de origem	Princípios/Características
Agricultura biodinâmica	1924 1960	Rudolf Steiner Rachel Carson	Áustria Estados Unidos	Equilíbrio e harmonia entre cinco domínios: terras, plantas, animais, influências cósmicas e o homem; valorizam e preconizam em suas lavouras a rotação de cultura, a adubação verde, a diversificação dos cultivos e nutrição baseada nos compostos orgânicos e dos preparados biodinâmicos.
Agricultura orgânica	1925 – 1930 1940	Albert Howard Jerome Irving Rodale	Inglaterra Índia Estados Unidos	Rotação de culturas, integração produção animal e vegetal; Aplicação no solo de resíduos orgânicos vegetais e animais, com o objetivo de manter o equilíbrio biológico e a ciclagem de nutrientes.

Agricultura biológica	1930 1960 1974	Hans Peter Müller Hans Peter Rush Claude Aubert	Suíça Alemanha França	Aspectos econômicos e sócio-políticos (autonomia e comercialização); Dieta alimentar e saúde humana; crítica ao modelo convencional – Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos.
Agricultura Natural	1935 1938	Mokiti Okada Masanobu Kukuoka	Japão	Caráter religioso, purificação do corpo; Suas práticas agrícolas concentram-se principalmente na rotação de culturas, cobertura vegetal e na fertilização baseada em compostos orgânicos cujas fontes sejam exclusivamente de origem vegetal. O controle de pragas e doenças é baseado somente no manejo conservativo e aumentativo da agrobiodiversidade e biodiversidade.
Permacultura	1978	Bill Molisson	Austrália	Agroecossistemas sustentáveis através da simulação dos ecossistemas naturais, priorizando as culturais perenes como elementos centrais.

Quadro 05: Agriculturas alternativas.

Fonte: LOPES, LOPES (2011) Organização própria.

Por mais que essas agriculturas alternativas seguissem determinados princípios, tecnologias, normas, regras e filosofias, muitas vezes essas correntes não conseguiam dar respostas aos problemas socioambientais que se acirravam devido ao modelo convencional de desenvolvimento rural predominante na agricultura, principalmente depois dos pós-guerras (CAPORAL, 2009).

É nesse contexto que, segundo Caporal (2009), a agroecologia emerge com objetivo de construir novos conhecimentos, com princípios para estabelecer um novo caminho para uma agricultura mais sustentável, que possa superar a crise promovida pelo modo de produção da agricultura moderna, que ocasionou inúmeros impactos ambientais e sociais.

De acordo com Gliessman (2000), a agroecologia surge derivada de duas ciências, quais sejam, a ecologia e a agronomia. Por um lado, a ecologia realizava suas pesquisas em sistemas naturais e, por outro lado, a agronomia aplicava métodos de investigação científica à prática da agricultura. Porém, ao longo deste processo, enquanto a ecologia vai ao encontro da ciência pura, a agronomia se orientava por resultados, o que levou a mesma a seguir o modelo agricultura moderna, com uso de mecanização e produtos químicos agrícolas. Esse fato distanciou as duas ciências.

Uma das primeiras ocasiões de cruzamento fértil entre a ecologia e a agronomia ocorreu no final dos anos 20, com o desenvolvimento do campo da ecologia de cultivos. Aos ecologistas de plantas cultivadas interessava onde eram feitos os plantios e as condições ecológicas nas quais eles

cresciam melhor. Nos anos 30, estes ecologistas, na verdade, propuseram o termo agroecologia como a ecologia aplicada a agricultura. No entanto, uma vez que a ecologia estava se tornando uma ciência mais experimental de sistemas naturais, os ecologistas deixaram a “ecologia aplicada” (GLIESSMAN, 2000. p.55).

Segundo Altieri (2009) a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Segundo o autor, é uma abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Por mais que o termo agroecologia tenha iniciado nos anos 1930, devido às contradições de suas ciências criadoras, segundo Gliessman (2000), sua relevância somente acontece no início dos anos 1980, enquanto metodologia e estrutura básica conceitual para os estudos de agroecossistemas, fundamentada em grandes intelectuais como Gliessman (1978); Gliessman, Garcia e Amador (1981).

Ainda para Gliessman (2000) se

Por um lado, a agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (GLIESSMAN, 2000. p.56).

A agroecologia busca restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Preservar a biodiversidade desses agroecossistemas é o primeiro princípio utilizado para produzir autoregulação e sustentabilidade. Porém, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. O conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser apreendido e utilizado no desenvolvimento de estratégias agrícolas apropriadas, adequadas às necessidades, preferências e base de recursos de grupos específicos de agricultores e agroecossistemas regionais. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento (ALTIERI, 2009).

Dessa forma a agroecologia se torna geradora de processos de reterritorialização, quando em seu cotidiano e na sua essência constrói trabalhos coletivos, produz e comercializa alimentos saudáveis que são adaptados ao local, fato que promove um

processo de enraizamento dos camponeses na terra, garantindo uma reterritorialização mais autônoma e duradoura.

Esses processos de reterritorialização são evidenciados através das mudanças da paisagem, do aumento da biodiversidade, da atuação das entidades/organizações juntas às famílias, garantido uma coletividade nas ações, e por meio da organicidade das famílias que trazem consigo a luta pela reforma agrária pra além da terra, mas com base nos direitos a saúde, educação, moradia, renda e dignidade.

Com isso a agroecologia além de adotar cuidados com meio ambiente, adota princípios para mudanças sociais. Por isso ela pode ser entendida como ciência, movimento e prática conforme aponta Wezel et al (2009) “A partir da década de 1970, a agroecologia continuou a ser definida como uma disciplina científica, mas também gradualmente surgiu enquanto movimento, e como um conjunto de práticas a partir dos anos 1980”⁹.

A concepção dos autores mencionados vai ao encontro do que expõe Altieri (2009) quando afirma que novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido (ALTIERI, 2009). Isso evidencia que a agroecologia é ao mesmo tempo, uma ciência, um movimento e um conjunto de práticas.

Já no Brasil, partir de 1970, a agroecologia progrediu por meio de diferentes movimentos sociais. Esta não surge diretamente enquanto ciência, mas sim enquanto resgate das práticas agrícolas tracionais, com objetivo de garantir a autonomia e soberania alimentar principalmente dos camponeses, além de ser um contramovimento ao fazer críticas ao modo de produção da agricultura moderna (NUNES, 2016).

Pretendemos assim, levantar questões com intuito de subsidiar o debate sobre a complexidade dos conceitos e compreensões a respeito da agroecologia. Isso assume especial importância, uma vez que é notória a disseminação dos princípios da agroecologia, seja na sociedade como um todo, pelo aumento da procura de alimentos mais saudáveis, com mais conscientização com meio ambiente, seja no âmbito dos movimentos sociais e intelectuais, como modo de vida, como prática e como uma ciência em construção.

⁹ Tradução nossa, no Original "From the 1970s agroecology continued to be defined as a scientific discipline, but also gradually emerged both as a movement and as a set of practices beginning in the 1980s. (WEZEL et al, 2009).

Eduardo (2014), valendo-se das observações de Dematteis (2008), levanta os seguintes questionamentos: o “fenômeno agroecológico trata-se de uma ciência ou de “simples” senso comum? É moderna ou retrógrada? Trata-se de um modelo de desenvolvimento em rede ou de práticas agropecuárias antiquadas fadadas a endemismos?”. Defendemos aqui que a resposta às perguntas é ambígua. Ou seja, é ao mesmo tempo, ciência, prática e movimento. Tem na sua base a construção de elementos “novos”, mas que também considera elementos “velhos”. Perpassa a construção do conhecimento baseado na ciência e no senso comum.

A proposta da agroecologia passa então pela construção de outro modelo de vida, que busca um modo de produção que vai de encontro ao proposto pelo modo de produção capitalista, que transforma as dinâmicas territoriais locais, reconfigura os laços sociais, econômicos, culturais e naturais, homogeneizando-os, em parte, pelo estímulo à produção de *commodities* agrícolas para suprir as demandas do processo de globalização.

Dessa forma, entendemos que a agroecologia tem como ponto de partida mecanismos tecnológicos e científicos, ao mesmo tempo em que considera ações e saberes sociais. As construções da agroecologia só terão sentido se partirem daquilo que os agricultores familiares já possuem, ou seja, as práticas agroecológicas como sua essência e a capacidade de organização social, o que lhes permite sua reprodução social com autonomia relativa perante o capital, as quais deverão agregar novos elementos através de incorporações de mecanismos tecnológicos e científicos. Sendo assim, só é possível ser praticada por comunidades, pois é contraditória a construção da agroecologia no latifúndio, da agroecologia em monopólios.

Sendo assim, agroecologia só fará sentido se houver uma interação de diferentes saberes:

Agroecologia é uma ciência para o futuro sustentável”. Isto porque, ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, ou dos modos isolacionistas das ciências convencionais, baseadas no paradigma cartesiano, a Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística (CAPORAL, 2009, p. 73-74).

A partir do que foi exposto até o momento, podemos compreender que a agroecologia passa a ser um instrumento político de enfrentamento ao agronegócio, e

que esta não é uma receita pronta, uma vez que deve possibilitar estabelecer novas reflexões em torno da agricultura e das relações humanas, uma nova forma de lidar e ver a terra, considerando as diversidades locais de cada comunidade. Passa por uma “nova” forma de produção, com o resgate da cultura das comunidades camponesas, garantindo-lhes uma maior autonomia, uma maior diversidade e qualidade de alimentos, garantia de renda, associado com uma maior harmonia com os ecossistemas.

Entendemos que a disseminação das práticas e do modo de vida agroecológico, demonstra a capacidade de adaptação e da ação propositiva dos camponeses, pois como já dito, os agricultores familiares não apenas reagem ou se adaptam aos condicionantes externos, mas também são capazes de agir de forma propositiva (SCHNEIDER, MENEZES (2014).

Do mesmo modo, para podermos compreender melhor os processos que vem ocorrendo frente à agricultura camponesa, precisamos entender o conceito de campesinato (camponês), pra além de uma categoria histórica, mais sim enquanto sujeitos sociais, ao qual tem sua forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agroecossistemas locais e específicos, mas também que se utilizando de conhecimentos do entorno, e que estão condicionados ao nível tecnológico de cada momento histórico (GUSMÁN; MOLINA, 2005, p.78).

No entanto, o campesinato vem sendo cada vez mais suprimido e explorado de tal forma que ficam entre as opções, de migrarem para as cidades ou para outras fronteiras agrícolas do país, ou então encontram meio de resistir coletivamente no campo. Ao mesmo tempo, quando permanecem, são subordinados a exploração do capital, seja pelo modo de produção capitalista, dependência do mercado auto-regulável, ou ambos os fatores.

Todavia, compreendemos que por mais que os camponeses (as) possam se reproduzir mesmo dentro da lógica capitalista, ele não perde sua identidade de camponês. Nesse sentido Oliveira (1991, p.158), afirma que “quando o capital monopoliza sem territorializar-se, ele cria, e recria e redefine relações de produção camponesa, e familiar. Assim ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe”. Isso acontece por que o capitalista se utiliza de parte do fruto do trabalho do camponês, convertendo-a em mercadoria e a transformando em capital. Colaborando com esse entendimento, Conceição (1991) afirma que:

A expansão do capital se faz de forma desigual e contraditória. Se os camponeses são expulsos da terra por causa desta expansão, estabelecendo relações de trabalho assalariado, a sua permanência na terra é necessária também a esta expansão, engendrando relações de trabalho não capitalistas. Ao se utilizar da mão-de-obra não remunerada (parceiro, camponês), o capitalista recebe parte do fruto do trabalho destes. Converte-o em mercadoria e o transforma em capital. Desta forma ao criar e recriar o trabalho camponês (forma não capitalista de produção) ele expande o seu capital (CONCEIÇÃO, 1991, p. 94).

Da mesma forma que segundo Ploeg que caracteriza duas formas de desenvolvimento das relações de produção na agricultura camponesas, uma delas é a “forma camponesa” e a outra a “forma empresarial”: A essência e as principais diferenças entre esses dois modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade; elas situam-se principalmente nas (diferentes) formas, através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas. A forma camponesa, encontra-se numa via de “reprodução relativamente autônoma”. Já o modo de produção empresarial: dependente do mercado (camponeses integrados ao regime sociotécnico sustentado pelos mercados globais e commodities agrícolas). (PLOEG, 2008)

Com essas premissas é importante analisar quais elementos históricos e os atores que influenciaram e influenciam o aprendizado dessas famílias camponesas, que vão se evidenciado quando analisamos o histórico de ocupação da região, onde é possível notar que o latifúndio sempre foi uma característica marcante. No entanto, nas últimas décadas, as lutas dos movimentos sociais camponeses têm indicado uma nova dinâmica territorial, sobretudo no que diz respeito às formas de viver e de trabalhar na terra, que vai além da luta e da conquista pela terra, mas sim da luta e da sobrevivência em suas terras já conquistadas, da superação das vendas de lotes e do avanço do agronegócio nas pequenas propriedades.

Com as características acima citadas, tem-se buscado avançar no debate, na troca de experiências, na produção de alimentos, na participação e conscientização da sociedade em diversos setores, na importância do alimento saudável, da reforma agrária, da proteção do meio ambiente, da valorização da cultura camponesa para transformação num processo contínuo da luta, para que haja essa transformação é preciso conhecer e propor.

São essas discussões que norteiam a organização dos assentamentos rurais, que vem sendo pensadas e discutidas desde a consolidação dos primeiros assentamentos do

MST. Segundo Fernandes (2000), desde o princípio das criações dos assentamentos, existiam preocupações essenciais referentes à resistência dos Sem-Terra ao processo expropriador do modelo de desenvolvimento da agricultura, afinal grande parte das famílias que lutaram e conquistaram a terra haviam sido expulsas ou expropriadas desde a implantação desse modelo. Frente a esse processo, o Movimento passa a desenvolver uma política cooperativista para os assentamentos, pauta na matriz produtiva da agroecologia, e como forma de garantir técnicas de produção mais sustentáveis, inicia a luta pela assistência técnica e extensão rural baseada na superação do modo de produção do capital, excludente e devastador dos recursos naturais.

Devido à necessidade de sobrevivência dos camponeses (as) se constrói formas propositivas, baseando na ideia de que através de um modelo de agricultura sustentável, com base na agroecologia, poderiam sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com maior qualidade, e com maior autonomia nos processos produtivos, sendo protagonista no que plantar, como plantar e pra quem e como comercializar.

De maneira a descrever e compreender como os camponeses agem de forma propositiva, implementando iniciativas agroecológicas, nos valeremos dos conceitos de território, territorialização-desterritorialização-reterritorialização, sobre os quais tratáramos na seção seguinte.

2. TERRITÓRIO E TERRITORIALIZAÇÃO PARA REFLETIR SOBRE AS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS

Nessa seção apresentaremos os conceitos de território, territorialização-desterritorialização-reterritorialização, apontando como estes podem auxiliar na compreensão das dinâmicas das iniciativas agroecológicas implementadas nos assentamentos do MST.

2.1. TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER

O território é uma categoria de análise da Geografia, que segundo Fernandes (2009) foi ganhando espaço em diversas ciências que realizam análises acerca dos processos de produção do espaço. Na Ciência Política, por exemplo, território é compreendido como as relações de poder ligadas ao Estado. Na Economia, diz respeito à base de produção, usando mais a noção de espaço. Na Antropologia, refere-se à dimensão simbólica e foca principalmente no estudo de sociedades tradicionais. Na Psicologia incorpora a subjetividade, a identidade pessoal, chegando à escala do indivíduo, enquanto na Etologia significa o ambiente de um grupo que não pode ser objetivamente localizado (HAESBAERT, 2004).

Na Geografia, conforme Haesbaert (2004) há três vertentes básicas de concepção de território: a política, a cultural e a econômica. A vertente política destaca as relações espaço-poder e concebe o território como espaço delimitado e controlado, muitas vezes relacionado ao poder político do Estado, incorporando mais recentemente diversos poderes. A cultural entende o território como produto da apropriação e da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido, ao cotidiano. A econômica o considera como fonte de recursos ou produto da divisão territorial do trabalho.

Assim, nesta pesquisa, consideramos que o território decorre das relações de poder expressas sobre o espaço e tal como aponta Souza (2009), entendemos que o território não é dado *a priori*, mas é uma projeção espacial de relações de poder. Sendo assim, não há como considerarmos o território, se junto não pautamos as relações de poder que estão imbricados em seu conceito. O território perpassa relações de dominação e apropriação da sociedade e do espaço, que vai desde formas mais concretas via dominação política e econômica, a formas mais funcionais que seriam a

apropriação mais subjetiva, cultural e simbólica do território (LINDNER e MEDEIROS, 2014).

Um dos principais geógrafos a compreender território enquanto relações de poder é Claude Raffestin. Este autor, segundo Rambo (2011) traz importantes contribuições, pois enfatiza a multidimensionalidade de poderes sobre o território, o que assume relevância mediante o aumento de poder dos atores do mercado, devido à globalização e neoliberalismo, a consequente diminuição do poder do Estado, além da emergência da sociedade civil.

Sendo assim, para Raffestin (1993) “toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (p.53). Reforça que “a dissimetria é o feito do poder. O poder é imanente a toda relação que é o teatro e o lugar do confronto” (p.50).

Para Raffestin (1993) o espaço é anterior ao território, sendo que este se forma a partir daquele. Quando se apropria de um espaço, o ator sintagmático – aquele que realiza um programa – o territorializa, seja concreta ou abstratamente, em diferentes níveis. “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território” (1993, p.152). Para o autor o espaço é a prisão original, já o território é a prisão que os homens constroem para si, ou seja, é um espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado.

Conforme Linck (2006), o território é um espaço com personalidade própria que nenhuma lei geométrica permite entender. Também é uma evidência afirmar que o território é uma construção social: o território tem história, uma identidade e é precisamente isso que o enfoque territorial permite entender. Em primeiro lugar, o território é um espaço apropriado. Reconhecer as formas dessa apropriação, entender as modalidades de sua legitimação e identificar os seus beneficiários lança a possibilidade de compreender as dinâmicas que giram em torno das práticas agroecológicas. Ademais, tanto a apropriação como a construção do território são coletivas: produzir um território não é obra de apenas um indivíduo isolado, sim de um grupo. Da mesma forma, a agroecologia não se faz individualmente, mas de forma coletiva.

O autor mencionado entende que o território focaliza simultaneamente relações de competição e de cooperação, que é objeto de conflitos que são revolidos e superados na construção da solidariedade e/ou da hierarquia. É neste ponto que o território pode tomar seu sentido de patrimônio coletivo que se mobiliza em um

processo de produção da sociedade. É precisamente em torno do manejo e das modalidades de apropriação deste patrimônio que têm sentido as interações e as contradições nos e entre territórios (LINCK, 2006).

Para Linck (2006), o território se projeta na história como um espaço onde há construções institucionais. Há uma exigência de ruptura com o universo unidimensional do intercâmbio mercantil – no nosso caso, o universo unidimensional da Revolução Verde – do cálculo e do interesse individual. É um recurso produtivo, manejado e valorado coletivamente, portanto, há exigência de uma gestão social que remete a critérios e estratégias que nenhuma regra natural nem princípio superior permitem entender. Esta definição leva ao debate da construção das decisões coletivas e do manejo de recursos compartilhados. O território, ao mesmo tempo em que é objeto de conflitos e de rivalidades entre usuário, conforma a substância de um projeto coletivo. Falar de território implica em quebrar um consenso: temos que ultrapassar a dissociação entre economia e política enfatizando o fato de que a construção e avaliação dos territórios estão na interseção de ambos os campos (LINCK, 2006).

Para Guanziroli (2006, p.43), a formação de um território não pode ser apenas produto de uma diretriz institucional ou um arranjo geográfico, deve ser uma construção social. Resultará, portanto, do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns.

De acordo com Eduardo (2014, p. 123),

O território, fundamentalmente constituído por relações de poder, congrega uma forte contradição [...] inerentes aos processos de apropriação social do espaço, podem induzir tanto à hierarquização, privação, exploração, espoliação e exclusão, bem como afirmar e potencializar interações baseadas na inclusão, nas horizontalidades, na solidariedade e na preservação ecológica.

O território, ainda de acordo com Eduardo (2014), torna-se o espaço apropriado socialmente, seja pelas formas objetiva e subjetiva, por quem o (re) produz, diferenciando-se pela dialética de poderes construídos historicamente, ordenados nas múltiplas dimensões: econômica, política, cultural e natural. Assim, o território é um todo concreto, mas ao mesmo tempo, ele é flexível, dinâmico e contraditório, por isso, dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando são impressas no espaço (OLIVEIRA, 2010).

Para Lindner e Medeiros (2014), o território representa um “espaço de vida” onde os camponeses lutam pela sobrevivência, lutam para manterem relações sociais,

culturais e políticas, ou seja, esse processo de territorialização implica no exercício de poder de diferentes atores sobre o espaço, bem como conflitos e disputas. Segundo Santos (1996), para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Para os atores hegemonzados trata-se de um abrigo buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantem sua sobrevivência nos lugares (apud HAESBAERT, 2004, p.95). Em outros termos, Saquet (2013) entende que o território tem duas funções principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança e, b) servir como trampolim para oportunidades. Segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território bem como relações externas, de poder e dominação.

Porém, segundo Dematteis (2009 apud EDUARDO, 2014), há um problema atual em questão, referente à diversidade de recursos territoriais, que poderia potencializar a construção do território enquanto bem comum, ou enquanto abrigo ou trampolim nas palavras de Saquet (2013). Devido à produção de valor ser controlada pelo sistema econômico-financeiro global, que tem por objetivo central a acumulação capitalista, altera-se a biosfera, reduz a biodiversidade e a diversidade cultural, além de aumentar as desigualdades e os conflitos territoriais.

Nesse contexto, Eduardo (2014, p. 125) aborda os territórios dissidentes, que são aqueles que se formam “quando sujeitos sociais compartilham de projetos comuns de desenvolvimento, com maior ou menor nível de articulação, consciência política e definição de estratégias, em resistência a processos de opressão, subordinação, espoliação e expropriação, hegemonicamente projetadas no espaço”, como forma de potencializar diversos sistemas territoriais, pela capacidade de reconhecer, controlar e transformar valores e pela garantia da inclusão.

São exemplos de territórios dissidentes:

Os movimentos étnico-raciais que lutam pela demarcação de terras e/ou reconhecimento de direitos; organizações desde a escala dos bairros, como as populações atingidas pelas obras dos megaeventos no Brasil; os movimentos de contracultura, como os *punks* e os *hippies*; as articulações de produtores agroecológicos, fazendo frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio; os Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto, dos Atingidos por Barragens e dos Trabalhadores Sem Terra (EDUARDO, 2014, p. 125).

Podemos dizer que esses movimentos são socioterritoriais, quando constroem territórios dissidentes, por meio de ações coletivas, mediante suas práticas, quando se organizam para defenderem seus interesses, por intermédio de encontros e conflitos. Eles buscam transformar sua realidade de excluídos, dominados. Essas ações

coletivas se iniciam através da luta pelo território, pelo exercício do poder, seja ele material ou simbólico, uma conquista de origem camponesa ou cidadina, significa a terra imbricada de poder sobre a terra, tanto poder da posse, quanto o poder simbólico do pertencimento.

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia (FERNANDES, 2005, p. 9).

É dessa forma que surgem movimentos socioterritoriais, que buscam a conquista pela terra através de práticas de resistências e enfrentamentos e que tem importantes elos com território, a exemplo de um dos mais expressivos, o movimento de luta no campo, o MST, que tem como objetivo principal conquistar o território. Suas lutas ocorrem mediante as ações de ocupações, essas ocupações compreendem processos sociais e político complexos, que abarcam a luta popular pela resistência da lógica hegemônica de reprodução social e de domínio do espaço. Portanto, a luta pelo território se desenvolve por meio de processos de espacialização e territorialização, através da criação e recriação de experiências e das resistências por meio da desterritorialização e reterritorialização. Além disso, caracteriza dinâmicas territoriais, carregadas de territorialidades, como definido a seguir.

A territorialidade representa

(...) um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (...) todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Nas palavras de Raffestin (1993), a territorialidade refere-se à soma das relações mantidas por um sujeito, pertencente a uma coletividade, com o seu meio, entendendo-se o termo soma como uma totalidade das relações biossociais em interação.

Com base em Raffestin, Becker (1983, p.08,) contribui afirmando que

(...) fenômeno associado à organização do espaço em territórios diversos, considerados exclusivos por seus ocupantes; é uma relação com o espaço, considerando os demais atores. A territorialidade é o consumo do território, é a face vivida do poder. Como significação da vida cotidiana, representa a oposição do local com o universal; representa relações mais simétricas do poder, pela busca de uma nova compartimentação do espaço, de uma malha territorial vivida, que possa permitir o exercício do poder pelas coletividades,

malha concreta que se opõe à malha abstrata, concebida e imposta pelo poder do Estado (grifo meu).

Para Santos e Silveira (2004, p. 19), a territorialidade está associada a ideia de “pertencer àquilo que nos pertence”. Conforme Rambo (2006), isso permite formar uma consciência coletiva, pois os atores possuem algo em comum, o seu território, servindo como fator de conexão entre os mesmos. Isso, por sua vez, pode facilitar a busca coletiva por objetivos almejados pela coletividade, como pode ser exemplificado a partir dos movimentos de luta pela terra e pela territorialização da agroecologia.

A territorialização, por sua vez remete ao “conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade” (HAESBAERT, p. 45, 2002).

Oliveira (2010) ressalta que o processo de territorialização, refere-se a um processo de reorganização social, ou seja a reterritorialização que implica em quatro fatores básicos: a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; a construção de mecanismos políticos estabelecidos; a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e, por fim, a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 2010).

Junto aos processos de territorialização, ocorrem também os processos de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, a desterritorialização implica em uma reterritorialização em outra escala. Haesbaert (2004) trata dos processos concomitantes de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, referindo ao exercício do poder sobre o espaço, tornando-o território, ou a perda deste poder em múltiplas dimensões (econômica, política e cultural). Ou ainda,

No movimento, simultaneamente à desterritorialidade dá-se a reterritorialidade. São processos intimamente ligados na mobilidade da força de trabalho. No primeiro, há a perda do território inicialmente apropriado e reconstruído, [...] e no segundo, uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente. A territorialização está na desterritorialização, e vice-versa; concomitantes e articuladas (SAQUET, 2009, p. 214).

Saquet (2009) enfatiza que a dominação ou a apropriação que ocorrem em determinado território, tendem a não serem permanentes, pois há um movimento das territorialidades. Se de um lado há perda do território que inicialmente foi apropriado e reconstruído, a desterritorialização, por outro lado, há o movimento de recriação e

reprodução de elementos antigos em novos elementos, caracterizado como processo de reterritorialização.

Esses processos de T-D-R podem ser identificados no contexto de luta pela terra, organizada pelo MST. Esta luta teve sua origem, impulsionada pelo processo de desterritorialização, que se inicia na década de 1970, pela expulsão de mais de 30 milhões de pessoas no Brasil, que migraram para a cidade ou outras regiões do país (FERNANDES, 2000, p.49). Passa a haver um processo de reterritorialização na medida em que as famílias são assentadas e buscam implementar estratégias de sobrevivência e desenvolvimento. Ou ainda, os latifúndios são territórios sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a reterritorialização das famílias acampadas (FERNANDES, 2005, p.473).

Nesse processo, o que pretendemos destacar é que a agroecologia funciona como um mecanismo capaz de empoderar as famílias assentadas e reforçar seu poder sobre o território, entendendo estas famílias e seus órgãos representativos como atores sintagmáticos, nas palavras de Raffestin (1993). Consideramos que a disseminação das práticas e do modo de vida agroecológico, demonstra a capacidade de adaptação e da ação propositiva dos camponeses, pois como afirmam Schneider e Menezes (2014), os camponeses não apenas reagem ou se adaptam aos condicionantes externos, mas também são capazes de agir de forma propositiva.

O agir de forma propositiva, tendo a agroecologia como um conjunto de práticas, como um movimento e como uma ciência, é o que sustenta nossa afirmação de que a mesma permite a reterritorialização dos camponeses desterritorializados pela modernização da agricultura, quando há estratégias de resistência e ação contrária ao modelo convencional, com isso a luta pela posse da terra e/ou do desenvolvimento de novas estratégias de reconexão da agricultura com os territórios, perpassa pela a construção de uma consciência socioambiental, pelo manejo mais sustentável do solo; pelo aumento da agrobiodiversidade, melhora da saúde, da renda, bem como de um maior acesso à canais de comercialização.

Sintetizando, entendemos o território, conforme Santos e Silveira (2004), enquanto espaço apropriado e usado pelas pessoas que nele vivem, enquanto espaço de poder de uma diversidade de atores (RAFFETIN, 1993). Assim, a territorialidade está vinculada à preocupação com o destino e a construção do futuro. Podemos dizer que no

caso analisado, os camponeses buscam reforçar seu poder sobre o território por meio das práticas agroecológicas e a preocupação com o destino e a construção do futuro, gira em torno da reprodução social e econômica das famílias camponesas, mas também do bem-estar de modo geral, na medida em que se busca a preservação do meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis e nutritivos.

Para Raffestin (1993) o território remete as relações de poder, ou seja, à capacidade que os atores possuem para tomada de decisões e para transformação, de modo a reorganizar o espaço, de forma a lhe dar novos usos. Podemos assim, entender que, ao atribuir nossos usos aos espaços rurais, a exemplo da reforma agrária e da produção agroecológica, mudam-se as relações de poder, instauram-se novos conflitos e disputas. Dessa forma, o território é reconfigurado, através de estratégias de reterritorialização dos camponeses, por meio da luta pela reforma agrária e do fortalecimento da agroecologia. A agroecologia torna-se assim, o elemento de territorialidade das famílias envolvidas com estas práticas, uma vez que torna-se uma estratégia de desenvolvimento rural mais sustentável.

2.2. TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E AGROECOLOGIA

Ao analisar a agricultura camponesa e os processos de desenvolvimento, Ploeg (2008), afirma haver dois modos de produção que repercutem em distintos processos de desenvolvimento. Um deles é denominado forma camponesa e o outro, forma empresarial. A essência e as principais diferenças entre esses dois modos de produção não residem tanto nas relações de propriedade, mas situam-se principalmente nas diferentes formas, através das quais a produção, a distribuição e a apropriação de valor são ordenadas. A forma camponesa encontra-se numa via de reprodução relativamente autônoma. Já o modo de produção empresarial é dependente do mercado, com camponeses integrados ao regime sociotécnico sustentado pelos mercados globais e de *commodities* agrícolas.

Assim sendo, entendemos que a forma camponesa vai ao encontro das concepções de desenvolvimento territorial de Boisier. O autor trata o desenvolvimento territorial enquanto uma expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro-localidades, tais como comunidades, e de meso-localidades, províncias ou regiões. Refere-se a processos de mudança socioeconômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inseridos num marco configurado por sistemas econômicos de

mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão (BOISIER et. al., 1995).

Sendo assim, o objetivo do desenvolvimento territorial é triplo: (a) o aperfeiçoamento do território, entendido não como um container e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (b) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território; (c) o aperfeiçoamento de cada pessoa que pertence a essa comunidade e que habita esse território (BOISIER et. al., 1995).

O autor afirma que o desenvolvimento, na escala humana, se concentra e se sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autoconfiança, na articulação dos seres humanos com a natureza e a tecnologia. O desenvolvimento se fortalece na interação dos processos globais com os comportamentos locais, na interação do pessoal com o social, do planejamento com a autonomia e da sociedade civil com o Estado (BOISIER, 2001).

Entende que, na medida em que se reconhece no desenvolvimento um sistema complexo, axiológico, multidimensional, construtivista, qualitativo em sua essência e intangível por consequência, o paradigma que vem dominando o desenvolvimento científico da modernidade deixa de ser útil para entender o desenvolvimento por seu caráter reducionista, mecanicista e linear. Neste sentido, entender o desenvolvimento requer enfoques holísticos, sistêmicos e recursivos (BOISIER, 2001).

Tal afirmação encontra sustentação nas repercussões territoriais do desenvolvimento implementado em várias escalas e ao longo do tempo, que segundo Furtado (2000), resultaram na proletarização do campesinato, separando-o dos meios de produção, no caso da terra, ou lhe tomando de forma gradual a sua autonomia, o que fez acentuar as assimetrias de poder e os conflitos no campo. A essa ideia complementamos, que esses conflitos emergem no sentido de superar os limites ainda encontrados dentro das contradições e dos dilemas da agricultura camponesa na tentativa de sobreviver a uma organização produtiva homogeneizada e excludente, que envolve o conjunto dos trabalhadores do campo, os levando a certa fragilidade no processo produtivo e em muitos casos em sua desterritorialização.

Esse processo é acentuado no Brasil, quando começa a ser implementada, nos anos 1950 a 1960, a modernização da agricultura. Os camponeses são induzidos a se adaptar à modernização das práticas na agricultura, que se tornou hegemônica em todo

mundo, não apenas no plano científico, mas nos diferentes sistemas agrícolas em todos os países que a ela aderiram. Esse modelo rompeu com o passado por integrar fortemente as famílias rurais as novas formas produtivas, mercantilizando gradualmente a vida social, quebrando a autonomia, ou tornando a agricultura “atrasada” se não houvesse um enquadramento nesse padrão de desenvolvimento (ELLIS e BIGGS, 2005).

Nos anos 1970, se passa a investir em políticas públicas agrícolas, sendo o Estado principal patrocinador através de créditos subsidiados. Já nos anos 1980, há um ajuste estrutural, predominando a ideia de livre mercado e assim o Estado deixar de ser um importante financiador do desenvolvimento das políticas agrícolas.

Como apontado em Rambo (2011), no final da década de 1980 e de 1990, sob o impacto da crise fiscal, a escassez de recursos passou a ser uma questão central, limitando a capacidade de resposta do Estado às crescentes demandas na área social. Neste processo de reforma, o ideário neoliberal passa a disputar espaço com as reformas em curso. Programas de ajuste são sugeridos e orientados ao desmantelamento e diminuição deste Estado, desregulamentando a economia e garantindo a abertura do mercado (FARAH, 2003). Para Silva (1996) o resultado do ponto de vista social do modelo de crescimento agroindustrial ensaiado na década 1980 e também 1990 não poderia ter sido mais perverso: aumentou a concentração de renda no campo, a proporção de pobres cresceu e os pobres se tornaram relativamente mais pobres.

A partir desse momento inicia a ascensão de ONGs, através da luta e debate por um novo modelo de desenvolvimento menos excludente. Emerge uma preocupação com um meio de vida mais sustentável, com políticas para públicos menos privilegiados da sociedade. Ganham força as críticas aos modelos de desenvolvimento que padronizam modos de vidas, na mesma época começam a ser construídas políticas de proteção social e para erradicação da pobreza (ELLIS e BIGGS, 2005).

Nestes avanços, tiveram papel essencial, os movimentos sociais que lutam por políticas públicas capazes de garantir a redução da pobreza, a construção de meios viáveis para desenvolvimento da vida rural, o que perpassa a luta pela reterritorialização da agricultura camponesa, como contraponto ao modelo desenvolvimentista excludente adotado no país.

Essa breve contextualização demonstra modelos conflitantes de desenvolvimento rural que implicam em reflexos distintos sobre o território. Como

destacamos no capítulo anterior, o conceito de território perpassa relações de dominação e apropriação da sociedade e do espaço, que vai desde formas mais concreta via dominação política e econômica, a formas mais funcionais como a apropriação mais subjetiva, cultural e simbólica do território (RAFFESTIN, 1993; LINDNER e MEDEIROS, 2014). Assim, o território pode ser considerado uma categoria de análise que evidencia conflitos e pluralidades, que são gerados mediante as diversidades e articulações dos sujeitos, que coloca em disputa distintos projetos de desenvolvimento que estão em constante conflito, construção e reconstrução, seja por projetos políticos, por espaço de vida e interação.

Boa parte desses conflitos nasce mediante as contradições da territorialização do modelo de desenvolvimento do agronegócio. As relações assimétricas de poder resultam em um movimento de sujeitos e organizações do campo e da cidade, que através de enfoques e práticas agroecológicas, buscam garantir subsídios para (re) construção de agriculturas mais sustentáveis. Assim, vem sendo construídas iniciativas em assentamentos com base em um projeto ecológico camponês (EDUARDO, 2014).

Ainda, para Eduardo (2014, p. 90).

Se na escala global a agroecologia **parece** um projeto utópico e mal desenhado, “descendo” de escala apresenta-se, topicamente, como estratégia objetiva na construção de territórios de vida: de produção, cultura e organização política camponesa. Numa escala, os sujeitos são invisibilizados pela hegemonia do agronegócio; noutra, o conflito aparece como tônica no território: nos *sistemas locais territoriais*. Há territórios mais ou menos monopolizados pelo capital, em que a territorialidade é em grande medida marcada pela passividade, e há territórios em que as pessoas se tornam sujeitos de *territorialidades ativas* e levam adiante seus projetos de vida com importante grau de autonomia relativa (grifos no original).

Com isso a agroecologia passa por um processo de ativação da territorialidade, quando constrói potencialidades e propostas alternativas de desenvolvimento que se fundamentam nos espaços locais, através da (re) apropriação social do território monopolizado pelo capital. Com isso, a agroecologia possibilita que o território se transforme em trunfo (RAFFESTIN, 1993) para uma possível libertação, quando oferece novos elementos para pensarmos modelos ecológicos de desenvolvimento territorial, que garantam aos sujeitos a expansão da sua autonomia, da criatividade, da ação coletiva e da proteção do meio ambiente (EDUARDO, 2014).

Ainda de acordo com Eduardo (2014), estudos em relação à agroecologia e desenvolvimento territorial, passam por grandes desafios. Dentre esses desafios está conseguirmos fazer referência as próprias visões de mundo e da realidade concreta dos

sujeitos envolvidos nas dinâmicas agroecológicas, a ponto de estruturarmos uma abordagem mais real possível acerca do desenvolvimento e do território desses sujeitos. Essa preocupação, contudo, deve ser prioridade, para não cairmos no risco de entender o pensamento e o fenômeno agroecológico e territorial, de forma abstrata ou através de conceitos que são estranhos à realidade da luta por e pelo território desses sujeitos.

Desse modo, o território torna-se um ponto chave para teorizarmos e compreendermos as diferentes disputas acerca da luta camponesa, quando levamos em consideração as contradições, a escala de resistência e as diferentes representações que envolvem a construção do modo de vida com conexão com a terra e com as relações a partir dela estabelecidas.

É explícito como a agroecologia é um conceito em disputa. A necessidade de desvinculá-la das perspectivas de “negócio privado” e “nicho de mercado” (inerentes à racionalidade do capital “verde”), para ampliá-la como projeto camponês em embate com a territorialidade do agronegócio, sinaliza leituras do agir conflitual que desafiam a possibilidade de consenso entre distintos modelos de desenvolvimento “pelo território”. Por isso, para a agroecologia lograr êxito como potência no desenvolvimento territorial, seria preciso investimentos mais contundentes da sociedade e do Estado, bem como um direcionamento mais efetivo das ações das organizações e entidades que atuam junto à agricultura familiar (EDUARDO, 2014 p. 100).

Assim como a agroecologia também é um conceito em disputa, há duas formas mais evidenciadas de contradições a respeito do desenvolvimento territorial, as quais são precedentes de distintas concepções de território e de desenvolvimento. A primeira diz respeito à compreensão de desenvolvimento territorial passivo e consensual. A segunda de desenvolvimento territorial ativo e conflitual. Essas concepções são caracterizadas pelas diretrizes balizadoras de políticas públicas com tendências territoriais ou com base na ação social, de sindicatos, movimentos sociais, ONGs, entre outros, através de disputa na prática e no campo teórico-metodológico (EDUARDO, 2014).

A primeira concepção, segundo Eduardo (2014 p. 95).

Trata-se de um viés que despolitiza a luta no (e pelo) território, restringindo-o a ferramenta metodológica do planejamento. O território figura como valor de troca; recurso, agregando vantagens locais comparativas; oportunidade de negócios; estratégia diferencial para a reprodução do capital pela valorização e/ou reinvenção das amenidades [...] Esse desenvolvimento territorial promotor de *territorialidades passivas* é signatário de uma concepção de desenvolvimento com base no consenso e no ajuste do território e das territorialidades para a produção capitalista do espaço [...] O território, nessa abordagem, encontra-se de “cabeça para baixo”. Não possui “vida própria”, isto é, seu vir a ser efetiva-se sob a tutela do Estado. Por isso, estimulam-se *territorialidades passivas*, dependentes da oficialidade e das iniciativas privadas.

Já a segunda concepção é

Apreendida como valores de uso e em conflito com as forças hegemônicas que monopolizam o território e com processos centralizados e burocratizados de gestão, ambos insistentes em manter coeso determinado modelo de desenvolvimento potencializador de *territorialidades passivas* (EDUARDO, 2014 p.96).

Dessa forma, a agroecologia enquanto construção do projeto ecológico camponês passa a ser um importante processo para ativação de territorialidades e promoção do desenvolvimento territorial, mediante a conquista de uma maior autonomia relativa camponesa entre sujeitos e instituições. Em razão disso, Fernandes (2005, p. 178) afirma que “a conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios”. Em outras palavras, o desenvolvimento gera conflitualidades e as conflitualidades geram desenvolvimento. Desse modo, o território vira palco dos conflitos, quando os camponeses reagem à exclusão e ao monopólio do território pelo capital, a perda da sua autonomia e da sua biodiversidade. Assim, os camponeses se (re) inventam através de modelos mais democráticos, pluralista e sustentáveis de desenvolvimento com base no território (EDUARDO, 2014).

Nesse sentido, Fernandes (1999) com base em Raffestin (1993) aponta o território como um triunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos triunfos (RAFFESTIN, 1993). Nesse processo a fração do território é conquistada na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do MST, dessa forma o território além de triunfo passa a ser essencial para sua existência dos movimentos camponeses, porque criam relações sociais que tratam diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios, a exemplo das práticas agroecológicas.

É nesse processo em torno da reterritorialização que os camponeses acabam buscando alternativas através da implementação da agroecologia, entendida também como instrumento político de enfrentamento ao agronegócio. Entendemos que esta tem o potencial de estabelecer novas reflexões em torno da agricultura e das relações humanas.

Sendo assim, a territorialidade construída em torno da agroecologia nos assentamentos rurais é capaz de minimizar a submissão dos camponeses em relação ao sistema de produção vigente. O fato dos camponeses possuírem terra os faz deterem um triunfo para se tornarem agentes de mudanças, pois além de possuidores dos seus

próprios meios de trabalho, também tornam-se protagonistas de seus modos de vida, quando estes são baseados em princípios como os da agroecologia. A partir disso, é possível implementar projetos de desenvolvimento que estejam baseados nos potenciais do território, sejam estes ambientais ou socioculturais. Emergem, portanto, novas estratégias de resistência a partir da própria identidade local.

No entanto, defender um projeto que tenha como princípio a construção da autonomia camponesa, tem requerido dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares, um conjunto de ações estratégicas e táticas que visem ir além, transpor as ideias de que os camponeses simplesmente tenham direitos. Como arquitetos dessa conjuntura, é necessário que os camponeses se empoderem e se sintam cada vez mais motivados para a compreensão de uma especificidade camponesa e, acima de tudo, de uma economia camponesa. Ou seja, como mencionado anteriormente, os camponeses são capazes de agir de forma propositiva (SCHNEIDER, MENEZES, 2014).

Dessa forma, a luta pelos assentamentos tem se expressado enquanto um projeto de desenvolvimento territorial mais sustentável através da matriz produtiva da agroecologia, que pode ser traduzida enquanto um processo de reterritorialização. A luta pelo território por parte destes atores é formada pela vivência já construída desses assentados, enquanto camponeses desterritorializados de suas terras e da sua luta por melhorias da qualidade de vida.

Também compreendemos, que para ocorrer um processo de reterritorialização mais efetivo das famílias camponesas, essas devem ter direito e acesso a terra e a políticas públicas básicas que garantam seu desenvolvimento. Portanto, é necessário que haja políticas diferenciadas, as quais dêem conta das demandas de implementação e fomento da matriz produtiva da agroecologia. A maioria das políticas públicas voltadas ao campo, desde sua implementação durante a década de 1960, garantiu subsídios ao modelo de produção do agronegócio. Com isto, as famílias encontram barreiras a sua decisão política de transição do modelo produtivo convencional para o agroecológico.

Neste sentido, há uma necessidade de múltiplos atores atuarem sobre essa dinâmica territorial. Para tanto, há que se propor um tratamento distinto, pautado em políticas públicas com incentivo, por um lado, à produção com princípios agroecológicos, mais sustentáveis, solidários e com base na cooperação. Por outro, incentivo à formação e consolidação de mercados agroecológicos, tudo isso, como forma de garantia da reterritorialização dos assentados. Isso demanda uma ação do Estado e das entidades representativas e demais coletividades, ações mais efetivas e

concretas, assim como a criação de novas políticas voltadas a atender as necessidades das famílias camponesas.

Porém, ao considerarmos que os processos de ocupações dos territórios são dinâmicos e complexos sabemos que dentro dos assentamentos existe um processo de luta pelo modo de vida e produção agroecologia, pautado no modo camponês, como aponta Ploeg (2008), e também há em curso dentro dos assentamentos a estratégias de territorialização do capital no campo, o modo empresarial (PLOEG, 2008), trazendo consigo o modelo tradicional de produzir, sua forma de se relacionar e sua visão de sociedade. O desafio acadêmico que aqui se coloca é compreender o que limita a expansão da agroecologia nos assentamentos da reforma agrária.

Diante disso, o processo de territorialização da agroecologia, requer esforços de múltiplos atores de múltiplas escalas. A consolidação e expansão das experiências agroecológicas estão estritamente ligadas aos incentivos e ações de entidades, organizações e das políticas públicas de apoio às práticas agroecológicas de produção, comercialização e consumo.

Porém, dentro dessa dinâmica territorial, um elemento importante, que merece destaque e que vem garantindo um avanço nas ações agroecológicas é o desenvolvimento da cooperação, sobretudo nos assentamentos, essas ações coletivas e de auto-organização, vem em busca de unir forças, e dar visibilidade para sociedade das externalidades negativas do atual modelo capitalista de agricultura. Frente a esse processo, tem se tornando de extrema importância, o desenvolvimento de uma política cooperativista para os assentamentos, devido à necessidade de sua viabilização tanto econômica como social, baseando-se na ideia de que através da cooperação os assentados podem sobreviver na e da terra, produzindo com maior qualidade, diversidade e autonomia.

A necessidade da organização e fortalecimento da atividade agropecuária exige dos assentados medidas de fortalecimento e união, que as cooperativas, quando bem administradas, podem oferecer. A simples adesão ao sistema cooperativista por si só certamente não confere nenhum atestado de sucesso ao assentamento, porém oportuniza alcançá-lo (FRANCIOSI, 2007).

Por fim, o que parece se evidenciar é que os processos que vem se estruturando em assentamentos vem permitindo que os camponeses continuem existindo e se recriando dentro do sistema capitalista. Dessa forma, esses avanços partem da necessidade de sobrevivência dos camponeses, baseados na ideia de que através de um

modelo de agricultura mais sustentável, com base na agroecologia, pode-se sobreviver na terra, produzir alimentos mais sustentáveis e saudáveis, para o campo e para a cidade. Contribui assim para o aperfeiçoamento de cada pessoa, da comunidade e do território, como menciona Boisier (1996).

Assim, entendemos que, por mais que haja dificuldades, entre as ações e execuções das atividades agroecológicas nas Unidades de Produção Familiar Camponesa -UPFC, que vai além da produção, mas se expressa na identidade camponesa, que estabelece sua organização própria desde sua família até as relações estabelecidas com a sociedade, que de acordo com Marques (2008) é enfatizada por Shanin:

A especificidade camponesa decorre, então da interdependência e combinação variável entre quatro características ou facetas básicas encontradas em diferentes contextos históricos-geográficos mundiais e não se reduz a nenhuma delas: o cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade. Porém, o cerne ou raiz de suas características determinantes está na natureza e dinâmica da unidade de produção rural familiar (SHANIN apud MARQUES, 2008, p. 51).

Essas atividades nas UPFC vêm contribuindo para a emergência de um território da agroecologia, capaz de garantir uma produção diversificada para o autoconsumo e para comercialização, contribuir para a recuperação e manutenção dos agroecossistemas locais, resgata o saber-fazer local, disponibilizar alimentos saudáveis e diversificados, e garante a reprodução social das famílias.

3. A (RE) TERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES PELAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS

Nessa seção analisaremos o território da agroecologia nos assentamentos em questão, consideramos que este pode ser entendido enquanto construção social com uma longa trajetória histórica, que se inicia junto à luta pela terra. É resultado da atuação de múltiplos atores em múltiplas escalas, desde os camponeses, passando pelo Estado e pelos atores do mercado. É espaço de conflito e embate, seja dos camponeses com o agronegócio, seja dos camponeses agroecológicos com os camponeses convencionais. É um processo de reterritorialização, pois a agroecologia é um contraponto a expropriação provocada pela modernização da agricultura, uma vez que busca restaurar a resiliência e a força dos agroecossistemas, com base na preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. Desse modo, reforça-se o poder de uso e transformação do espaço

pelos camponeses, tornando-o território, o que Haesbaert (2004) denomina de reterritorialização.

Enfim, se território é poder (Raffestin, 1993) e a agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a comunidade seja a força geradora dos objetivos e das atividades dos projetos de desenvolvimento (ALTIERI, 2009), existe uma dinâmica territorial que merece ser analisada.

No caso desse estudo procuramos compreender a reterritorialização dos camponeses, através da origem e trajetória das experiências agroecológicas, e das ações e estratégias dos atores envolvidos. Para isso levantamos os elementos limitantes e facilitadores das experiências agroecológicas, e por último quais são as mudanças ocorridas, as transformações territoriais expressas nas experiências das famílias assentadas dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, que contribuem para reterritorialização dos camponeses e a construção do território da agroecologia.

3.1 A GÊNESE E TRAJETÓRIA DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NOS ASSENTAMENTOS IRENO ALVES DOS SANTOS E MARCOS FREIRE

Para compreendermos a gênese e a trajetória das experiências agroecológicas nos dois assentamentos estudados, foi desenvolvido entrevista com assentados solicitando: Quais as Entidades ou Organizações que vem auxiliando as famílias na implementação da agroecologia na sua Unidade de Produção Familiar Camponesa - UPFC e como? A partir daí, foi levantado os nomes dos atores que vem desenvolvendo ações voltadas a disseminação da agroecologia. Entendemos que o apoio desses atores compõe a dinâmica territorial que envolve as práticas agroecológicas.

Uns dos principais atores envolvidos são os trabalhadores sem-terra, articulados no MST, quando em no ano 1996, ocuparam uns dos maiores latifúndios do Estado do Paraná, a Fazenda Pinhal Ralo, com 80 mil hectares, pertencente à empresa madeireira Giacometi-Marondin.

A Fazenda Giacometi-Marondin era mais um latifúndio que não cumpria sua função social, e que serviu de espaço de luta do MST, contando com grande número de famílias, mais de 3.000 participaram e marcaram a história da luta pela terra no Paraná e no Brasil.

A trajetória dessas famílias se iniciou no local denominado “Buraco”, que recebeu este nome por estar localizado numa baixada, ao lado da BR 158, encostado ao

Rio Xagú, a cerca de 5 km distante do centro do Município de Rio Bonito do Iguauçu, e cerca de 14 km da sede da Fazenda Pinhal Ralo, pertencente à empresa madeireira Giacometi-Marondin.



Figura 01: Acampamento no Buraco, Rio Bonito do Iguauçu, 1996.
Fonte: Disponibilizada pelo Ceagro, 2017.

Quando as famílias se estabeleceram no acampamento do Buraco, uma parte delas foi organizada para deixar o acampamento do Buraco e acampar no portão da Fazenda Pinhal Ralo. Primeiro porque o local do Buraco era uma área muito fria, e com muito acúmulo de pessoas, havia muita fumaça e diversas pessoas estavam ficando com problemas de saúde. Segundo, por ser uma área estratégica para adentrarem no interior da fazenda (CARVALHO, 2011).

Houve então a primeira tentativa de negociação da empresa Giacometi-Marondin com o Incra, sem avanços. A partir desse momento, houve a necessidade das famílias produzirem para sua subsistência. Para isso, foi necessário adentrar na fazenda por cerca de 14 km até a sede da mesma. Durante esse percurso todos repetiam o lema: “É necessário plantar”. Lá existia estrutura de casas e armazéns, e uma porção de terra mecanizada, em torno de 2.500 hectares. Nessa área, os acampados se organizaram em 83 núcleos de trabalho. Cultivaram milho, feijão e verduras, para dar conta de seu sustento, e também passaram a produzir animais para complementar a alimentação. Mesmo assim, a estrutura era precária e faltavam muitas coisas. Ainda tinha gente passando necessidades e crianças doentes, sem assistência. (HAMMEL, SILVA, ANDRETTA, 2007)

O acesso ao interior da fazenda foi um assunto bastante repercutido na mídia da época, por ter sido alvo das lentes do fotógrafo Sebastião Salgado, e da publicação do livro lançado em 1997, por título “Terra”, no qual ele descreve a fileira de sem-terras rompendo os portões da fazenda, em busca do sonho da conquista da terra.



Figura 02: A Luta Pela Terra: A Marcha De Uma Coluna Humana - Sebastião Salgado (Ocupação da Fazenda Giacometi-Marondin, 17/04/1996). Fonte: A História da Fotografia, 2017.

Era impressionante a coluna dos sem-terra formada por mais de 12 mil pessoas, ou seja, 3 mil famílias, em marcha na noite fria daquele início de inverno no Paraná. O exército de camponeses avançava quase completo. Escutava-se apenas o arfar regular de peitos acostumados a grandes esforços e os ruídos que tocavam o asfalto. Pelo rumo que seguia a corrente, não era difícil imaginar que o destino final fosse a fazenda Giacometi, um dos imensos latifúndios tão típicos do Brasil. Marginalmente explorados, esses latifúndios, todavia, em razão das dimensões colossais garantem aos seus proprietários rendas milionárias. Corretamente utilizados, os 83 mil hectares da fazenda Giacometi poderiam proporcionar uma vida digna aos 12 mil seres que marchavam naquele momento em sua direção. Anda rápido um camponês: 22 quilômetros foram cobertos em menos de cinco horas. Quando chegaram lá, o dia começava a nascer. A madrugada estava envolta em espessa cerração que, pouco a pouco, foi se deslocando da terra, sob o efeito do rio Iguaçu, que corre ali bem próximo. Pois o rio de camponeses que correu no asfalto noite adentro, ao desembocar defronte da porteira da fazenda, pára e se espalha como as águas de uma barragem. As crianças e as mulheres são logo afastadas para o fundo da represa humana, enquanto os homens tomam posição bem na frente da linha imaginária para o eventual confronto com os jagunços da fazenda. Ante a inexistência de reação por parte do pequeno exército do latifúndio, os homens da vanguarda arrebatam o cadeado e a porteira se escancara; entram; atrás, o rio de camponeses se põe novamente em movimento; foices, enxadas e bandeiras se erguem na avalanche contida das esperanças nesses reencontros com a vida - e o grito reprimido do povo sem-terra ecoa uníssono na claridade do novo dia: “REFORMA AGRÁRIA, UMA LUTA DE TODOS!” (SALGADO, 1997),

Com as famílias estabelecidas na sede da fazenda, houve a organização e separação de áreas para cada grupo de famílias produzir como forma de garantirem seu sustento. Porém, quando tudo parecia mais tranquilo, a espera da decisão do Incra, da desapropriação da terra, no dia 16 de janeiro de 1997, enquanto algumas famílias trabalhavam na área de plantio, duas delas foram realizar uma ronda envolta da área para garantir a segurança dos demais que estavam trabalhando, quando foram surpreendidos por tiros de espingardas, pistolas e fuzis AR – 15, o que levou a morte de Vanderlei das Neves, de 16 anos e de José Alves dos Santos, de 34 anos.

Logo após esse acontecimento o Incra decreta a desapropriação das terras e realiza a reforma agrária que os acampados tanto almejavam. Isso se dá devido ao referido acontecimento, pela grande repercussão nacional e internacional. Além disso, a empresa mudou de nome e passou a se chamar Araupel, e não mais Giacometti-Marondin (CARVALHO, 2011).

Dessa forma, foi criando o PA (Projeto de Assentamento) Ireno Alves dos Santos¹⁰. Esse assentamento teve uma área com 16.852 hectares desapropriados, assentando 934 famílias. Um ano depois, se desapropria, no mesmo latifúndio, mais uma área, criando-se o PA Marcos Freire com as famílias que ficaram excedentes do assentamento Ireno Alves. Este levou ao assentamento de mais 604 famílias numa área de 10.095 hectares. As lideranças queriam instituir o mesmo nome, Ireno Alves dos Santos, mas o Incra não permitiu, e denominou de Marcos Freire¹¹. Nos dois assentamentos foram assentadas 1.538 famílias. Embora sejam dois projetos, no cotidiano, são considerados um único assentamento, devido a todo processo de luta e de sua história.

Entrando nas formas organizativas atuais dos assentamentos, o território do Ireno Alves dos Santos é constituído de 934 famílias que são divididas em 15 comunidades para uma melhor organização. São elas: Arapongas, Guadalupe, Juriti, Alta Floresta, São Francisco, Açude Seco, Nova Santa Rosa, Santo Antônio, Irmã

¹⁰ O assentamento recebeu este nome em homenagem há um grande militante do MST que contribuiu muito na luta pela terra da região e também na organização do Assentamento. Devido a uma fatalidade, faleceu no dia 25 de dezembro de 1996 na BR 467, km 90, entre Toledo e Cascavel num acidente automobilístico, ocasionando uma estimável perda aos seus familiares e aos companheiros de luta pela Reforma Agrária.

¹¹ Em homenagem a outro lutador em prol da redemocratização no país, Marcos de Barros Freire, era advogado, professor e político, atuou como Deputado Federal e Senador. E por uma tragédia faleceu em um acidente aéreo quando era ministro da Reforma Agrária.

Dulce, São Vicente, Nova Conquista, Nova União, Nova Estrela, Sede, Nossa Senhora da Aparecida e o Grupo 52. Essas comunidades fazem parte da Central das Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos – CACIA, a qual busca recursos junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

Já o assentamento Marcos Freire, com 604, está dividido em 13 comunidades, sendo elas: Paraíso, Campos Verdes, Quatro Encruzo, Alto Alegre, Centro Novo, Camargo Filho, Santa Luzia, Aliança, Apra, Cristo Rei, Nova Aliança, Água Morna, Alto Água Morna. Essas comunidades são representadas pela Associação Comunitária do Assentamento Marcos Freires - ACAMF.

Depois das primeiras conquistas realizadas, da terra e de suas divisões, era momento das famílias organizarem seus lotes para começarem a produzir. Afinal, as famílias tinham necessidade de alimentação, moradia, educação e saúde. Como tudo isso poderia ser viabilizado? De que forma se produziria? Onde conseguir créditos para investir nas propriedades, e garantir condições às famílias para sobreviverem da/na terra? Dentro do MST, já vinham acontecendo algumas discussões e experiências sobre as formas de cooperação e formas alternativas de produção, que poderiam criar as condições necessárias para as famílias se organizarem dentro dos assentamentos já em construção.

Em relação à localização, aproximadamente 90% da área do assentamento Ireno Alves localiza-se dentro dos limites territoriais do município de Rio Bonito do Iguaçu. Por essa razão, toma-se esse município como base para a descrição da localização e acesso ao assentamento, mesmo sabendo que ele tem parte de sua área territorial inserida no município Nova Laranjeiras (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO, 2004).

Já em relação ao assentamento Marcos Freire, 100% da sua área localiza-se dentro dos limites do município de Rio Bonito do Iguaçu, mas há uma distância considerável até a área urbana do município, ficando assim o acesso mais facilitado ao município limítrofe de Saudades do Iguaçu. Por outro lado, todo o relacionamento político, econômico e social dos assentados dá-se em Rio Bonito do Iguaçu. Além disso, grande parte dos assentamentos margeia a BR 158, o que facilita o acesso e consequentemente, o abastecimento e o escoamento da produção dos assentamentos (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO, 2004), conforme figura a seguir:

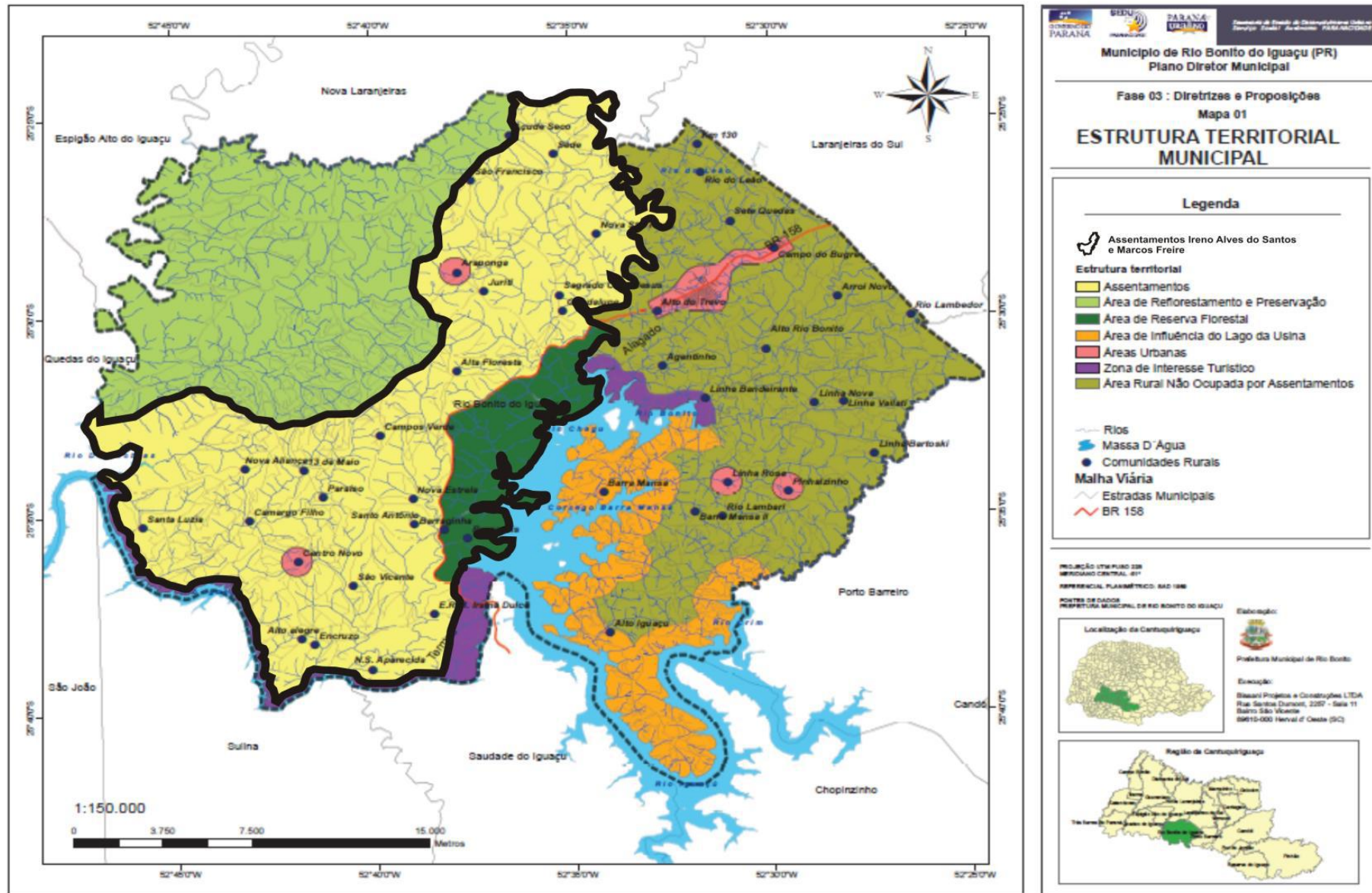


Figura 03 : Localização dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire dentro do município de Rio Bonito do Iguçu, área de estudo.

Fonte: Prefeitura de Rio Bonito do Iguçu, departamento de engenharia, 2011.

Os assentamentos estudados fazem parte do Território Cantuquiriguaçu¹², o qual apresenta elevada concentração fundiária, mesmo possuindo muitos assentamentos organizados pelo MST e pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). Dos 20 municípios pertencentes ao território, em 11 deles existem assentamentos.

Com base em dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2017), verificamos que no município de Rio Bonito do Iguaçu, o número de estabelecimentos pertencente a proprietários é de 672. Já os que pertencem aos assentados sem titulação definitiva é de 1.530 estabelecimentos. Em relação à área, os proprietários possuem 21.176 hectares e os assentados sem titulação definitiva 22.183 hectares. Ou seja, os proprietários detêm 46,38% da área e 25,40% dos estabelecimentos. Os assentados detêm 48,59% da área e representam 57,82% de estabelecimentos. Enquanto aqueles possuem uma média de 31 hectares, estes possuem 14 hectares.

Esses dados municipais são representativos da realidade regional e evidenciam a concentração fundiária, como ilustra o gráfico a seguir:

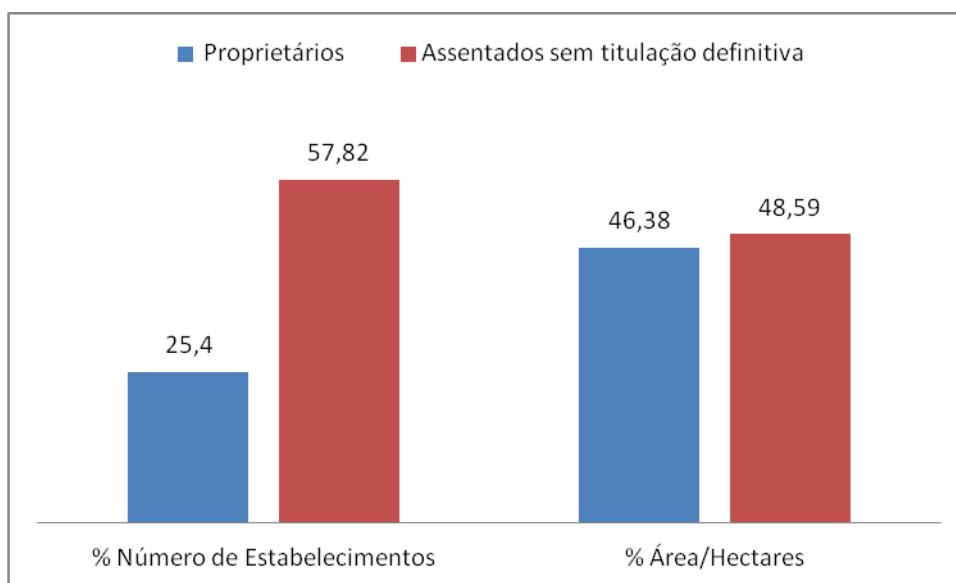


Gráfico 04: Estrutura Fundiária de Rio Bonito do Iguaçu-PR

Fonte: Censo Agropecuário, 2006. Organização própria.

A origem geográfica das famílias que integram os assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire é muito diversa. As famílias são provenientes de 64 municípios diferentes. Destes, 34 localizam-se na região Sudoeste do Estado do Paraná.

¹² O recorte especial do território Catuquiriguaçu é decorrente de uma política pública federal, qual seja, Programa Territórios da Cidadania (PTC), criada em 2008. O PTC objetivava superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural, por meio de: (a) a inclusão produtiva das populações pobres; (b) planejamento e integração de políticas públicas; (c) universalização dos programas básicos de cidadania; (d) ampliação da participação social (BRASIL, 2011).

Os outros 35% das famílias vieram do Paraguai e dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rondônia e Mato Grosso (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO, 2004).

A maioria dessas famílias vivia em áreas rurais, vendendo sua força de trabalho como diaristas, arrendando pequenas áreas para produzir ou viviam nas periferias de cidades maiores, como Foz do Iguaçu e Guarapuava, na maioria desempregados, ou sem trabalho fixo nem profissão definida e com qualidade de vida precária.

Há também uma diversidade de origem étnica entre as famílias dos assentamentos. Há descendentes de alemães, poloneses, italianos e índios, que afirmam que migraram para conseguirem uma propriedade - “um pedaço de terra” - para produzir. Os cultivos que mais se destacam nos assentamentos ainda são o milho, a soja, o feijão e a pecuária leiteira, destinados ao mercado. Há também produção de bovinos, suínos e aves. Hortifrutigranjeiros fundamentalmente destinados ao consumo. Desenvolve-se ainda a fumiicultura e a sericultura, que adentraram com força nos assentamentos, porém perderam relativamente seus espaços como atividade geradora de renda, devido a prejuízos das famílias.

Já a produção que mais avança é a produção leiteira, que vem sendo uma atividade complementar na renda, garantindo renda mensal, auxiliando nas despesas da unidade de produção familiar camponesa, uma vez as commodities tem seu valor dado pelo mercado internacional.

Segundo o Plano de Consolidação (2004), o modelo do agronegócio no assentamento é dominante, o que eleva os custos da produção. Os produtores pagam altos preços pelos insumos, por horas/máquina, etc. e na época da colheita os preços para comercialização estão em baixa, tornando muito desigual os custos de produção e o valor de comercialização, o que acaba levando o prejuízo aos agricultores. Segundo o Plano, a renda acaba na maioria das vezes ficando para as cooperativas do município de Rio Bonito do Iguaçu, as mais utilizadas pelos produtores. Essas cooperativas estão inseridas na lógica do mercado, agem como financiadoras e atravessadoras da produção, primando pelo seu próprio lucro e crescimento.

Essa submissão ao agronegócio e as dívidas ocasionadas por esse tipo de produção bem como problemas climáticos, geraram um endividamento que levou à venda de lotes de terras. No Assentamento Ireno Alves dos Santos, segundo estimativa do dirigente do MST, em torno de 60% das famílias assentadas venderam suas terras.

A venda das terras que ocorreu e ainda ocorre no assentamento, pode ser caracterizada como um novo processo de desterritorialização. Contudo, essa dinâmica

de “excluir os excluídos” fez emergir lutas protagonizadas pelos movimentos sociais camponeses em busca de novas dinâmicas territoriais, sobretudo no que diz respeito às formas de viver e de trabalhar na terra, a exemplo da agroecologia, o qual podemos considerar enquanto um “novo” processo de reterritorialização dos camponeses em curso.

As experiências agroecológicas são provenientes das discussões que surgem no final da década de 1990, quando o MST assume o desafio de superar o padrão de desenvolvimento agrícola baseado na Revolução Verde, que é avaliado como um modelo excludente para famílias assentadas. A partir desse período, o MST começa a desenvolver formações com as famílias acampadas e assentadas, acerca da importância da construção de modelos de produção sustentáveis e com base na cooperação.

Dessa forma, a gênese das discussões do modelo de produção alternativo ao da Revolução Verde, inicia de forma singela. Já no acampamento, ocorriam discussões e formações com objetivo de conscientizar as famílias, para que após a conquista da terra, o modo de produzir deveria ser alternativo/sustentável. Porém, como o processo de organização coletiva no acampamento foi rápido, logo ocorrendo a desapropriação da fazenda, não houve tempo de aprofundar a discussão em torno da produção mais sustentável.

Mesmo assim, no começo dos assentamentos muitas famílias começam a desenvolver a produção com foco no autoconsumo, e de forma menos agressiva ao meio ambiente. Porém, com a falta de recurso para investir nas suas unidades de produção camponesa, acabaram tomando financiamentos para subsidiar atividades da moderna agricultura. Também com objetivo de facilitar o trabalho, muitas famílias destocaram, derrubaram a vegetação, utilizaram grandes quantidades de venenos para limpar suas terras para plantio. Por outro lado, as famílias que vinham produzindo de forma orgânica, desanimaram ao verem que não havia agregação de valor ao seu produto, e ainda dependia de mais esforços, mão de obra para conseguir produzir em grande quantidade, para haver sobra de recursos para conseguirem realizar investimentos em suas UPFC. Como aponta em entrevista o dirigente do MST:

Em abril de 1996, quando nós ocupamos, já no mesmo ano surgiu uma negociação, em função da pressão, porque era muita gente, surgiu uma oferta da empresa que negociou uma parte, e o Incra naquele mesmo ano desapropriou então 17 mil hectares. Ali foi o surgimento do Ireno Alves. Como foi muito rápido, eu acho que acabou atrapalhando a discussão sobre o assentamento e o modelo de produção. Pode ver que nós não temos grupos

iniciais ou grupos orgânicos como temos no Celso Furtado¹³, mas ainda assim, foi possível discutir qual seria a tarefa nossa... não foi tão aprofundado, mas o Movimento discutia, fazia a crítica ao modelo de produção que a Giacomet/ Araupel fez naquela região, onde eles destruíram todo o meio ambiente para produzir madeiras, não se preocuparam com a preservação da fauna e flora, da mata atlântica. Nós fazíamos essa crítica. Nesses debates, surgiram grupos que conseguiram produzir soja orgânica no Ireno Alves, então mostrou que era possível produzir. O limite foi o período que entrou muito forte a soja transgênica e a gente não conseguiu diferenciar o valor da soja orgânica da soja convencional. Esse talvez seja o limite, por que as pessoas dizem, vou produzir um produto de maior qualidade, mas o que eu ganho em termos de valor econômico? Essa foi à dificuldade do Movimento na época, fazer o debate, pois só pela questão da qualidade do produto a gente também não consegue avançar, precisa de renda, precisa sobreviver. Então hoje tá comprovado que produzir produtos agroecológicos é possível ter renda, e é possível produzir com qualidade. Na época tinha muita dúvida: não, nós vamos conseguir produzir com qualidade, mas eu não vou conseguir me sustentar na terra, o limite era conseguir agregar valor nesses produtos. Então, esse período de 1996, nos primeiros 10 anos do Movimento, esse foi o limite que a gente teve, de avançar no maior número de famílias (Entrevistado “E”, dirigente do MST, 2017).

Apesar das dificuldades quanto a territorialização da agroecologia, no início do acampamento e dos assentamentos já havia algumas experiências pontuais e isoladas, o que não garantiu uma maior força e estabilidade para essas famílias conseguirem canais de comercialização que garantiram um diferencial do preço e da qualidade, e como havia um grande avanço e incentivo do pacote da modernização da agricultura, muitas famílias passaram a produzir de forma convencional. Uma parte das famílias apenas não utilizavam agrotóxicos no que era consumido diretamente pela família, na horta e nas frutíferas. Esse fato se deve porque muitas provem da agricultura camponesas, ou seja, já vinham de uma tradição de desenvolver produções sem a utilização de veneno e insumos químicos. Assim como relata a família “S”,

Na verdade, o que nós consumimos, desde o início, sempre foi orgânico, nunca utilizamos veneno na nossa alimentação. Quando começou a cooperativa, uns cinco ou seis anos atrás, nós começamos a vender, daí começou a dar muita gente vendendo, aí hoje nós produzimos só para o consumo. O que nós consumimos, plantamos sem veneno. Eu costumo fazer os remédios para as plantas, tudo natural, limpo na enxada (...) a gente vem de antepassados, pais, avós, sogros (...) os falecidos meus sogros eles nunca venderam produtos, só plantavam para o consumo (...) Diziam que ia chegar umas épocas, no século 21, que ia ser da forma que tá hoje, que estamos vendo, e ela dizia pra nós, quanto menos você puderem colocar veneno no que vocês forem comerem, consumirem, melhor, vocês vão ficar menos doentes, ocupar menos posto de saúde, menos as farmácias e tal, e a gente acompanhou eles, eles só plantavam no cabo da enxada, colhiam, batiam

¹³ Assentamento do MST – oriundo da ocupação realizada numa parcela da área da empresa Araupel, localizado no município de Quedas do Iguaçu-PR, a área foi desapropriada em 10 de novembro de 2004, para fins de reforma agrária. Foram seis anos de luta e resistência, pelos quais foram conquistados 25.038,90 hectares de terra, assentando 1.095 famílias (MARCELITES, 2011).

sem batedor (na manguá)¹⁴, e depois com próprio estudos quando tem, quando a gente tava acampado, porque tinha estudos, umas formações agroecológicas, só não se concretizou porque não conseguimos formar/criar um grupo de agroecológico (Entrevista família “S” , 2017).

Essas iniciativas que haviam surgido, em sua maioria, não tiveram forças para se consolidar, por serem práticas pequenas e isoladas e por falta de apoio e recursos. Dessa forma, muitos aderiram à forma empresarial (PLOEG, 2008), na produção de grãos e, um grupo menor, na produção de leite. Já em relação ao seu consumo, muitas famílias tinham a tradição e a consciência de não utilizar insumos químicos no que seria diretamente utilizado para alimentação da família.

A falta de recurso e apoio para desenvolver a produção de forma mais sustentável, e o engessamento dos financiamentos e custeios, foram grande limitantes do incentivo a produção agroecológica, refletida na fala do dirigente do MST, que argumenta que isso ocorreu devido a limitações impostas pelo crédito:

O crédito quando veio para o assentamento era muito engessado, tipo assim, o Incra discutiu isso em escritório, não teve autonomia das famílias, nunca teve, então era assim, você pode comprar vaca, você pode fazer pastagem, correção de solo com calcário, cerca e pode comprar sementes, mas não tinha nenhum recurso para pequenos equipamentos para trabalhar com agroecologia, nem sistema de irrigação para poder trabalhar com hortaliças, não tinha recursos para trabalhar com frutas, que também gerava renda, então era, milho, leite, soja e feijão. Hoje temos muitos limites, abriu outras oportunidades, mas oficialmente os bancos não têm nenhum tipo de recurso que favoreça a produção agroecológica (Entrevistado “E”, dirigente do MST, 2017).

Outra iniciativa que foi sendo construída nos assentamentos foi o estabelecimento de duas unidades da cooperativa do MST, a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária Centro-Oeste (Coagri)¹⁵. Logo após a formação dos assentamentos, foram implementados em cada unidade, um supermercado e uma agroveterinária, com escritórios de compra de cereais e instalações para armazenagem. As unidades foram desativadas a partir de meados de 2001 devido a crise da cooperativa, que ocorreu em razão de dificuldades econômicas que se iniciaram a partir de 1999.

Foram fatores que contribuíram com a crise: a adoção do modelo de produção convencional, com linhas de produção que não proporcionavam renda suficiente aos

¹⁴ Ferramenta artesanal antiga feita com duas varas de madeira usada para debulhar cereais com palha, tipo: feijão, soja, trigo, aveia, etc. (<http://www.dicionarioinformal.com.br/mangu%C3%A1/>).

¹⁵ COAGRI - Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná Ltda., fundada em 1993 e extinta em 2001, cooperativa do MST, que destinava aporte de recurso do governo para famílias assentadas, com a finalidade principal da comercialização de grãos, adubos, sementes, produtos veterinários, gêneros alimentícios e prestação de serviços, para atender seus associados, famílias assentadas e pequenos agricultores.

assentados/cooperativas; concepção de cooperação do MST, que não tinha clareza em quais rumos seguir; os adiantamentos de recursos para os assentados realizar as lavouras, contando com o repasse dos recursos de custeio pelo Incra no ano de 1999. O adiantamento foi de R\$ 2.000,00 para custeio de lavouras para 577 famílias somando um total de aproximado R\$ 358.000,00 de dívidas a cooperativa, que com as investidas do governo federal para criminalizar as cooperativas de assentados, no sentido de desmobilizar a forma de organização do MST, não foi repassado as verbas correspondentes ao custeio do ano de 1999, repassando somente no final de 2.000, além dos recursos desse custeio terem sido liberado somente em 2000 aos assentados, esses não puderam ser repassados a Coagri, pois se tratava de uma dívida contraída em exercício anterior 1999. Outro fator foi o contexto nacional desfavorável à agricultura, resultante da política de liberação da economia, importações, corte de recursos destinados aos investimentos e custeio para os pequenos agricultores, ausência de subsídios à agricultura, taxa altas de juros, falta de assistência técnica, entre outros (FABRINI, 2002).

Dentre esses fatores que colocaram Coagri em dificuldades econômicas, destaca-se o fato desta ter priorizado a linha de produção de grãos nos assentamentos, o que não gerou renda suficiente para a manutenção das famílias. Essa baixa renda obtida com a produção de grãos não permitiu que a cooperativa formasse capital de giro. Os recursos liberados aos assentados para a construção da cooperativa pelo antigo PROCERA (teto II)¹⁶ compreendiam apenas capital para investimento em infraestrutura (capital fixo) e não capital para iniciar a comercialização (capital de giro). A liberação de recursos aos assentados ocorria mediante projetos de custeio e investimento. Estes recursos não são liberados diretamente aos assentados, mas à cooperativa (FABRINI, 2002).

Em razão dos recursos que passavam pela Coagri, se conseguia uma fatia importante da venda dos produtos aos assentados. Esta era uma forma de alocação de recursos financeiros pela Coagri para formação do capital de giro. Porém, estes recursos não foram suficientes e, para saldar suas dívidas, a cooperativa, muitas vezes recorria ao mercado de crédito paralelo, pagando juros em torno de 4% ao mês, o que muito

¹⁶Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) foi o primeiro programa desenvolvido para atender de forma prioritária aos assentados rurais. Funcionou entre 1986 e 1999. O PROCERA se subdividia em crédito para implantação (alimentação, fomento e habitação) e crédito para produção (PROCERA: custeio, PROCERA: Teto I e PROCERA: Teto II). PROCERA Custeio correspondia ao valor para realizar a lavoura do ano, Teto I era diferente do fomento, pois o último era fornecido aos assentados em sua fase de implantação no local. Com relação ao Teto II, um crédito a mais do PROCERA, destinava-se às famílias assentadas, sócias. No entanto, o mesmo fora bloqueado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, dando início a um período de confronto entre governo e MST (FRANCIS, 2009).

contribuiu para o aumento das dívidas. Ao mesmo tempo, muitas das atividades da cooperativa não geravam renda, como é o caso da sua contribuição na luta política de formação de acampamentos, por exemplo. Praticamente todas as ocupações de terra feitas na região tiveram a participação da Coagri (veículos e caminhos eram disponibilizados para transportar os acampados, além de doações de alimentação, entre outras ajudas) contribuindo para a espacialização da luta (CARVALHO, 2011).

A trajetória da Coagri, segundo dirigente do MST, representou

uma das contradições muito grandes que mostrou muito bem o entendimento que o Movimento tinha. Quando o Movimento constituiu a Coagri nos anos de 1993/1994, a gente tinha ilusão que poderia competir com o agronegócio, tanto é que as grandes unidades da cooperativa foram de grãos na produção convencional, e na atividade de leite, que hoje é uma estratégia para a agroecologia. A gente investiu muito pouco recurso do montante de 10 ou 12 milhões que a Coagri teve de investimento, a gente investiu cerca de 1 milhão dos 12 milhões na área do leite. O restante todo na produção de grãos convencional, inclusive insumos, veneno. Tudo isso que era a demanda do mercado. Então, o Movimento tinha esse debate, depois que a gente foi aprofundando e fazendo uma mescla, por exemplo: as unidades da cooperativa onde tinham a agroveterinária eram as únicas que você encontrava produtos orgânicos pra você começar a diversificar para as famílias que tinham interesse. Mas logicamente a ênfase maior sempre se deu no pacote, e esse foi o que resultou no fracasso, nós estávamos no período em que as grandes cooperativas estavam quebrando com as pequenas cooperativas da reforma agrária, isso foi um aprendizado (Entrevista “E”, dirigente do MST, 2017) .

Como podemos observar, a Coagri funcionou como um limitante à expansão da agroecologia nos dois assentamentos. A partir da falência da cooperativa, houve um esforço maior no fomento às práticas agroecológicas, surgindo novos atores que passam a apoiar o processo, contribuindo para a territorialização da agroecologia. Dentre estes atores estão o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia - Ceagro, Coopaia, Crehnor, Núcleo Luta Camponesa - Rede Ecovida a Universidade da Fronteira Sul – UFFS (Campus de Laranjeiras do Sul).

As experiências agroecológicas que vem sendo desenvolvidas nos dois assentamentos se constituem enquanto um processo de disputa territorial contínua no qual os atores acima citados são fundamentais. O papel das diversas entidades/organizações vai no sentido de contribuir ou dar possibilidades aos camponeses de desenvolver a agroecologia como modo de vida.

Ademais, como ressalta Eduardo (2014), a

agroecologia, enquanto fenômeno de contra-hegemonia ao agronegócio, mais que simples atino à dimensão ecológica da produção agrícola, mais que mero conjunto de técnicas para o manejo sustentável de agroecossistemas, afirma-se como potencialidade ao desenvolvimento territorial camponês, proporcionando processos de ativação das territorialidades na direção da

reapropriação social da natureza e do aumento da autonomia relativa dos grupos sociais subalternizados (EDUARDO, 2014, p.127).

Assim, trataremos a seguir da caracterização dos atores e seu papel na construção do território da agroecologia.

3.2 OS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA

Como já apontado no capítulo anterior, às práticas agroecológicas nos assentamentos são parte de um processo maior de construção social, que se inicia junto à luta pela terra, que é resultado da atuação de múltiplos atores em múltiplas escalas, que envolve desde os camponeses, movimentos sociais, entidades e organizações e da necessidade de aportes do Estado.

Um dos principais atores na territorialização da agroecologia se refere ao Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia - Ceagro, fundado em 1997. Nesse momento, iniciam-se diversas atividades de pesquisa e de capacitação tecnológica, com viés mais sustentável, pautado na agroecologia, além do trabalho de técnicos junto a pequenos agricultores e com maior foco para assentados da Reforma Agrária. Como aponta o dirigente do MST:

O Ceagro tomou a definição política. Na época nós tínhamos o Projeto Leite Sul, um projeto de assistência técnica em desenvolvimento de pastagem, e o Ceagro constituiu aqui um curso técnico com ênfase em agroecologia, acho que foi uma iniciativa muito grande, que formou 300 técnicos, formou com a ideia de que se o estado não promove a assistência técnica para a agroecologia, nós temos que criar nossos soldados da agroecologia, e por mais que esse povo não esteja 100% atuando no MST ou outros movimentos sociais, mas eles têm noção e sabem desenvolver a agroecologia, muitos estão atuando hoje (Entrevista “C”, representante do Ceagro, 2017).

Através das ações e dos esforços principalmente do Ceagro, na luta política e de fomento ao modelo mais sustentável de produção, e menos excludentes para pequenos agricultores e assentados da reforma agrária, organiza-se no ano de 2003, a construção da Rede de Agroecologia do Território Cantuquiriguaçu, que anos mais tarde vem contando com a participação de outras organizações/entidades que foram sendo criada, a exemplo da UFFS – Campus de Laranjeiras do Sul. Essa rede surge com objetivo de desenvolver uma matriz agroecológica, através do incentivo à organização de um programa regional de produção, agroindustrialização e comercialização de produtos agroecológicos, com organização de 21 entidades do território Cantuquiriguaçu, representadas no quadro a seguir:

Entidade/Organização	Sigla
Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia	Ceagro
Associação Terra Livre	-
Cooperativa de Crédito Rural – Laranjeiras do Sul	Crehnor
Associação Assentados Nova Fartura	-
Associação de Mulheres Agricultoras	Amaaf
Casa Familiar de Rio Bonito do Iguaçu	-
Cooperativa Agroecologia Ireno Alves	Coopaia
Central das Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos	Cacia
Associação Capanema	-
Associação Comunitária São Francisco	-
Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida	-
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS
Associação produtores de leite	Aproleite
Companhia Artística Saci Arte	-
Associação Comunitária do Assentamento Marcos Freire	Acamf
Associação de Famílias Assentadas Arapongas	-
Associação Paranaense de Pequenos Agricultores	Appa
Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa do Paraná	CPC
Sindicato dos trabalhadores rurais de Goioxim	-
Cooperativa 8 de Junho	COPERJUNHO
Associação Comunitária 8 de Junho	-

Quadro 06: Lista de Entidades que fazem parte da Rede de Agroecologia do Território Cantuquiriguaçu.
Fonte: Arquivos do Ceagro, 2017

O Ceagro enquanto principal ator na territorialização da agroecologia foi formalizado em 1997, mas sua criação é de 1989, enquanto entidade informal, conhecida por Centro de Formação do MST, com objetivo de formar militantes e dirigentes desse movimento. Sua formalização é resultado de esforços das organizações sociais do Paraná, sendo elas: MST, Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná LTDA – CCA/PR e Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná LTDA – Coagri.

O Ceagro surgiu com a finalidade de ser um espaço de formação de dirigente de base, além de constituir um espaço de capacitação, formação e prática agroecológica junto aos trabalhadores das organizações sociais do campo, ligados a Via Campesina. Entre as principais atividades desenvolvidas, está a educação, formação, assistência técnica, pesquisa e capacitação junto a agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária da região Centro-Sul do Paraná.

Sua sede (Figura 04) está localizada no município de Laranjeiras do Sul/PR, composto por escritório administrativo, que dá suporte à equipe de gestão e à equipe técnica de campo. Também abriga o Departamento de Promoção de Empresas Sociais – Depes, uma iniciativa desenvolvida em parceria com a Fundação

Mundukide/Mondragon, País Basco, com o objetivo de apoiar e desenvolver a cooperação, associativismo e agroindustrialização nos assentamentos.



Figura 04: Sede do Ceagro - Laranjeiras do Sul/PR
Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Além da sede, o Ceagro possui duas unidades: a unidade do Cavaco, no município de Cantagalo/PR (Figura 05) a qual é composta por 124 ha. Deste total, 60% é formada por matas nativas. O restante da área é destinada atualmente ao desenvolvimento de culturas voltadas para a autosustentação da unidade e para base de experimento de manejo ecológico principalmente em produção de leite à base de pasto com base no Pastoreio Racional Voisin – PRV¹⁷.

¹⁷ “O PRV, Consiste na aplicação rigorosa dos princípios de fisiologia vegetal, da dinâmica da vida do solo, do respeito ao bem-estar animal e da intervenção humana na condução de manejo animal” fundamentado em quatro leis universais do PRV: Lei do repouso, da ocupação, do rendimento Máximo, do rendimento regular” (Machado, 2014 p. 237 á 261).



Figura 05: Imagem aérea da Unidade do Cavaco. Cantagalo/PR
Fonte: Arquivo do Ceagro, 2017.

Foi nesse espaço que iniciaram os primeiros cursos de formações do Ceagro. Devido ao difícil acesso, estes no ano de 2007 foram transferidos para a unidade da Vila Velha, em Rio Bonito do Iguazu/PR reconhecida como Complexo Educacional da Reforma Agrária. Esta unidade está localizada numa área em comodato com o Incra, no Assentamento Ireneo Alves dos Santos, na comunidade Nova Conquista, às margens da BR 158. Nesta unidade há estruturas de hospedagem, alimentação, espaço pedagógico onde são oferecidos cursos de formação e capacitação em diferentes temáticas. Há ainda a produção de hortaliças e atividades de pesquisa e produção em sistemas agroflorestais.



Figura 06: Imagem da unidade da Vila Velha. Fonte: Arquivo do Ceagro, 2017.

O Ceagro atualmente desenvolve suas atividades organizadas a partir de quatro eixos estratégicos e transversais: Agroecologia, Cooperação e Gestão, Gênero e Juventude. Segundo entrevistas,

Atualmente o Ceagro tem um foco maior na assistência técnica, no trabalho junto às famílias, junto ao núcleo da Rede Ecovida. Há um tempo atrás, se fazia formação a nível técnico e especialização em agroecologia e cooperação, mas atualmente foi deixando um pouco mais essa parte da formação a cargo da universidade. Hoje faz mais formações em agroecologia junto com os agricultores. Dessa forma, o Ceagro passou um pouco pela formação e hoje muito mais na assessoria técnica (Entrevista 02: Técnico do Ceagro).

Seus objetivos, de acordo com seu estatuto, consistem em:

- a) Apoiar e estimular as formas associativas e de cooperação dos Assentados e pequenos agricultores;
- b) Promover a educação e capacitação dos assentados e pequenos agricultores em torno da cooperação no meio rural;
- c) Promover pesquisas, estudos sobre segurança alimentar e nutricional como assistência agroflorestal e experimentação na área agropecuária e agroindustrial que visem contribuir para o desenvolvimento das famílias do campo;
- d) Desenvolver experimentações e demonstrações de tecnologias alternativas e agroecológicas de produção agropecuária, construções rurais, energias alternativas e formas organizativas;
- e) Conscientizar os pequenos agricultores e assentados sobre a importância da preservação do Meio Ambiente;
- f) Organizar e ministrar cursos de capacitação técnica para os agricultores a fim de desenvolver as atividades produtivas na linha da Sustentabilidade;
- g) Promover e facilitar o acesso à escolarização de jovens do meio rural e agricultores em geral através de cursos supletivos para alfabetização, cursos de ensino fundamental, pós-médio, de ensino médio e de graduação, em parceria com Instituições de Ensino;
- h) Promover e apoiar iniciativas e atividades que visem maior integração e desenvolvimento político, social e cultural das famílias do meio rural;
- i) Apoiar iniciativas relacionadas com a produção, realização e desenvolvimento da Reforma Agrária, desenvolver metodologias e prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em vista ao Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural;
- j) Conscientizar a população sobre a necessidade de valorizar o meio rural como um espaço possível e viável de se ter qualidade de vida com educação, trabalho, lazer, cultura, conforto, saúde, felicidade e solidariedade;
- k) Elaborar e implementar projetos de desenvolvimento sustentável para entidades públicas, privadas, nacionais, e internacionais;
- l) Apoiar e realizar atividades que visem a efetivação dos direitos sociais da saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, trabalho e renda;
- m) Estimular os agricultores familiares a acessarem as políticas públicas voltadas a estes.

Quadro 07: Objetivo do Ceagro

Fonte: Estatuto do Ceagro, 2016.

Nesses 20 anos de atuação do Ceagro (figura 7), esta organização propiciou a capacitação de cerca de 3.500 pessoas, sendo realizados aproximadamente 323 cursos de capacitação de curta duração, nos temas de produção agroecológica e orgânica, cooperação, associativismo, cooperativismo e gestão de empreendimentos, gênero, aproveitamento de lixo doméstico, produção de leite à base de pasto através do PRV,

apicultura, fruticultura, gestão ambiental, homeopatia, produção de sementes crioulas, hortaliças, proteção de fontes de água, manejo de ordenhadeiras mecanizadas, piscicultura, artesanato, plantas medicinais, aproveitamento de frutas, panificação, hortas, sistemas agroflorestais, entre outros.



Figura 07: Logo Ceagro e logo alusivo a seus 20 anos.
Fonte: Arquivo Ceagro, 2017.

Foram formadas seis turmas de técnicos em agroecologia, em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ao total, foram 176 técnicos formados no período entre 2002 e 2012. Outros 23 educandos foram formados pelo curso Técnico em Saúde e Meio Ambiente, com parceria da Fiocruz, realizada entre os anos de 2011 a 2013. No curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, realizado entre os anos de 2009 e 2011, em parceria com o Instituto Federal do Paraná e Universidade de Mondragon – País Basco/Espanha, foram formados 20 profissionais, atendendo a gestores de cooperativas e associações ligadas aos assentamentos e pequenos agricultores.

Realizou-se em parceria com a UFFS, a oferta do curso de Especialização em Produção de Leite Agroecológico, que garantiu o título de especialista para 42 educandos, de diferentes áreas, que estavam ligados à assistência técnica e extensão rural, ou de alguma entidade/organização de atuação no campo.

Já no ano de 2014, o Ceagro estabelece um termo de cooperação com a UFFS para organizar a hospedagem e alimentação a estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, curso que funcionam em regime de alternância. Esta parceria é mediada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária - FAPEU (Arquivos CEAGRO, 2017)¹⁸.

¹⁸ As informações citadas foram coletadas através de pesquisa documental (relatórios, fotos, projetos, jornais) para esta pesquisa, e uma serie de documentos arquivados que retratam a construção e organicidade do Ceagro. Por isso nos referimos a Ceagro, 2017.

Esse fortalecimento da agroecologia é refletido nas ações em conjunto e das reivindicações das famílias assentadas e de pequenos agricultores, as quais fortaleceram e buscaram discutir junto à entidade do Ceagro, a criação de cursos técnicos voltados para produção agroecológica, que garantisse a disseminação do conhecimento de práticas agroecológicas, pela maior autonomia das famílias assentadas e dos pequenos produtores rurais. Mais tarde a entidade do Ceagro, passa assumir um importante papel, o da prestação de assessoria técnica e extensão rural, através da contratação de vários profissionais em agroecologia, para realizar atividades mais diretas junto às famílias assentadas, por meio de capacitações, trabalho de campo, intercâmbios para troca de experiências, criando unidades de referências em produção agroecológica e a realização da Feira de Economia Solidária e Agroecologia – FESA, que neste ano acontecerá sua 5ª Edição. O Ceagro também foi um dos articuladores, para criação no Núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida, e na criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Laranjeiras do Sul/PR.

Na figura a seguir, imagens representativas de ações para territorialização dos camponeses através da agroecologia. Na foto (A) temos a representação da formatura da turma II – Chico Mendes, sendo uma das seis turmas formadas do curso técnicos em agroecologia, elaborado em parceria com o Instituto Federal do Paraná, que formou 176 técnicos entre 2002 e 2012. Na foto (B) representação de uma das atividades de capacitação técnica de curta duração, nos temas: produção agroecológica e orgânica; cooperação; Associativismo; cooperativismo e gestão empreendimentos; gênero; aproveitamento de lixo doméstico; produção de leite a base de pasto através do Pastoreio Racional Voisin – PRV; apicultura; fruticultura; gestão ambiental; homeopatia; produção de sementes crioulas; hortaliças; proteção de fontes de água; manejo de ordenhadeiras mecanizadas; piscicultura; artesanato; plantas medicinais; aproveitamento de frutas; panificação; hortas; sistemas agroflorestais; entre outros (CEAGRO, 2017).

Na foto (C) realização de um dia de campo, em uma Unidade Demonstrativa de cobertura verde no Assentamento I.A.S., em uma UPFC, e na foto (D) realização de dia de campo em uma Unidade Demonstrativa de Pastoreio Racional Voisin (PRV) no Assentamento I.A.S., para produção de leite agroecológico. Na foto (E) temos uma Unidade Demonstrativa de Sistemas Agroflorestais (SAFs) no Assentamento I.A.S.

Na foto (F) temos a realização da III Feira de Economia Solidária e Agroecologia – FESA, enquanto espaço estratégico para debate e a formação em

agroecologia, tem sido um avanço na comercialização direta e justa para quem vende e para quem compra, pela disponibilidade de uma alimentação saudável, com princípios ecológicos, e que ajuda na economia local, além do mais essas experiências das feiras tem sido uma garantia para que os camponeses continuem existindo e se recriando dentro do sistema capitalista, sem sucumbir diante deste.



Figura 08: Imagens representativas de ações do Ceagro para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia. Fonte: Arquivos Ceagro, 2017

No período de 2012 a 2015, o Ceagro começa a desenvolver trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, através do projeto como tema “ATER como Instrumento de Fortalecimento das Comunidades do Assentamento Ireno Alves dos Santos: construindo e consolidando a viabilidade econômica e soberania alimentar das famílias assentadas através da agroecologia”, pela Chamada Pública ATER n.º 01/2011 Processo: 54200.002999/2010-84 para contratação de serviços de ATER em projetos de assentamento de reforma agrária, consoante a Chamada Pública, na forma prevista na Lei 8.666/1993 e suas alterações, Lei Nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, no Decreto 7.215 de 15 de junho de 2010 e Portaria MDA Nº 35 de 16 de junho de 2010. Sua proposta metodologia tem por princípios os objetivos as diretrizes da Política Nacional de ATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, buscando contemplar a diversidade da agricultura familiar. A partir de 2013 inclui-se no contrato ações e metas no assentamento Marcos Freire também em Rio Bonito do Iguaçu/PR e nos assentamento de Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Três Barras do Paraná, atendendo 2.919 famílias de forma direta, através da CHAMADA PÚBLICA ATER n.º 01/2011 (CEAGRO, 2017).

Porém, por mais que houvesse trabalhos de assistências técnica e extensão rural nesses assentamentos, os recursos humanos e econômicos dos contratos de ATERS foram insuficientes para garantir um acompanhamento e formações necessárias das famílias assentadas, principalmente dos assentamentos do município de Rio Bonito do Iguaçu, que tem o maior número de famílias assentadas e dispõem da maior área dos assentamentos. Devido a essa limitação, sempre se priorizou o acompanhamento mais detalhado de algumas famílias, que tinham mais interesse no acompanhamento, devido estarem desenvolvendo algumas ações na agroecologia e tinha vontade de apreender mais, ou então, famílias que buscavam outro modelo de produção, que fosse diferente da convencional, devido a problemas de saúde, ou a falta de viabilidade econômica e ambiental reconhecida por essas famílias.

Com objetivo de dar visibilidade a territorialização dos assentamentos rurais no Território Cantuquiriguaçu, apresentamos o mapa elaborado por Coca (2011).

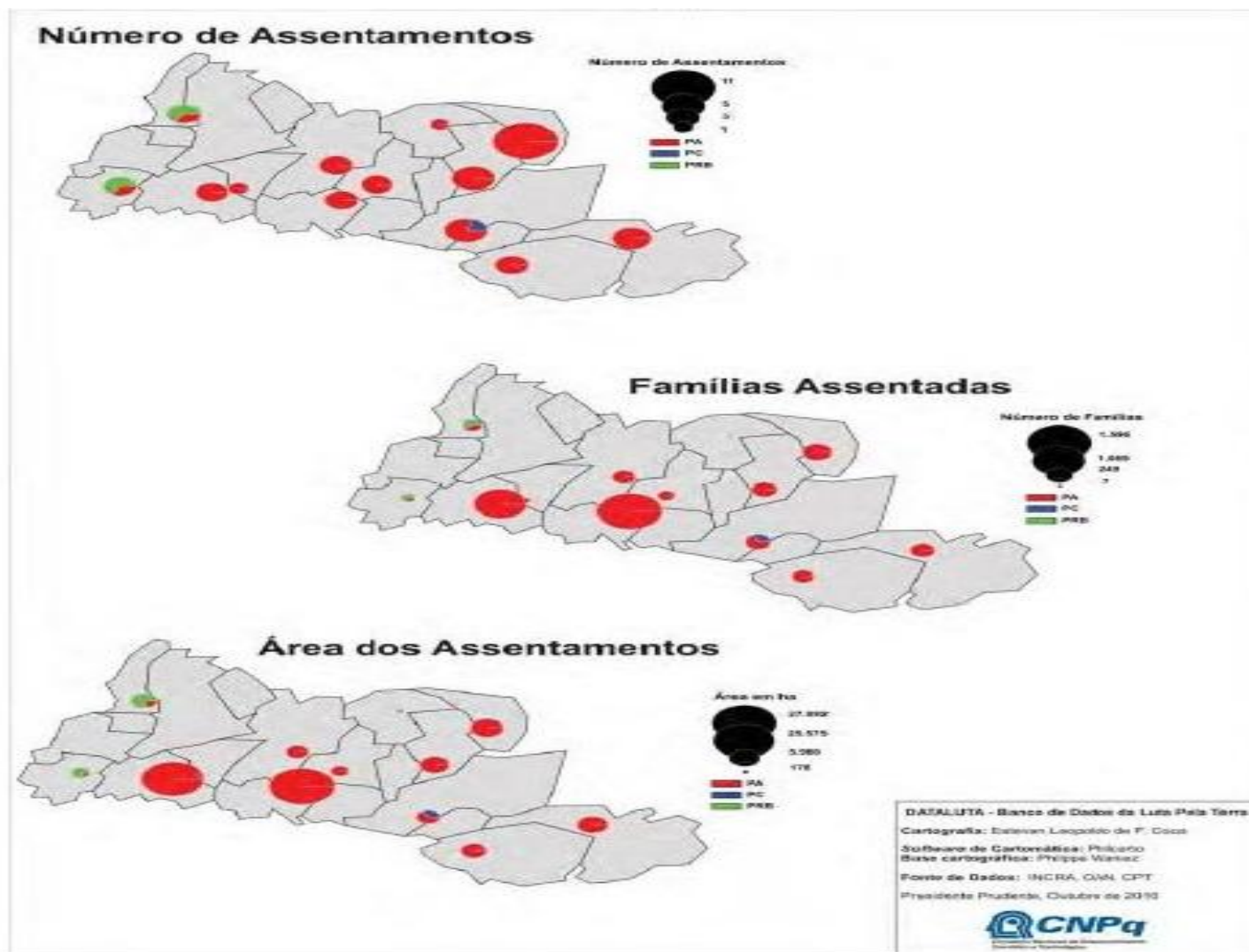


Figura 09: Assentamentos Rurais no Território Cantuquiriguaçu – 1984-2009 Fonte: Coca, 2009 p. 139.

Porém, a partir do ano 2016, devido a conjuntura política do país, há um retrocesso na política de Ater¹⁹, deixado de garantir assistência técnica básica para os assentamentos da região. O Ceagro, por ser uma entidade sem fins lucrativos, somente consegue garantir ações mais concretas as famílias assentadas e demais pequenos agricultores, quando há projetos que garantam a disponibilização de recursos. Como as políticas públicas dependem de uma conjuntura política favorável, as ações de agroecologia realizadas pelo Ceagro passam por momentos de avanços e de retrocessos.

Em 2010, cria-se se o Núcleo Luta Camponesa, ligado à Rede Ecovida de Agroecologia, que tem abrangência na região Sul do Brasil. O Núcleo foi criado por intermédio da Rede de Agroecologia do Território da Cantuquiriguaçu, com o objetivo de dar suporte às famílias interessadas na transição para agroecologia, certificação participativa e canais de comercialização. O Ceagro é membro integrante e ativo do Núcleo Luta Camponesa, ligado à Rede Ecovida de Agroecologia e foi o principal articulador da criação desse Núcleo.

Segundo o Coordenador do Núcleo Luta Camponesa, este inicia suas primeiras discussões a partir de 2009, enquanto uma necessidade de se avançar na organização da agroecologia na região. O núcleo surge enquanto uma ferramenta para organizar quem estava produzindo de forma agroecologia e para providenciar a certificação.

Em 2010, esse grupo de camponeses se constitui em Pré-Núcleo e somente em 2012 enquanto Núcleo autônomo. As atividades do Núcleo são a certificação participativa da produção orgânica, a organização dos grupos, sensibilização dos camponeses, organização de feiras, organização do mercado local, promoção da agroindustrialização e, mais recente, desenvolvimento do circuito de comercialização da Rede Ecovida (Entrevistado “F”, Coordenador do Núcleo Luta Camponesa, 2017).

Atualmente o Núcleo Luta Camponesa conta com cerca de 220 famílias envolvidas, sendo 120 famílias acampadas, 100 famílias assentadas e agricultores familiares. Dessas 220 famílias envolvidas, 53 possuem suas UPFC certificadas e seis agroindústrias que também possui certificação. Estas somam uma área de 550 hectares certificados.

As ações do Núcleo Luta Camponesa ligado a Rede Ecovida, que vem fortalecendo a reterritorialização dos camponeses através da agroecologia são o trabalho de organização e

¹⁹ A política de ATER foi construída de forma participativa, em articulação com diversas esferas do governo federal, ouvindo os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão. Fruto deste processo participativo tem-se, agora, um cenário bastante favorável para a implementação de uma Política de Ater que atenda aos anseios da sociedade e, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais (BRASIL, 2007).

sensibilização inicial da agroecologia, a organização dos grupos agroecológicos, Certificação participativa orgânica, organização de feiras, organização da venda de produtos agroecológicos para mercado local, promover a agroindustrialização, e organizar os grupo para participar do circuito da Rede Ecovida.

Essas ações estão melhores caracterizadas na figura a seguir: A foto (G) e (F) representa a organização do Núcleo Luta Camponesa, em um dia formação e construção de estratégias para avançar na produção, processamento e na comercialização, com objetivo de fortalecer as ações das famílias e do próprio Núcleo. Na foto (I) visita a uma UPFC, localizada no acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul, a visita e parte da dinâmica do Núcleo, onde técnicos do Ceagro e representantes dos grupos que fazer parte da comissão de ética fazem visita para ver se está conforme as regras acordadas para certificação ou renovação da certificação. Na foto (J) está representando uma das reuniões do Núcleo de ocorrem basicamente uma vez por mês, para discutir assuntos pertinentes ao seu funcionamento, com é de costume deve-se sempre comparecer pelo menos um representante de cada grupo de agroecologia, que compõem a base de formação do Núcleo. Na foto (K) representa a visita da comissão de ética, para renovação da certificação da agroindústria da Cooperjunho, no assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul. Foto (L) representa um dia de visita a uma UPFC, como espaço de troca de conhecimento entre as famílias que compõem o Núcleo.



Figura 10: Imagens representativas de ações do Núcleo Luta Camponesa para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia. Fonte: Arquivos do Ceagro, 2017.

Com objetivo de criar uma universidade popular, voltada ao atendimento das demandas da região, cria-se em 2010, a Universidade Federal a Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul, tornando-se peça fundamental no processo de territorialização da agroecologia, sendo a primeira construída dentro de uma área de assentamento, o assentamento 8 de Junho, ficando distante cerca de 20 km dos assentamentos estudados. Assim sendo o campus foi reivindicado pelos atores regionais de modo que pudesse contribuir para o desenvolvimento da região. Para tal,

foram criados os cursos de bacharelado em Agronomia com ênfase em Agroecologia, Bacharelado em Aquicultura, Ciências Econômicas, Engenharia de Alimentos e Licenciatura em Educação do Campo e, desde 2014, o Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Além dos cursos há diversos grupos de estudo e pesquisa, projetos de extensão e pesquisa com parcerias com organizações e entidades, com objetivo de fomentar a agroecologia na região.

Com o objetivo de ser uma universidade diferenciada, voltada ao atendimento das demandas da região, que tem por base o pequeno produtor, a agricultura familiar e os assentados da reforma agrária. Assim sendo, os cursos ofertados deveriam atender a essa realidade. Segundo entrevista,

A UFFS, em 2010, quando veio pra cá, ela veio a partir dos movimentos sociais que se reuniram, Fetraf, MST, MPA, MMA, MAB [...] Então, esses grupos se reuniram e se organizaram, e você sabe que aqui o IDH é muito baixo, muito pobre essa região, então aqui também seria uma região contemplada. Então, nessa discussão toda, o Campus sede seria o de Chapecó (Entrevista “D”, professora da UFFS, 2017).

Com essa construção e discussão dos movimentos sociais de atuação na região, esse campus da universidade surge com uma organização diferenciada, com uma proposta de atender a demanda da região marcada pela agricultura familiar e assentamentos, como evidencia o relato a seguir:

Então, quando essa Universidade veio, a ideia é que ela não fosse uma Universidade para ter cursos para atender a agricultura convencional, mas que ela pudesse atender o agricultor e a agricultura familiar, ou seja, ela vem para uma região onde a agricultura é a principal forma de subsistência [...] Dentro desse contexto todo de empobrecimento da população, de falta de renda, essa estrutura do capitalismo e tudo mais, era preciso pensar uma nova forma de como se trabalhar a agricultura, ... assim vem a UFFS, trazendo educação para essa região, trazendo possibilidades de se pensar uma nova interiorização, [...] então nessa ideia os movimentos sociais também queriam que a matriz de produção também fosse repensada, ou seja, que a agronomia não fosse apenas tecnicista, mas que ela fosse uma agronomia humanizada, que as licenciaturas pensassem também nesse homem do campo, que fosse humanizadas, é preciso ensinar história a partir da realidade local, então vem junto com a perspectiva dos movimentos, a licenciatura do campo, a agronomia com ênfase em agroecologia, que passou a ser a linha de formação em agroecologia, era preciso pensar nessa matriz produtiva mais sustentável, porque quem produz alimento não é quem produz soja, a soja não é alimento para a humanidade. Quem é que garante o sustento da mesa? É o grande ou o pequeno produtor? Quem é que realmente sustenta o mercado consumidor? (Entrevista “D”, professora da UFFS, 2017).



Figura 11: UFES - Campus Laranjeiras do Sul
 Fonte: Arquivo próprio, 2017 e Arquivo da UFES, 2017

Em relação às ações que vem fortalecendo a territorialização dos camponeses através da agroecologia, também temos a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus de Laranjeiras do Sul/PR. Universidade essa criada com uma proposta de atender a demanda da região que tem como principal atividade econômica a agricultura. Dessa forma entre as principais ações voltadas a reterritorialização da agroecologia, está o Ensino, Pesquisa e a Extensão, através do Centro Vocacional Tecnológico em Cooperativismo, Agroindustrialização e Agroecologia (CVT), que segundo o Coordenador do CVT, Professor Doutor Pedro Christoffoli, ressalta que *“o foco do Centro é promover a integração entre a Universidade e a comunidade regional por meio da extensão tecnológica e organizativa. É um espaço que buscará integrar os conhecimentos da Instituição com as necessidades da comunidade”*²⁰. Sendo os principais núcleos que desenvolvem ações voltadas a cooperação, agroindustrialização e na agroecologia o Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP), Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Karu Porã (NEA-SSAN Karu Porã), Núcleo de Estudos em Agroecologia Cantuquiriguaçu (NEA Cantuquiriguaçu), Núcleo de Estudos em Aquicultura com Enfoque Agroecológico (AquaNEA), Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Territorial (NEDET), como outras ações e atividades de grupos, como o Grupo de Pesquisa em Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia (GEECA), e do Programa de Educação Tutorial (PET – Conexão de Saberes – Políticas Públicas e Agroecologia). Além dos cursos de graduação e pós graduação com base no desenvolvimento sustentável, detalhados no quadro abaixo.

²⁰ Matéria de Inauguração do CVT.

Cursos	Objetivos dos Cursos
Agronomia com ênfase em Agroecologia	Formar profissionais para atuar nos diferentes segmentos da agricultura, da pecuária e do meio ambiente, e que também sejam capazes de promover o manejo sustentável e a recuperação de ecossistemas e agroecossistemas, bem como a conservação e preservação dos recursos naturais. O curso tem como ênfase a Agroecologia, ciência com raízes em métodos e práticas tradicionais de manejo produtivo dos ecossistemas pelas populações camponesas, que se baseiam na valorização dos recursos naturais disponíveis em cada localidade.
Ciências Econômicas	Formar profissionais capacitados a compreender o desenvolvimento regional em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, com competências e habilidades para a análise de problemas socioeconômicos, permitindo a proposição de ações integralizadoras de desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento que se busca alcançar com destaque para a gestão agroindustrial e o cooperativismo, inseridos no contexto regional.
Engenharia de Aquicultura	Formar um profissional de nível superior que vai se valer das ferramentas conceituais, metodológicas, técnicas e científicas da área de Aquicultura para projetar, planificar e avaliar metodologias e técnicas aplicáveis ao cultivo de organismos aquáticos, visando à produção eficiente de alimentos e derivados de origem aquática, a serviço do desenvolvimento regional integrado. O curso atua de maneira prioritária para o desenvolvimento científico e tecnológico regional integrado no âmbito da Aquicultura no combate às desigualdades sociais e regionais, tendo na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento. Possui também uma forte integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de maneira comprometida com o avanço da ciência e tecnologia e com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.
Licenciatura em Educação do Campo (Ciências Sociais e Humanas - Interdisciplinar)	Formar educadores comprometidos com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico dos povos do campo, para atuação prioritária em escolas do campo nas áreas de Ciências Sociais e Humanas. O curso tem a intenção de preparar educadores para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno.
Licenciatura em Educação no Campo	Formar profissionais da educação comprometidos com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico, bem como docentes qualificados para atuar na docência, prioritariamente em escolas do campo na(s) área(a) de formação proporcionada(s) pelo curso, capacitados para promover a gestão de processos educativos escolares e não escolares no/do campo e capazes de iniciativas que promovam e qualifiquem o processo educacional de modo geral e do campo, fortalecendo a relação entre o ensino das ciências da natureza e da matemática e o contexto (físico, geográfico, cultural e econômico) do campo brasileiro.
Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos (Mestrado)	Formar profissionais de alto nível acadêmico em condições de contribuir com o desenvolvimento regional e com a solução dos problemas que envolvem o campo da nutrição humana em nossa sociedade. Visando desenvolver conhecimentos, tecnologias e práticas inovadoras que promovam a segurança alimentar e nutricional, a saúde e a qualidade de vida. Por meio de uma sólida e ampla formação em biociências de alimentos, ciências de alimentos, tecnologia de alimentos e engenharia de alimentos.
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Mestrado)	Formar profissionais de elevada qualificação científica e tecnológica, a partir dos fundamentos proporcionados pela Agroecologia como nova área de conhecimento assentada na abordagem interdisciplinar, envolvendo aspectos teóricos, práticos e metodológicos que contemplem as relações sociais, ambientais e econômicas presentes na produção agrícola da agricultura familiar e camponesa, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e apoio à tomada de decisão quanto à formulação e gestão de políticas públicas.

Especialização em Produção de Leite Agroecológico

Capacitar o profissional para trabalhar na produção de leite agroecológico especialmente nas áreas de assentamento da reforma agrária. Propiciar domínio quanto às técnicas agroecológicas para orientar o produtor no que diz respeito à alimentação, ao manejo, à reprodução e à sanidade do rebanho leiteiro numa perspectiva agroecológica. Atualizar quanto às novas tecnologias aplicáveis à transição e implantação de sistemas agroecológicos de produção de leite. Capacitar os educandos no planejamento e na execução de atividades de extensão rural com os interesses da comunidade e participar de atividades que visem à preservação do meio ambiente, a fim de alcançar a sustentabilidade da atividade agropecuária. Promover interação entre diferentes áreas do conhecimento técnico-científico visando à formação de profissionais com visão eclética.

Quadro 08: Cursos na UFFS que contribuem para territorialização da agroecologia: Fonte: Site da UFFS. <https://www.uffs.edu.br/>

Essas ações realizadas pela UFFS vem representando ações de fortalecimento para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia, que estão melhor expressas na figura a seguir:



Figura 12: Imagens representativas de ações da UFFS para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia. Fonte: Arquivos da UFFS, 2017.

Nesse mesmo contexto, com objetivo de criar uma cooperativa, organizada e gerida pelos próprios assentados e que comportasse a realidade dos mesmos, surge a Cooperativa Agroecologia Ireno Alves (Coopaia). Diferente da Coagri, essa busca ferramentas para apoiar a

agroecologia, e não a produção convencional que foi adotada pela Coagri, fadada ao fracasso quando tentou competir com as grandes cooperativas do agronegócio. A Coopaia tem sua sede na comunidade Arapongas, no assentamento Ireno Alves dos Santos. Essa cooperativa herdou a razão social da Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre – Coopcal, que foi fundada em 1998. A Coopaia retoma as atividades com base na agroecologia no ano de 2013. Seus objetivos perpassam diferentes incentivos à produção agroecológica como a compra e venda coletiva de insumos agroecológicos e a produção e comercialização de sementes e produtos agroecológicos.

Das 220 famílias envolvidas nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire há 34 que fazem parte da Coopaia. Destas, há três unidades de produção certificadas, duas agroindústrias ligadas a cooperativa, sendo estas de panificados e cana-de-açúcar e derivados (Entrevista “F”, Coordenador do Núcleo Luta Camponesa, 2017).

A Coopaia, com sede na comunidade Arapongas, no assentamento Ireno Alves dos Santos, foi fundada em 1998 como COOPCAL. Em 2013, retomou suas atividades com base na agroecologia, enquanto Coopaia. A Cooperativa atualmente possui 80 associados (cerca de 45 famílias) e tem como área de atuação os dois assentamentos já mencionados.

A Coopaia tem como missão apoiar e estimular o associativismo e o cooperativismo, tendo por objetivo o desenvolvimento sustentável de seus associados, que vão desde a busca por recursos e investimentos, para agroindustrialização, desenvolver a compra e vendas de produtos e insumos agroecológicos, entre outras ações como objetivo de promovendo a agroecologia, a cooperação e a reforma agrária. Abaixo constam os objetivos segundo o Estatuto:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> a) Implantar ou buscar parcerias agroindustriais para beneficiamento de leite e derivados, panificados e confeitaria, hortifrutigranjeiros, cana de açúcar e derivados, produtos florestais, mel e derivados, plantas medicinais, artesanato, piscicultura, avicultura. b) Dar preferência a certificação participativa como mecanismo de comprovação da conformidade orgânica dos produtos. c) Realizar compra e venda de insumos destinados a produção agroecológica; d) Desenvolver a mecanização agrícola voltada para os associados. e) Organizar operações de crédito que sejam de interesse da sociedade. f) Realizar operações de crédito que sejam de interesse da sociedade. g) Organizar a comercialização da produção dos associados junto aos programas institucionais ou mercado privado, podendo ainda implantar um departamento de consumo próprio, com supermercados, etc. |
| <ul style="list-style-type: none"> h) Auxiliar no planejamento da produção agroecológica junto às unidades de produção dos associados. i) Fazer adiantamentos de sobras. j) Promover, mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, a prestação de assistência técnica, o aprimoramento técnico profissional dos seus dirigentes e associados e participar de campanhas de expansão da agricultura agroecológica, pecuária e da racionalidade dos meios de produção. |

- k) Filiar-se a outras cooperativas singulares, regionais, centrais ou confederações cooperativas ligadas a Reforma Agrária e a agroecologia, visando atingir seus objetivos.
- l) Promover medida judiciais e extrajudiciais em defesa do interesses dos seus associados, bem como defendê-los nas ações contra eles movidas, sem prejuízo do direito individual dos mesmos.
- m) A cooperativa poderá estabelecer filiais, controladas de forma a prestar serviços nas áreas de consumo, industrialização, prestação de serviços em geral, de forma a atender as necessidades dos associados, assumindo os direitos e deveres estabelecidos, mediante autorização da assembleia Geral.
- n) Receber, padronizar, beneficiar, embalar, industrializar, armazenar e comercializar, em comum, os produtos, registrando as marcas quando for o caso.

Quadro 09: objetivos da Coopaia segundo seu Estatuto

Fonte: Estatuto da Coopaia, 2016.

A cooperativa atua como ferramenta organizativa das famílias que se dedicam a produção de alimentos com base na matriz tecnológica da agroecologia. Atualmente, a Coopaia atua nas seguintes áreas: panificados e confeitaria, comercialização de insumos para produção agroecológica, comercialização de hortifrutigranjeiros, organização e participação na feira municipal e produção de derivados de cana-de-açúcar. Em seu horizonte estratégico, a cooperativa pretende ainda fortalecer: a comercialização para mercados institucionais, produção e resgate de sementes crioulas, agroindustrialização de hortifrutigranjeiros, produção e/ou beneficiamento e/ou comercialização de grãos, desenvolvimento do turismo rural na área do assentamento (Entrevistado “A”, representante da Coopaia, 2017).

Nas figuras observamos a estrutura organizacional da coopaia, sua sede de atuação e a logística de transporte para comercialização dos produtos agroecológicos, dia de campo e formação para os sócios da cooperativa, que vem representando ações importantes nos processos de reterritorialização dos camponeses.





Figura 13: Imagens representativas de ações do Coopaia para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia. Fonte: Arquivo da Coopaia, 2017.

Outro ator importante na territorialização da agroecologia se refere à Crehnor Laranjeiras do Sul, oficializada em 2003, com nome CREHNOR, através da parceria com a Cooperativa Central Crehnor Sarandi- Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos - Crehnor, que foi criada em 1996, no município de Sarandi, estado do Rio Grande do Sul, idealizada por 34 assentados do assentamento Novo Sarandi/RS. Iniciou suas atividades em 1997, facilitando o acesso dos agricultores aos recursos necessários para o desenvolvimento de suas propriedades. Passou a fortalecer a organização dos trabalhadores, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico sustentável. Trata-se de uma cooperativa de crédito rural, que é responsável por disponibilizar linhas de crédito e produtos financeiros adequados e adaptados a fomentar a produção agroecológica e a agroindustrialização, ou seja, é uma cooperativa de crédito diferenciada (Entrevistado “B”, representante da Crehnor de Laranjeiras do Sul, 2017).

A Crehnor Laranjeiras do Sul, embora tenha sido oficializada por nome Crehnor, sua atuação como cooperativa de crédito iniciou em 1996, porém com outra denominação: Cooperativa de Crédito Rural do Centro Oeste do Paraná - Credtar. A cooperativa de crédito possui atuação principalmente em assentamentos e pequenas propriedades rurais de 16 municípios localizados, em sua maioria, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Os produtos oferecidos atualmente na cooperativa de crédito Crehnor Laranjeiras do Sul/PR, deixam de serem ligados ao sistema da Crehnor Central, devido a problemas legais²¹,

²¹ Em relação à crise da Crehnor no Rio Grande do Sul, que no dia 24/03/2017, o Banco Central anunciou a decretação extrajudicial da Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi (CNPJ 01.869.822/0001-76), também conhecida como Crehnor Sarandi, sediada na cidade de Sarandi, no norte do Rio Grande do Sul. Devido a irregularidades nos repasses de recursos para a construção de casas financiada em parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi Ltda (Redação Zero Hora, 2017).

Em relação a crise da CREHNOR no RS, em nada afetou a Crehnor Laranjeiras do Sul, que funciona autônoma com seu próprio CNPJ e autônoma na organização e nas tomadas de decisões, a única coisa que a crehnor Laranjeira realizou parceria para se utilizar do nome Crehnor, e pagava pela utilização do sistema chrenor para cooperativa Central – Crehnor Sarandi (Entrevistado “B”, representante da Crehnor) de Laranjeiras do Sul, 2017).

atualmente o sistema na cooperativa está integralizado ao Banco do Brasil. Dos serviços realizados pela cooperativa estão: depósito à vista; depósito à prazo; conta corrente; cheque especial; crédito pessoal; desconto de cheques; créditos governamentais (repass); custeio agrícola; custeio pecuário; investimento agrícola; investimento agropecuário; fundo rotativo para a agroecologia, que em parceria com o Ceagro, possibilita o financiamento com baixos juros de novos empreendimentos sociais e da produção agroecológica, priorizando o atendimento aos grupos formados por mulheres camponesas. Assistência técnica para elaboração de projetos de custeio e investimento agropecuários, (Pronaf); habitação social (acesso às políticas públicas); pagamentos de benefícios do INSS, recebimentos de títulos, contas de água, luz, telefone e pagamentos de impostos, taxas e contribuições; seguros e outros serviços vinculados a operações de créditos governamentais, como renegociação de dívidas, informes, cálculo de parcelas entre outros;

Já as ações da Crehnor – Laranjeiras do Sul, que contribuem de forma direta para a reterritorialização dos camponeses através da agroecologia, são a assistência técnica para elaboração de projetos de custeio e investimento agropecuários (PRONAF), habitação Social (acesso às políticas públicas de habitação rural), e o Fundo de Crédito Rotativo (FCR)²² gerido pela Crehnor, com parceria do Ceagro/Mundukide, essas ações são uma forma de suprir a demanda de crédito para a conversão agroecológica, a exemplo da criação do FCR também foi motivada pela necessidade de uma ferramenta autônoma e autogestionária de crédito que impulsionasse o desenvolvimento da agroecologia na região, enquanto possibilidade de financiamento com baixos juros de novos empreendimentos sociais/agroindústrias e da produção agroecológica. Expressas na figura a seguir:

Na foto (M) representação de UPFC, que contam com financiamentos para produção familiar com base na agroecologia, no caso produção diversificada de hortaliças. Na foto (N) representação de UPFC, que contam com financiamentos para produção na produção de leite com base no PRV. Nas fotos (O) e (P) representação de duas famílias que conseguiram acessar através da Crehnor a habitação rural. Na foto (Q) representação da agência da Crehnor de Laranjeiras de fornecem serviços bancários com taxas diferenciadas para assentados e agricultores familiares. Na foto (R) trator adquirido via Crehnor através do crédito Pronaf mais alimento, por um agricultor familiar da comunidade Passo Liso em Laranjeiras do Sul como forma de melhorar a produção de cereais e a principal atividade de renda da família a produção leiteira.

²² FINANCIAMENTO DA CONVERSÃO AGROECOLÓGICA: O caso do Fundo de Crédito Rotativo no Território Cantuquiriguaçu. Por Christiano Boza e Joelma Gomes de Queiroz, trabalho de conclusão do CURSO – Especialização em Leite Agroecológico – UFFS/Ceagro. (Documento ainda não publicado).



Figura 14: Imagens representativas de ações da Crehnor para reterritorialização dos camponeses através da agroecologia. Fonte: Arquivos da Crehnor, 2017.

Para melhor identificar o papel e ações desenvolvidos pelos atores que vem fortalecimento e construído para territorialização da agroecologia nos assentamentos estudados, construímos o quadro abaixo:

Atores	Papel dos Atores no Fortalecimento da Agroecologia
CREAGRO	Desenvolver atividades de educação, formação, assistência técnica, pesquisa e capacitação tecnológica junto a agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária da região centro do Paraná, por meio de execução de projetos e prestação de serviço, suas atividades estão organizadas a partir de quatro eixos estratégicos e transversais: Agroecologia, Cooperação e Gestão, gênero, juventude;
Crehnor	Fortalecer a organização dos trabalhadores rurais, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico sustentável, através da função de cooperativa de crédito rural, que é responsável por disponibilizar linhas de crédito e produtos financeiros adequados e adaptados a fomentar a produção agroecológica e a agroindustrialização. Com prestação de serviços bancários diferenciados (taxas de juros e condições de pagamentos mais acessíveis) e gestora do fundo rotativo para financiamento da produção e agroindustrialização da agroecologia.
Coopaia	Ferramenta organizativa das famílias que se dedicam a produção de alimentos com base na matriz agroecológica. É um canal de comercialização para mercados institucionais, incentivo e apoio na produção e resgate de sementes crioulas, agroindustrialização de hortifrutigranjeiros, produção e/ou beneficiamento e/ou comercialização de grãos, compra e venda coletiva de insumos orgânicos.
UFFS – Campus Laranjeiras	Realizadora de Cursos de graduação e pós-graduação com foco na agroecologia e no desenvolvimento sustentável. Trabalho com núcleos de ensino, pesquisa e extensão, estruturados no Centro Vocacional Tecnológico com foco no Cooperativismo, Agroindustrialização e Agroecologia, contribuído e construído conhecimento da academia junto a comunidade em geral.
MST	Interlocutor representativo das reivindicações dos trabalhadores rurais do país, que luta pela reforma agrária e por transformação social, tem como estratégica pressionar os órgãos públicos para negociar. Trabalha com formações e debates para conscientização da sociedade em diversos setores, na importância do alimento saudável, da proteção do meio ambiente, da valorização da cultura camponesa num processo contínuo de luta;
NÚCLEO LUTA CAMPONESA – REDE ECOVIDA	Gerir e organizar a certificação participativa orgânica na região da Cantuquiriguaçu, através da organização de grupos agroecológicos, trabalha com a organização e sensibilização inicial em agroecologia, organização de feiras, mercado local, contribui para promover a agroindustrialização, a comercialização e articulação com circuito de comercialização da Rede Ecovida;

Quadro 10: Papel dos atores na territorialização da agroecologia.

Fonte: Trabalho de campo 2017.

A partir da ação desses atores, vai-se construído um território agroecológico, ao passo que se cria uma resistência à monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1991) isso se evidencia em formas de territorialidades, que vão sendo construídas através de ações cotidianas, que vão sendo recriadas considerando elementos antigos, os saberes dos camponeses com a junção de elementos novos através de novas técnicas agroecológicas, que segundo Eduardo (2014) são *“processos de ativação de territorialidades que permitem aos sujeitos, gradativamente, reconhecerem, valorizarem e apropriarem-se com maior autonomia dos recursos potenciais do território para a edificação dos seus territórios de vida”*.

As organizações listadas são atores importantes que auxiliam os camponeses quanto à agroecologia, ou seja, na reterritorialização dos camponeses por meio das práticas agroecológicas, seja com conhecimentos científicos, técnicos ou financeiros. Como menciona Linck (2006), o território é um patrimônio coletivo que se mobiliza em um processo de produção da sociedade, no caso analisado, uma sociedade pautada na ciência, movimento e prática agroecológica (WEZEL et al, 2009).

Essas construções acerca da agroecologia nos assentamentos estudados, como já citamos, fazem parte de um processo coletivo maior. Porém, para conseguirmos avançar na territorialização dos camponeses através das ações e experiências agroecológicas, precisamos compreender quais são os elementos que fazem a agroecologia avançar, que facilitam suas ações e estratégias, mas também quais são os elementos que limitam essa construção da agroecologia. Buscaremos explicitar isso na seção seguinte.

3.3 ELEMENTOS LIMITADORES E FACILITADORES DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS NOS ASSENTAMENTOS

As experiências agroecológicas que vem se desenvolvendo nos dois assentamentos se constituem enquanto um processo de disputa territorial contínua. Esse espaço de disputa se dá entre os camponeses e o agronegócio, entre camponeses agroecológicos e camponeses convencionais. A agroecologia passa a ser um contraponto a expropriação provocada pela modernização da agricultura, uma vez que busca restaurar a resiliência e a força do agroecossistema, com base na preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. Desse modo, reforça-se o poder de uso e transformação do espaço pelos camponeses, tornando-o seu território.

Sendo assim, entendemos que a partir das experiências agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses, em parcerias com os atores anteriormente citados, é possível uma contraposição às tendências de homogeneização do agronegócio, construindo o que consideramos ser, um processo de territorialização da agroecologia.

A Coopaia é o ator sintagmático que reúne as 34 famílias que produzem agroecologicamente, sendo 31 famílias em processo de transição e 3 famílias certificadas. tal como apresentado no quadro a seguir:

Grupo	Local	Famílias Envolvidas (Transição)	Certificadas	Total de famílias
Pioneiros	Assentamento Ireno Alves	9	1	10
Mais Vida	Assentamento Ireno Alves	3	0	3
Produção Agroecologia	Assentamento Ireno Alves	4	1	5

Construção Agroecológica	Assentamento Ireno Alves	3	0	3
Grupo do Melado	Assentamento Marcos Freire	3	1	4
Mãe Terra	Assentamento Marcos Freire	5	0	5
Nossa senhora Aparecida	Assentamento Marcos Freire	4	0	4
Total		31 famílias	3 famílias	34 famílias

Quadro 11: Famílias sócias da Coopaia, envolvidas na produção Agroecológicas
Fonte: Pesquisa de campo, 2017 (Dados do Núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida).

Do total das 34 famílias envolvidas na produção agroecológica, 19 são do assentamento Ireno Alves dos Santos, sendo 2 famílias com as suas unidades de produção certificadas, e 12 famílias envolvidas na produção agroecológica no assentamento Marcos Freire, sendo 1 família com a UPFC certificada.



Figura 15: Oficina de panificados ofertado pela agroindústria de panificados e confeitaria da Coopaia e embalagens dos pães para venda direta. Fonte: Arquivo Coopaia, 2017.

A agroindústria de panificados e confeitaria, atualmente possui duas mulheres diretamente envolvidas no processo de produção e organização da agroindústria. Por meio da Coopaia, estas mulheres estão comercializando para PAA²³ e o PNAE²⁴, realizam oficinas de panificados, além da venda direta para os consumidores.

Já a agroindústria do melado, retratada na figura seguinte, é composta por 4 famílias e a sua comercialização se dá diretamente aos consumidores.

²³ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (BRASIL, 2017a).

²⁴ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado (BRASIL, 2017b).



Figura 16: agroindústria do melado e produtos prontos para venda.
Fonte: Arquivo Ceagro, 2017.

Se analisarmos hoje o número de famílias envolvidas na produção agroecológica é muito pequena. Representa um pouco mais de 2% das famílias dos dois assentamentos (1.538 famílias). Porém, quando conversamos com as entidades/organizações, ou as próprias famílias assentadas envolvidas, estas nos relatam que hoje existem muitas famílias que tem interesse em desenvolver práticas agroecológicas, mas demandam maior apoio para implementá-las, falta de conhecimento de como produzir, falta canais de comercialização, falta de aporte de políticas públicas, que estaremos analisando aqui.

Advém daí a importância de estudar as iniciativas em curso e consolidadas, de modo a poder orientar ações e incentivar as famílias e as entidades/organizações a se organizarem para superar, romper as barreiras que limitam essa tomada de decisão de fazer a transição do modelo produtivo convencional para o agroecológico.

Em relação à produção agroecológica, os avanços relatados se referem principalmente à qualidade de vida. Algumas famílias relatam que provem da agricultura como arrendatários, posseiros, filhos de pequenos agricultores, que já produziam sem agrotóxicos. Entretanto, como as cooperativas da região vendiam apenas o pacote de insumos convencionais, muitos aderiram a esse modo de produção. Porém, ao conhecerem práticas e experiências agroecológicas, viram que o modelo de produção com insumos e veneno químicos se tornava insustentável. Com isso, as famílias começaram a produzir, de forma mais sustentável, com o auxílio de alguns atores que desenvolvem formações, capacitações, dias de campos, assessoria técnica, pesquisa e extensão rural, organização da comercialização, serviços de créditos e bancários diferenciados, promoção da organização de grupos para certificação, entre outras ações.

Atualmente, o principal canal de comercialização da produção agroecológica, é o mercado institucional, através do PAA e Pnae, via a Coopaia. São comercializadas hortaliças, frutíferas, panificios, doces, melado, milho verde, abóbora, feijão, mandioca, entre outros. Outro canal é a venda em feiras locais e diretamente aos consumidores, o que agrega cerca de 30% ao preço dos produtos. Algumas famílias também estão passando a produzir o leite agroecológico,

porém ainda não é certificado agroecológico, por falta de mercado local, ou seja, laticínios que processem leite orgânico, isso perpassa por umas das limitações encontradas pelas famílias, a falta de canais de comercialização de produtos, principalmente os agroecologia.

Para compreender e analisar o processo de reterritorialização dos camponeses, através das experiências agroecológicas nos assentamentos em questão, buscamos sistematizar os fatores que contribuíram para a gênese dessas experiências, de acordo com as falas das famílias entrevistadas. De modo geral, podemos observar que a preocupação com a saúde foi o principal elemento motivador para a transição relatada pelas famílias. No quadro a seguir, estão os principais motivos que levaram as famílias a desenvolver a produção agroecológica:

ENTREVISTADOS	ELEMENTOS MOTIVADORES
Família G	Só tinha despesas, a saúde da gente cada vez pior, a própria consciência própria política, e pelos resultados econômicos também.
Família H	A saúde, a alimentação, é melhor pra todo mundo, a renda também.
Família I	Se livrar dos agrotóxicos.
Família J	Foi à questão da consciência, conhecimento e a família.
Família k	Sempre tem que tá pensando na saúde. O conhecimento também ajudou muito.
Família L	A produção mais saudável.
Família M	Foi as participações nas reuniões, faço as experiências, como da certo a gente tem que continuar, e é uma forma de evitar danos a saúde.
Família O	O veneno polui muito e cada dia poluirá mais, e de repente tem uma saúde diferente.
Família P	O conhecimento do mal que faz o veneno e quanto menos veneno melhor, que o produto orgânico, dá mais saúde, um produto mais saudável, ter uma saúde melhor.
Família Q	Saúde, até hoje as pessoas se matam em função dos efeitos do veneno, o efeito devastador dos agrotóxicos.
Família R	Foi em primeiro lugar pensado na saúde da família e no custo da produção.
Família S	A gente vem de antepassados, pais, avos, sogros, tudo vivia assim, quanto menos você colocar veneno no que vocês forem comer melhor, não vão ter problema de saúde... e a gente veio com isso, e ai os estudos, as formações em agroecologia.
Família T	Porque a gente sabe que veneno faz mal pra saúde.
Família U	A gente não precisa ficar refém, não tem necessidade de ficar respirando veneno da própria casa da gente, e o que mais me deixou assim decidido, quando vinha os parentes da gente, nós tínhamos uma pequena horta, o que tinha ali era consumido.
Família V	A parte do Movimento mesmo, as piizadas que trabalham, os técnicos incentivam, a gente vai nas reuniões, formações e a gente já sabe o caminho que todo mundo tá indo, rico não vamos ficar, mas vamos ter saúde, preservando a água.
Família W	O maior motivo é a gente mesmo, o produtor, mexe com veneno e não está livre do risco de intoxicação. Então foi pela saúde e também o preço, a renda que é melhor, o agroecológico não tem nem comparação.
Família X	Por causa da saúde, eu fiquei doente por causa do veneno. Hoje temos nossa horta, o leite sem veneno.
Família Y	Era pouca gente pra trabalhar, e com isso acabamos parando de produzir e agora estamos por ai, cuidando os animaizinhos para o gasto, tirando pra comer.

Quadro 12: Motivos que levaram as famílias a produzir de forma agroecológica.

Fonte: Trabalho de campo, 2017. Organização própria.

Esses elementos motivadores têm levado as famílias a repensarem seu modo de vida, buscando alternativas na agroecologia. Buscam resgatar o saber camponês, retomar e aprimorar “velhos” costumes de produzir, com base no convívio mais harmônico com a natureza e com base no autoconsumo, deixado de lado a partir da modernização da agricultura.

No quadro anterior, podemos visualizar que, grande parte das famílias elencaram mais de um aspecto que motivou a mudança da produção convencional para a agroecológica. Dentre as principais e mais citadas aparece a saúde. Das 19 famílias entrevistadas, 15 delas apontaram que foi para melhorar a saúde, pensado na saúde da família, por problemas na saúde ocasionados pela aplicação de agrotóxico nas lavouras, pela consciência que agrotóxicos fazem mal ou acarretam danos à saúde, entres outros.

Outro aspecto frequentemente mencionado pelas famílias foi o apoio das entidades/organizações (MST, Ceagro, Núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida, UFFS, Coopaia, Crehnor). Citados em muitos casos pelas famílias, foi através das formações, reuniões, estudos, das entidades e organizações, que foi possível conhecer e construir conhecimentos em torno da importância das práticas agroecológicas.

Outro aspecto que motivou a mudança para agroecologia foi a melhoria da renda. As famílias percebem um valor diferenciado na venda de produtos agroecológicos, os custos de produção são menores, as sobras são maiores. Outras famílias consideram que o principal motivador está na qualidade do consumo, alimentação mais saudável, por saber o que se está consumindo, considerando também a diminuição de compras de produtos fora da UPFC. Foi destacado ainda que o tipo de produção é melhor, mais saudável, não utiliza-se de agrotóxicos, nem prejudica a qualidade da água, do solo e garante mais a preservação da flora e da fauna.

Para melhor visualizar os elementos motivadores da transição convencional para produção agroecológica, citados pelas famílias, representamos na figura a seguir, cinco categorias que consideramos ser abrangente aos vários termos similares que foram sendo citados pelas famílias, sendo as categorias: melhoria da saúde, apoio dos atores envolvidos na agroecologia, melhoria da renda, melhor qualidade no consumo e melhoria da produção. Os números junto às categorias representam o número de vezes que termos foram citados.

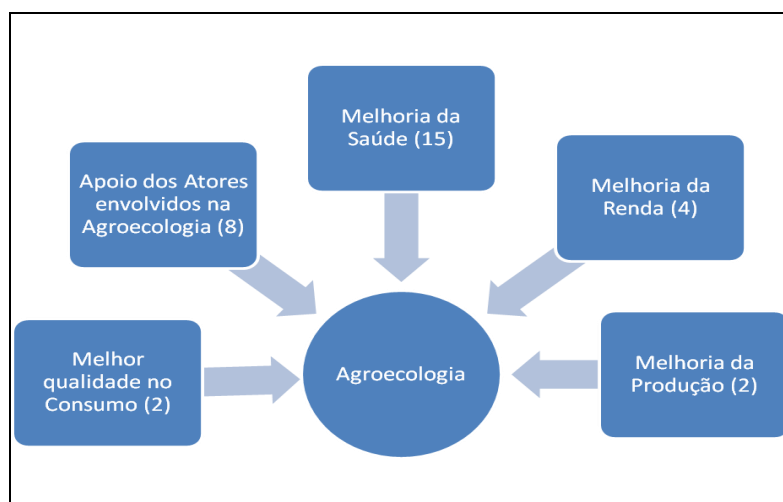


Figura 17: Representação por categorias dos elementos motivadores para produção agroecológica.
Fonte: Trabalho de campo, 2017. Organização própria.

Podemos perceber pela figura anterior que o principal motivo que levou as famílias a mudar seu modo de produção foi a preocupação com a melhoria da saúde, e o segundo maior motivador está no apoio dos atores envolvidos na agroecologia. Esses motivos são reflexos dos trabalhos, das ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável e a agroecologia, desenvolvidos nesses assentamentos por entidades/organizações parceiras.

Outro principal motivador é o maior conhecimento do porque e do como produzir na agroecologia, com a garantia de mais apoio e recurso de políticas públicas e da maior organização por meio de grupos e da geração de renda pela agroecologia, são os principais motivadores para transição agroecologia. Isso foi relatado pelas famílias, que umas das principais razões de produzirem na agroecologia, são as ações e recurso de projetos relacionado ao desenvolvimento sustentável e da agroecologia, que foi sendo desenvolvidos nos assentamentos por entidades/organizações, que foram construídos junto as famílias, que demonstraram maior interesses e vontade de mudar, devido sofreram as consequência da produção convencional, que prejudicava a saúde da família, além de limitar a autonomia das famílias, endividamentos, agravamento de problemas ambientais, entre outros.

Dessa forma, quando analisamos essas categorias na Figura 17 compreendemos que esses motivos andam junto e são reflexos das ações e apoio das entidades/organização junto aos assentamentos.

Essas experiências agroecológicas dentro dos assentamentos surgem como um incentivo a permanência dos camponeses na terra, apontado aqui como reterritorialização dos camponeses no espaço rural, quando emergem como um contraponto ao endividamento e aos problemas de saúde gerados pelo modo de produção alicerçado na Revolução Verde. Com isso, a agroecologia passa a ser um instrumento político de enfrentamento aos princípios que balizam o agronegócio e acentuam os problemas recém-mencionados. Entre as características de permanência e condição camponesa Ploeg (2008) coloca:

Que as características fundamentais da condição camponesa são a luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se caracteriza em a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual uma vez permite formas de co-produção entre o homem e a natureza viva que integram com o mercado, permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2008 p.40).

Dessa forma, como foi observado dentro dos assentamentos estudados, que na luta pela autonomia dos camponeses assentados, frente às relações de dependência, marginalização e privações, tem se demonstrado que há avanços no desenvolvimento da agroecologia, enquanto

empoderamento e autonomia camponesa ante a modernização da agricultura. Com isso as ações e estratégias perpassam um engajamento, demonstrado em um movimento coletivo, que busca através da construção de modelos alternativos de produção e comercialização de alimentos, um processo de desenvolvimento territorial que valorize cada indivíduo, a comunidade e o território.

Buscamos levantar também quais os principais avanços alcançados e as ações facilitadoras que favorecem a reterritorialização dos camponeses por meio da agroecologia. Foram citados 14 avanços, sendo os principais deles: abertura de canais de comercialização, produção de alimentos mais saudáveis e com menor custo da produção, maior autonomia dos agricultores, organização de grupos agroecológicos, criação do Núcleo Luta Camponesa, criação de cooperativas de produção e comercialização, cooperativas de crédito diferenciado, criação de agroindústrias, uma maior consciência ambiental das famílias pela preservação e respeito as leis ambientais (APPs e RL)²⁵, além da maior consciência dos consumidores, que buscam alimentos mais saudáveis para a saúde e também para meio ambiente.

Dessa maneira, no Quadro 13 estamos pontuando os principais elementos, que representam os avanços para a territorialização da agroecologia do ponto de vista dos atores envolvidos:

AVANÇOS DA AGROECOLOGIA	
1	Comercialização da produção familiar
2	Produção de alimentos saudáveis
3	Autonomia dos agricultores
4	Fornecimento de alimentos saudáveis ao consumidor
5	Criação Núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida
6	Desenvolvimento da Agroecologia
7	Organização dos grupos Agroecológicos
8	Criação de cooperativas - Ferramenta Jurídica/instrumento Legal
9	Criação da Cooperativa de crédito diferenciado
10	Respeito às leis ambientais
11	Apelo social por produtos sem venenos dos consumidores
12	Grupos Agroecológicos fortalecidos
13	Melhor Produção
14	Criação de agroindústrias

Quadro 13: Avanços que favorecem a reterritorialização dos camponeses por meio da agroecologia, citados pelos atores.

Fonte: trabalho de campo, 2017.

Podemos ainda distinguir elementos facilitadores da reterritorialização dos camponeses por meio das práticas agroecológicas. Estes encontram-se no quadro 14 agrupados em cinco categorias, ordenadas pelo maior número de vez citadas. São eles: o **acesso a políticas públicas**, principalmente à política dos governos Lula e Dilma (PAA e PNAE, Política Nacional

²⁵ Segundo os assentados para criação dos assentamentos foram discutido e deixado os 20% da área como Reserva Legal (RL). Em relação a Área de Preservação Permanente (APP) e em todas as unidades de produção pesquisa possui APP. Com isso, por mais que possam haver irregularidades ambientais, essas são feitas por falta de conhecimento da leis vigentes, não pela falta de consciência dos assentados, que respeitam muito mais as leis ambientais do que os latifundiários.

de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, Assistência Técnica de Extensão Rural – ATER²⁶) e a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab²⁷; **organização dos atores** envolvidos na produção agroecológica (criação e fortalecimento de grupos agroecológicos, criação do Núcleo Luta Camponesa, criação de cooperativas de produção e comercialização, cooperativas de crédito diferenciado, agroindústrias), **acesso a canais de comercialização** (PAA, PNAE, feiras, circuito da Rede Ecovida, venda direta ao consumidor), **melhoria na produção** (autonomia dos agricultores e insumos orgânicos), e a **formação e cursos em agroecologia** (Ceagro, UFFS, MST).

Categorias	Elementos Facilitadores da Agroecologia
Acesso a Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Mercados institucionais • Linhas de PRONAF • Recurso de Custeio e investimento • Habitação Rural • Lei dos 30 % para agricultura familiar • PAA e PNAE • Governo Lula e Dilma • Conab
Organização dos Atores	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos agroecológicos fortalecidos • Criação da Rede Ecovida (Núcleo Luta Camponesa de Agroecologia) • Parcerias – Ceagro, UFFS, MPA, REDE ECOVIDA • Cooperativa de crédito diferenciados • Serviços bancários e financeiros diferenciados • Organização dos grupos agroecológicos • Criação de cooperativas • Criação de agroindústrias
Acesso a Canais de Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> • Comercialização da produção familiar • Feiras • Acesso a alimentos saudáveis ao consumidor • Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FESA) • Venda de cestas • Apelo social por produtos sem venenos
Melhoria na Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de alimentos saudáveis • Respeito às leis ambientais • Produção sustentável • Autonomia dos agricultores • Fornecimento de insumos ligados ao Desenvolvimento da Agroecologia
Formação e Cursos em Agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> • Jornada de Agroecologia • Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia • Criação de grupos de estudo e pesquisa em Agroecologia: NEA (Núcleo de Estudo em Agroecologia) NECOOP (Núcleo de Estudo em Cooperação) AquaNEA (Núcleo de Estudos em Aquicultura com Enfoque Agroecológico) NEA-SSAN Karu Porã (Núcleo de Estudos Avançados em Soberania Alimentar e

²⁶ Porém os contratos de ATER, executados nos dois assentamentos estudados, apenas assumirão um enfoque orientador das ações agroecologia, não constava no contrato diretamente ações na agroecologia, dessa forma a maioria das ações em agroecologia realizadas partiram da estratégia da entidade do Ceagro, tem por princípios fundamentais o desenvolvimento Sustentável.

²⁷ Função da Conab, gerir políticas agrícolas e de abastecimento, como a Política de Garantia de Preços Mínimo - PGPM, sustentação de preços agropecuários, armazenagem da produção agropecuária, entre outras funções (CONAB, 2017).

Quadro 14: Categorias facilitadoras da territorialização da agroecologia, citados pelos atores.

Fonte: trabalho de campo, 2017. Organização própria.

Através dessas informações, percebemos uma grande quantidade e diversidade de elementos que descrevem os avanços e as ações facilitadoras da agroecologia, segundo os atores envolvidos. Excluindo-se os termos repetidos, foram citados 14 avanços que favorecem a territorialização da agroecologia conforme elencados acima no quadro 13.

Já os elementos facilitadores, desconsiderando os termos repetidos foram citados 30 vezes, estes encontram-se no quadro 14 agrupados em cinco categorias, para uma melhor visualização estão sendo representados na figura abaixo:

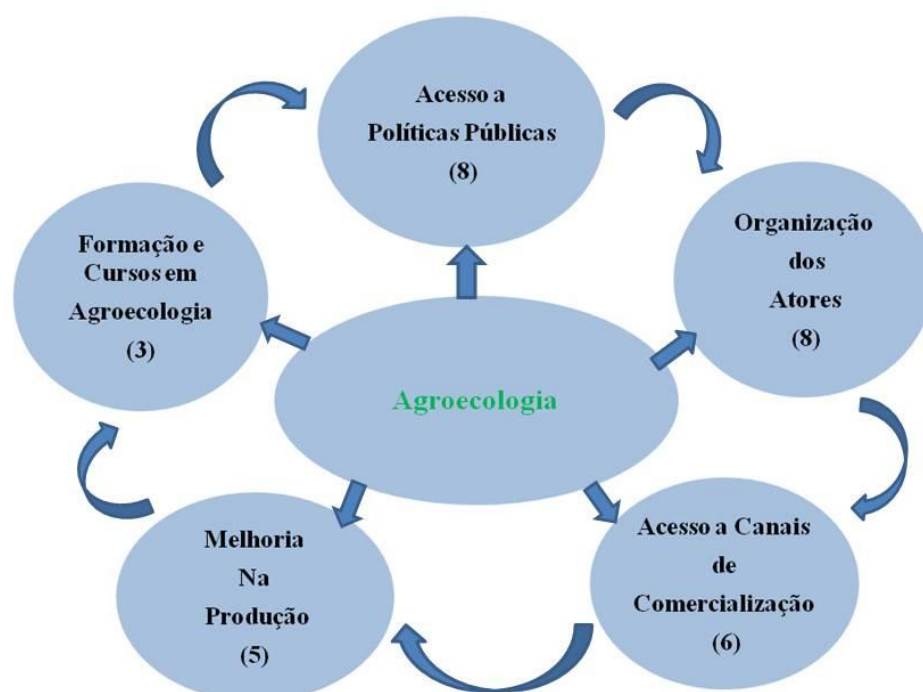


Figura 18: Representação por categorias dos elementos facilitadores da territorialização da agroecologia, citados pelos atores. Fonte: trabalho de campo, 2017. Organização própria.

Segundo o representante do Ceagro (Entrevistado “C”), são muitos os avanços e as ações facilitadoras do desenvolvimento da agroecologia que passam pela dinâmica organizacional do próprio grupo e de apoio de múltiplos atores, a exemplo do Ceagro. Para ele existem as ações que ficam mais fáceis de mensurar, como o acesso a canais de comercialização, as feiras e os mercados institucionais como PAA e o Pnae, a criação de grupos agroecológicos, e o fortalecimento desses grupos quando conseguem criar cooperativas, agroindústrias. Essas ações são reflexo de grupos formados há mais tempo, que conseguem consolidar uma maior organização e uma melhor produção, seja nas áreas de PRV, para produção do leite orgânico, nas hortas e nos sistemas agroflorestais, garantido uma maior produção de Hortifrutigranjeiros.

Por exemplo, assim, se a gente olha tipo um grupo [...], que agora eles têm, estão comercializando uma quantidade grande de produto por exemplo no mercado institucional, em feiras também, isso é fruto das ações do próprio grupo mas também é frutos do apoio que o Ceagro faz, que sempre ta trabalhando junto. Então esses tipos de avanço são mais mensuráveis. Você vê tem grupos fortalecidos tem grupos com produção com produção agroecológica a mais tempo consolidado tanto na questão dos PRV, do leite orgânico, sistemas agroflorestais, das hortaliças, então tem avanço nesse sentido, que são avanços que você consegue mensurar (Entrevistado “C”, representante do Ceagro, 2017).

Porém, para o entrevistado “C” muitas dessas ações, principalmente as facilitadoras são mais difícil de serem mensuradas. Na região foram desenvolvidas muitas formações em agroecologia, desde o início do acampamento o movimento defendia que o modelo de produção deveria ser diferente da Revolução Verde, já que esse expulsou muitas famílias camponesas de suas terras. Depois os inúmeros cursos, capacitações, seminários, dias de campos realizados pelo Ceagro e mais recente pela UFFS. Essas formações e cursos tem criado um ambiente favorável para agroecologia, porque muitas famílias por mais que não estejam em processo de transição acabam desenvolvendo alguma atividade agroecológica na sua UPFC, seja no preparos de caldas orgânicas, consórcios de hortaliças com frutíferas, garantindo uma maior diversidade, qualidade nos alimentos para o consumo das famílias. Isso se deve a participação dessas famílias nessas formações e curso. Mas, devido a falta de assistência técnica, fica difícil acompanhar e mensurar essas atividades que estão acontecendo de forma mais isolada.

Como por exemplo, já foi feito muita formação em agroecologia aqui nessa região, então desde as discussões que o movimento faz, os acampamento sempre estão discutindo isso [...] Então os cursos da agroecologia que o próprio Ceagro organizou, as atividades da Universidade as próprias capacitações, seminários que a gente fazia no âmbito da assistência técnica, então tudo isso vai criando um ambiente favorável para agroecologia. Esses eventos grandes que o movimento organiza também, tipo a jornada de agroecologia, sempre vai gente da região, então vai criando uma condição, que as vez não é o resultado palpável, (...) mas são pessoas que vão criando mais afinidade com agroecologia ou vão aprendendo umas práticas e outra, que vão ou possam a adotar, seja uma prática de adubo verde por exemplo, ou coisa assim, que já caminha no sentido da agroecologia, então tem coisas que são mais mensuráveis e outras menos, mas acaba de uma forma ou de outra influenciando na realidade da região assim né, no sentido assim de ter uma produção de alimentação saudável, de ter autonomia dos agricultores também, então tem várias coisas que têm avançado nesse sentido assim, proporcionar por consumidores também acesso alimentos saudáveis. As feiras, por exemplo, que comercializam isso é avanço também para o consumidor ter acesso, a própria FESA que é feito todo ano também é bem importante para isso, então eu acho que também é bem importante o avanços que a gente teve nos últimos tempos da criação da Rede Ecovida, acho que a Rede Ecovida é bem interessante, porque meio que cria uma organização gera, as famílias que estão interessada em fazer agroecologia se elas ficam, se aglutinam se encontram mais, então isso acaba sendo um instrumento importante também para avançar. (Entrevista “C” representante do Ceagro, 2017).

Já para o entrevistado “A”, os principais avanços referem-se à criação da cooperativa da Coopaia, que surge do fortalecimento do grupo agroecológico pioneiros, que por sua vez, vem garantindo outros avanços na comercialização, por meio do acesso a programas como PAA e

Pnae, feiras, circuitos curtos²⁸ e longos²⁹ e a venda direta ao consumidor, além do fornecimento de insumos para a produção através de compras coletivas, que garantem o acesso e preços mais acessíveis as famílias, para melhorarem a qualidade e quantidade de sua produção.

Então os avanços, um deles está ligado à comercialização da produção das famílias, principalmente de hortifruti-granjeiro. A maioria das famílias antigamente não conseguiam comercializar essa produção e hoje está comercializado, através desse programa, a própria ferramenta jurídica em si, que é um ganho das famílias que possui hoje um instrumento legal para realização das atividades, então o avanço da agroecologia, apesar de ser pequeno ainda já tem algum resultado, o próprio fornecimento de insumos hoje, sem a cooperativa seria mais difícil, principalmente ligado a produção orgânica (Entrevistado “A”, representante da Coopaia, 2017).

Para a entrevistada “D”, os principais avanços se relacionam à formação, à qualificação das pessoas, principalmente os filhos dos assentados que hoje conseguem cursar uma graduação, pós-graduação com ênfase na agroecologia. Com certeza esses cursos irão contribuir com o conhecimento agroecológico nas unidades de produção das famílias. Outra importante ferramenta de formação criada pela Universidade foi a construção do Centro Vocacional Tecnológico (CVT), através de núcleos e grupos de estudos e extensão em cooperativismo, agroindustrialização e agroecologia, com objetivo de integrar conhecimento da universidade com a comunidade, através de uma “*universidade que seja do povo para o povo*”.

O mestrado acho que isso tem qualificado muito as pessoas na região, isso tem ajudado a fazer varias reflexões, por exemplo: as escolas na região, o trabalho com os grupos de mulheres, o trabalho com a metodologia que se aplica. O Núcleo de Estudo em Agroecologia (NEA), ele trouxe aquele curso de formação em Educação a Distância (EaD), Núcleo de Estudos em Aquicultura com Enfoque Agroecológico (AquaNEA), Núcleo de Estudos Avançados em Soberania Alimentar e Nutricional Karu Porã (NEA-SSAN Karu Porã) discutindo metodologias participativas. Então eu acho que a formação do Núcleo foi uma coisa importante. O NEECOP (Núcleo de Estudo em Cooperação) e o CVT (Centro Vocacional Tecnológico), como uma organização Centro Tecnológico Vocacional, em Agroecologia também, então isso é uma questão importante para desenvolver ações para a região. As parcerias com o Ceagro, MPA, Rede Ecovida... Então acho que isso são avanços que temos feito na discussão da agroecologia (Entrevistada “D”, professora da UFFS, 2017).

Os principais avanços, considerados pelo entrevistado “B”, estão nas ações de atores, assentados, entidades, organizações, que se articularam para garantir o funcionamento da cooperativa de crédito da Crehnor, que reivindicam por meio dessa cooperativa acesso a programas e políticas públicas, como habitação rural.

²⁸ As vendas em circuitos curtos (feiras de produtores, entrega de cestas, lojas especializadas, grupos de consumo organizado, vendas na propriedade ligada ao agroturismo, mercado institucional para alimentação escolar, venda por internet, entre outros). O mais importante para caracterizar um circuito curto ou cadeia curta é o fato de um produto chegar nas mãos do consumidor com informações que lhe permitam saber onde o produto foi produzido (lugar), por quem (produtor) e de que forma (sistema de produção – orgânico ou convencional) (DAROLT, M. R. et al. 2016).

²⁹ Circuitos longos correspondem à produção agro-industrial clássica. O agricultor produz a matéria-prima; esta é transformada em produtos alimentares por grupos industriais de dimensão multinacional; os produtos-tipo correspondentes são vendidos às centrais de compras das principais cadeias de supermercados e de hipermercados. (Observatório Europeu LEADER julho de 2000).

Essa cooperativa foi pensada de acordo com a realidade do pequeno agricultor e das famílias assentadas, que encontram muitas barreiras para acessar políticas públicas e linhas de crédito, que garantam investimentos nas suas unidades de produção:

De certa forma da para destacar hoje, o Pronaf, programa nacional, dentro desse programa nacional se tem hoje, varias áreas, varias linhas que ele atende, isso é um pouco fruto dessa ação das instituições que se tem aqui na região, das demais que se tem a nível de estado e país, que se articulam e conseguem viabilizar[...] hoje nós temos aí um volume considerável de recursos que foi aplicado tanto para custeio, tanto para investimento, fruto desse trabalho, na área da habitação rural que é também um outro programa que foi montado graças a esse esforço conjunto dos movimentos sociais e das entidades que de certa forma representam esses movimentos também, aqui na região nós conseguimos com que perto de duas mil famílias também já tivessem acesso à essa política, claro que assim, é um programa que ainda vem pronto lá de cima, tal, para fazer alterações adequações são muito difíceis e dolorosas, para serem introduzidas, mas também foram um programa com que a gente conseguiu fazer com que muitas famílias tivessem acesso, isso sem falar também da diminuição dos custos que a cooperativa possibilita a seus associados e colaboradores quando necessitam de serviços bancários, financeiros, porque a cooperativa por si só não visa lucro, a cooperativa trabalha pra atender a demanda do seus associado, então tipo assim é diferente o valor que o associado paga para manter uma conta aqui, pra pagar um boleto por aqui, se ele não tivesse essa instituição, fosse usar ai fora. São ações que a cooperativa vem desenvolvendo que de certa forma vem para beneficiar os associados e também a sociedade como um todo (Entrevistado “B”, representante da Crehnor, 2017).

De acordo entrevistado “F”, o principal avanço é o próprio desenvolvimento da agroecologia, a organização dos grupos, que através de suas demandas, buscam lutar para conseguirem alcançar os avanços necessários para territorialização da agroecologia:

Começa a partir de uma necessidade das famílias de certificação, as famílias se reúnem a partir de uma demanda de certificação, mas é a organização do grupo que vai prover uma serie de outros avanços, então se organiza inicialmente pela demanda dos certificados, mas depois de receber o certificado eles notam que podem fazer um mutirão pra melhorar a produção. Então eles começam a se organizar, fazendo mutirão (trabalho coletivo) ai eles notam, os membros vão notando que ele também precisam avançar nas vendas dos produtos, ai eles vão atrás de montar uma feira, ou de venderem cesta de casa em casa, ou mesmo do caso ali de Rio Bonito montar uma cooperativa, ao qual surge a Coopaia (Entrevista “F”, Coordenador do Núcleo Luta Camponesa, 2017).

Se considerarmos a trajetória das ações mais concretas em agroecologia na região e nos dois assentamentos estudados, percebemos que essas ainda são recentes, devido à falta de conhecimento e de políticas públicas que garantissem seu fomento. Somente em 2012 com trabalhos dos técnicos do Ceagro, pela assessoria técnica e extensão rural - ATER, e com a criação do Núcleo Luta Camponesa, começam a desenvolver ações mais concretas em agroecologia, ou seja, essas ações começaram cerca de 5 anos atrás, e a transição agroecológica é um processo lento e complexo. Mesmo assim, é possível perceber avanços em relação ao desenvolvimento da agroecologia. Por mais que ainda sejam poucas as famílias certificadas e em processo de transição agroecológica, há de se considerar que o território Cantuquiriguaçu

apresenta significativa produção de *commodities*, e frente a isso, as ações desenvolvidas são um grande avanço.

Esses avanços segundo entrevistado “F” passam por evoluções dos grupos, que primeiramente se organizam enquanto demanda de certificação da sua UPFC, e avançam para além da sua UPFC, criando estruturas para processamentos, agroindústrias, com objetivo de agregar mais valores a seus produtos, e a criação de cooperativas, a exemplo da Coopaia, garantindo-lhes aberturas de canais de comercialização de compra e venda.

Ai vê que a organização ela evolui, ela amadurece. O grupo que inicialmente precisava de certificação amadurece para cooperativa, isso está acontecendo em vários outros grupos, o grupo vai amadurecendo pra montar uma agroindústria, pra montar uma associação, pra acessar Pnae, PAA e por aí vai, pega aí o núcleo amadurece pra acessar o mercado de Curitiba, São Paulo, Florianópolis de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, então são processo de evolução continua (Entrevista “F”, Coordenador do Núcleo Luta Camponesa, 2017).

Para o entrevistado “E”, alguns dos principais avanços se referem à consciência das pessoas, da sociedade. Segundo o mesmo, é cada vez maior o número de pessoas que estão buscando uma alimentação mais natural, mais saudável, livre de agrotóxicos. Isso faz com que as organizações sociais, entidades ligadas ao campo e os assentados, pensem e desenvolvam modelos de produção mais sustentáveis, menos agressivo ao meio ambiente e à saúde das pessoas e que, ao mesmo tempo, possam garantir melhoria na renda e da sua autonomia enquanto camponeses.

Primeiro esse apelo social que existe por produtos sem veneno, hoje tem um apelo muito grande da sociedade por isso. O Movimento amadureceu também na compreensão de que os assentamentos têm que cumprir essa tarefa, é como se fosse uma missão, da agricultura familiar e do MST, de produzir alimentos saudáveis e com qualidade. Os assentamentos por todo esse modelo atrasado colocado pelo Incra, ele ainda assim é uma referência, por exemplo: todos os assentamentos têm uma área de 20% de reserva ambiental, mata ciliar, nenhuma outra propriedade do agronegócio não tem nada disso, não respeita as leis ambientais, então os assentamentos por si só já é uma grande reserva de preservação. A outra questão é esse debate, que é possível organizar as famílias com produção diferenciada, sustentável, com equilíbrio com a natureza, e que seja rentável (entrevistado “E”, Liderança do MST, 2017).

Mais uma vez de acordo com as entrevista, os avanços relatados são os processos de organização dos múltiplos atores envolvidos na agroecologia, sejam eles organizações sociais e entidades ligadas ao campo, que junto estão reivindicando políticas públicas que garantam maior autonomia dos camponeses. A exemplo das políticas públicas conquistadas está a Lei n. 11.947/2009³⁰, que determina que no mínimo 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares, por chamadas públicas, como forma de garantir a venda e

³⁰ LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

sucessivamente a melhoria da renda, com prioridade para assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Segundo o entrevistado, esses avanços só foram possíveis, graças à luta e às políticas dos governos Lula e Dilma. Porém hoje, como a mudança de governo, é possível perceber através das medidas já adotadas e das propostas, um prejuízo aos agricultores familiares, exemplo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que congela os gastos públicos por 20 anos, e a anunciada reforma da Previdência, além da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dos cortes orçamentários que vem afetando principalmente as populações mais carentes do campo. Os cortes que vem afetando os assentamentos e o avanço da agroecologia são o da política de Ater, que garantiam a assistência técnica e extensão rural nos assentamentos estudados. Cabe destacar também os cortes orçamentários no PAA, das políticas para mulheres rurais e do programa de reforma agrária³¹.

Um dos grandes avanços são as políticas públicas, por exemplo: a lei dos 30% da merenda escolar seja da agricultura familiar e de preferência de produtos sem agrotóxicos, acho que esse é o avanço maior. Depois tem os outros programas, o PAA, PNAE, que permite adquirir produtos diferenciados com uma melhor agregação de valor. Os governos do Lula e da Dilma, e a Conab, cumpriram com sua função, hoje não cumpre com sua função, estamos vivendo em um estado de exceção, mas antes ela comprava produtos orgânicos e não orgânicos. Esses foram alguns avanços que a gente teve (entrevistado “E”, Liderança do MST, 2017).

Frente a este cenário ascendente de disputas, a busca pela transformação social, está contida na maior organização e mobilização social dos atores territoriais. Em um cenário de escassez de políticas públicas e recursos, cabe um esforço maior ainda dos atores territoriais na busca pelo fortalecimento da agroecologia, de modo que os camponeses possam assumir cada vez mais o papel de atores paradigmáticos, que compreende o território como abrigo, local da realização da vida e da identidade, deixando de serem atores sintagmáticos que tem como noção o território recurso passível de exploração (RAFFESTIN, 1993).

Além do exposto, a seguir apontamos os avanços destacados pelas 19 famílias assentadas que realizam práticas agroecológicas, considerando que a maioria das famílias citaram mais de um avanço. Estes ilustram a dinâmica de territorialização da agroecologia, o que vem permitindo a reterritorialização das famílias assentadas e a construção do território da agroecologia. Sistematizamos estes avanços em sete categorias, sendo: melhoria da renda, melhoria da saúde, melhoria da produção, meio ambiente, qualidade do consumo, tempo para o lazer e comercialização, Os números representam as vezes que apareceram termo similares:

³¹ Agricultores repudiam ações de Temer contra a agricultura familiar (Portal Vermelho, 2017).

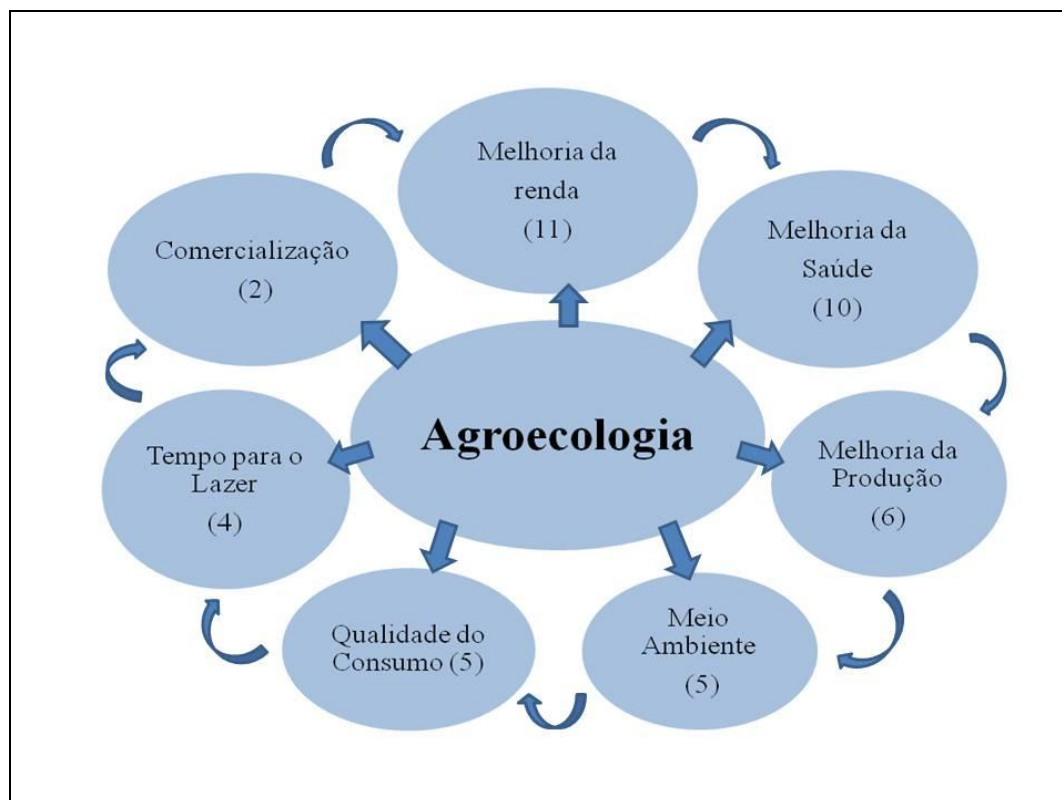


Figura 19: Representação por categoria dos principais avanços da territorialização da agroecologia de acordo com as famílias assentadas. Fonte: Trabalho de campo, 2017. Organização própria.

Já no quadro abaixo, detalhamos o conjunto de elementos citados pelas famílias assentadas que representam os principais avanços da agroecologia, ordenadas nas sete categorias.

CATEGORIAS	CONJUNTO DE ELEMENTOS
<p>Melhoria da Renda</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A renda aumentou, • Essa renda nós não tínhamos, (e agora a gente tem, ela não é muito, mas ajuda), • A renda aumentou, praticamente em 100%, a renda é da agroecologia, do PAA, PNAE. • A renda tá sobrando agora, • Plantei 33 variedades de mudas frutíferas para aumentar a renda, • A pesar de não ter organizado direito ainda, é interessante para a renda, • A renda, • Renda melhorou, • A renda melhorou, • A renda tá melhorando, • Renda também.
<p>Melhoria da Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde melhorou também, • A saúde mudou, • Em primeiro lugar é a saúde, • O ganho maior é a saúde. • O fato principal é a saúde, • As Plantas sem veneno, • A saúde melhorou, • Na saúde, eu passava veneno, saia uns gresseirões nas pernas, nos braços, agora não. • Faz um ano que atacou minha coluna e deu mais um monte de problemas aí, e eu falo, nem remédio não to tomando, bem mais tranquila depois que paramos com o veneno,

	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde melhorou,
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Questão do próprio solo, da fertilidade, que vem melhorado, a diminuição de pragas, insetos, de doenças, • O ar, a água, a presença de pássaros, a fertilidade do solo, maior equilíbrio entre os seres vivos, • Antes não tinha minhoca, nenhum bicho, agora tem vida, • Melhora a fauna e a flora em 100%, não tem intoxicação da água, • A água nós fizemos a proteção de fonte,
Melhoria na Produção	<ul style="list-style-type: none"> • A qualidade dos produtos, • Aumentou a variedade de produção, ano passado plantei 33 variedades de mudas frutíferas, • Agora plantamos mais diversidade, • Olha meu arvoredo, tá quebrando os galhos de frutas, agora olha em roda, ninguém tem fruta • A diversidade na produção • Não é tão difícil de produzir
Qualidade do Consumo	<ul style="list-style-type: none"> • A qualidade dos produtos, • A qualidade da comida melhorou muito, • As plantas sem veneno para consumo, • O que melhorou foi o consumo, • O sabor dos alimentos,
Tempo para o Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • Sobra mais tempo pra nós sair agora, ir na comunidade, ir nos vizinhos, • A interação social se dá mais via cooperativa, mas no todo ainda está longe de ser alcançado. A base atrativa são os grupos, nos intercâmbios, dia de campo, reuniões. • A relação com a comunidade também melhorou, porque quando você fala dos produtos agroecológicos todo mundo quer comprar, então de uma forma ou outra ajuda a se aproximar, a diminuir a distância, • Mais tranquilo, menos serviço,
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> • Nós vamos dar mais qualidade de vida para essas pessoas que tão consumindo esse produto. • A gente está discutindo no grupo sobre a comercialização.

Quadro 15: Avanços da territorialização da agroecologia, citados pelos assentados.
Fonte: trabalho de campo, 2017.

O aumento da renda foi para 11 famílias assentadas, o principal avanço proporcionado pela produção agroecologia. Segundo entrevista da família “K”, *“na verdade, a renda aumentou, praticamente em 100%, a renda é da agroecologia, do PAA, Pnae”*. Ainda nesse sentido, de acordo com a entrevista da família “L”, para eles *“A renda tá sobrando agora, não é muito, mas tem sobrado”*.

A segunda categoria mais citada foi a saúde: 10 famílias afirmam que a saúde melhorou bastante depois que deixaram de utilizar venenos nas lavouras. A melhoria na produção foi citada por seis famílias e o meio ambiente foi citado como principais avanços por cinco famílias, que alegam que há mais diversidade na produção e mais qualidade de vida. A qualidade do consumo foi citado por cinco famílias, que alegam que hoje tem mais diversidade de alimentos, e que sabem a qualidade do alimento que estão consumindo, alimentos frescos e sem agrotóxicos.

O tempo para o lazer foi citado por quatro famílias, que dizem que sobra mais tempo para interagir com os vizinhos e participar da comunidade. A comercialização foi citada por duas famílias, que se referem a uma maior preocupação e organização na comercialização e o fato da satisfação da família em proporcionarem uma melhor qualidade de vida a quem consome os produtos agroecológicos.

O trecho a seguir, ilustra bem o conjunto de avanços reconhecido pelas famílias:

A renda tá melhorando, porque começamos a pouco tempo, mas senti que melhorou um pouco. A diversidade na produção a relação com a comunidade também melhorou, porque quando você fala dos produtos agroecológicos todo mundo quer comprar, então de uma forma ou outra ajuda a se aproximar, a diminuir a distância. Principais ganhos, melhora a fauna e a flora em 100%, não têm intoxicação da água, e a saúde, é o principal ganho (Entrevista família “W”, 2017).

Sendo assim, quando analisamos as entrevistas, essas tem apontando para um conjunto de avanços, que podem ser compreendidos, por meio de junções de forças de múltiplos atores, que vem proporcionando a construção da territorialização da agroecologia, principalmente porque através da organização coletiva das famílias e das entidades e organizações, se consegue aumentar a capacidade política e organizacional elevando a capacidade econômica, social e ambiental das famílias assentadas por meio da agroecologia.

Dessa forma, os atores, instituições públicas, privadas, sindicatos, ONG's, etc. assumem um importante papel, quando contribuem ou dão possibilidades aos camponeses (as), do acesso ao conhecimento e às políticas públicas, gerando melhores condições de permanência no meio rural, através da constante qualificação da atividade produtiva, respeitando o meio ambiente e gerando o desenvolvimento social.

No entanto, defender um projeto que tenha como princípio a construção da autonomia da agricultura camponesa tem requerido dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares, um conjunto de ações estratégicas e táticas que visem ir além de transpor as ideias de que os agricultores familiares simplesmente tenham direitos, direitos a políticas públicas, a assistência técnica, etc. Mas, que eles se tornem arquitetos dessa conjuntura, e com mais motivação para a compreensão de uma especificidade camponesa.

Porém, como já apontamos anteriormente, ainda são poucas as famílias assentadas que realizam práticas agroecológicas. Desse modo, buscamos elencar os fatores que limitam a territorialização bem como sua expansão espacial. Verificamos que esses limites se refletem muitas vezes em barreiras à tomada de decisão das famílias em fazer a transição do modelo produtivo convencional para o agroecológico.

Detalhamos o conjunto de elementos citados pelos atores (entidades e organizações) que representam os elementos limitantes da agroecologia, as quais consideramos, enquanto principais

barreiras para reterritorialização dos camponeses por meio da agroecologia. Desconsiderando termos repetidos, foram citados 20 elementos limitantes da territorialização da agroecologia. Estes foram agrupados em seis categorias, sendo elas: falta de formação e conhecimento em agroecologia, falta de políticas públicas, dificuldades na produção, falta organização em grupo, garantia da renda na agroecologia e a dificuldades na comercialização.

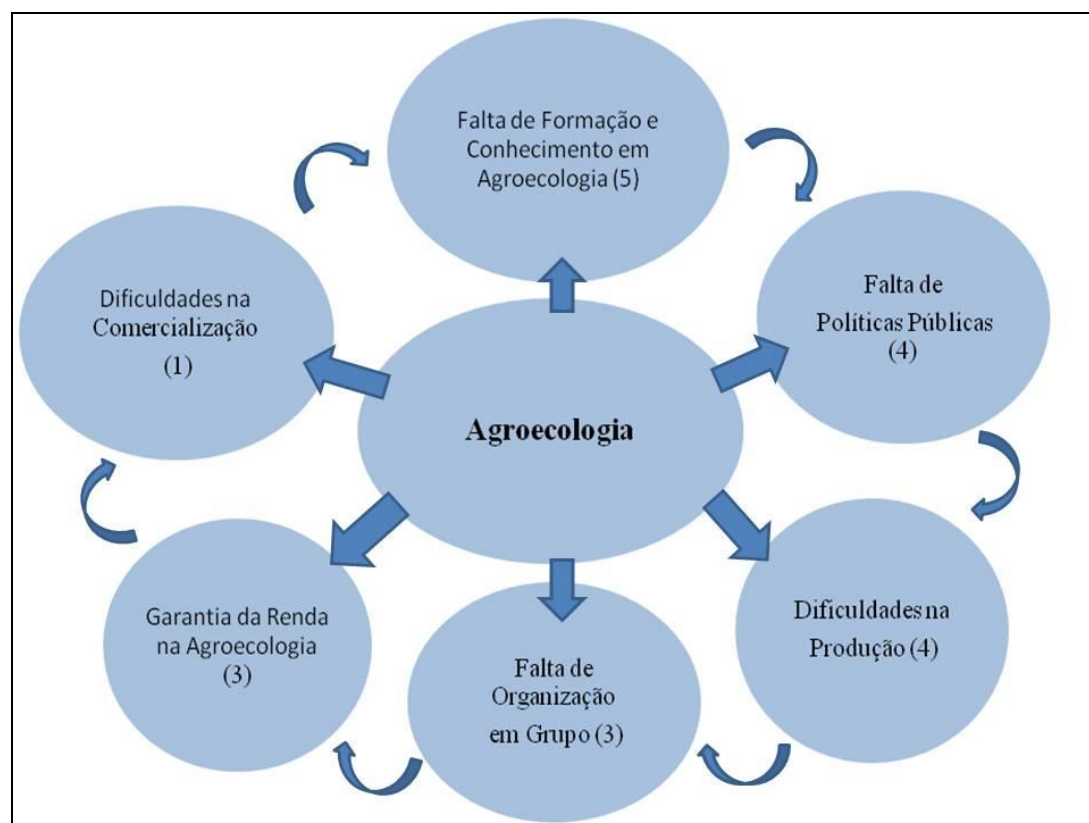


Figura 20: Representação por categorias dos principais fatores limitantes da territorialização da agroecologia de acordo com atores.

Fonte: trabalho de campo, 2017. Organização própria.

No quadro abaixo, detalhamos os 20 elementos citados pelos atores que representam o conjunto de elementos limitantes da agroecologia, ordenadas nas seis categorias construídas, que consideramos serem abrangentes e similaridade dos elementos da agroecologia.

Categorias	Conjunto de elementos limitantes da agroecologia
<p>Falta de Formação e Conhecimento em Agroecologia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta conhecer as técnicas de produção • Falta de capacitação, apoio técnico • A falta de conscientização dos nossos agricultores • Limite do conhecimento do que é agroecologia • O Ceagro com ajuda de parceiros (UFFS), realizar cursos para formação de técnicos em agroecologia (retomar)
<p>Falta de Políticas Públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Falta apoio de políticas públicas • Falta financiamento, manutenção de projetos e espaços para produção agroecológica • Falta de agroindústrias • Falta assistência técnica

Dificuldades na Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo imposto de produção na região (agronegócio) • Falta mecanização do trabalho e insumos • Desmistificação da agroecologia como um processo arcaico e trabalhoso • Muitas das famílias assentadas hoje já arrendam suas terras, muitas mesmo nem tem autonomia sobre o que produzir.
Falta Organização em Grupo	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de comprometimento, olhar para a agroecologia com compromisso e possibilidade. • Fazer a luta pela terra, mas também discutir o modelo de produção, colocar na prática a agroecologia. • Falta uma militância que faça esse debate
Garantia da Renda na Agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> • Famílias endividadas • Ter uma renda boa, fazendo agroecologia • Falta de recursos
Dificuldades na Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade da comercialização

Quadro 16: Elementos limitantes da territorialização da agroecologia de acordo com atores.
Fonte: trabalho de campo, 2017.

É interessante notar que das categorias e dos elementos limitantes citados, o que foi mais frequentemente mencionado pelos atores, foi a falta de formação e conhecimento em agroecologia. Isso demonstra que a agroecologia poderia avançar mais, se houvesse uma maior conscientização, se houvesse maiores apoios de entidades, organizações, que garantissem a formação, cursos, capacitação, assistência técnicas, principalmente nas áreas de cooperação, gestão e produção agroecológica, com temas diversos, desde técnicas de produção, PRV, sistemas agloflorestais, consórcios de cultivares, controle de doenças e pragas, até princípios de cooperação e gestão e normas e princípios de comercialização, para que as famílias compreendessem melhorar as técnicas de produção e também melhor entender o que é agroecologia.

Políticas públicas de incentivos e apoio e a garantia de canais de comercialização com preço diferenciado de compra de insumos e de vendas da produção, além de recurso para investimentos, como forma de garantir qualidade e aumento da produção, também foram elementos citados como limitantes das experiências. De acordo com entrevistado “E”,

o grande limite é como fazer que as políticas públicas do governo federal e estadual se ampliasse, e que os municípios garantissem, porque o poder público tem uma força muito grande, econômica e de organização da produção, é o desafio de viabilizar economicamente essas iniciativas, começando pelas escolas, instituições públicas, se tivesse essa perspectiva de continuidade, eu acho que esse é um desafio bastante grande que nós precisamos. O outro é no fomento. Nós não temos recursos suficientes para criar um programa que financie as famílias, para começar a produzir agroecológico [...] as famílias têm vontade para começarem [...] por que um dos limites que nós temos é as nossas feiras, nossos pontos de venda são muito limitados na quantidade de produtos, nós fazemos um feira que começamos de manhã, na parte da tarde você já não tem mais produtos para atender a demanda que as pessoas querem,

então quanto mais produtos nós tiver mais acessível vai chegar ao consumidor, isso não quer dizer que o agricultor vai receber um preço baixo, não ele vai receber o preço normal, o problema é que hoje o apelo por produtos orgânicos é muito grande e as grandes empresas querem entrar com os pacotes (Entrevistado “E”, Dirigente do MST, 2017).

De acordo com entrevistado, os principais limitantes de se avançar na agroecologia são políticas públicas que possam garantir subsídios, para que os grupos superem seus limites, vençam suas barreiras, de organização, da produção, e da comercialização, que possam garantir uma renda satisfatória, que seja diferente dos altos investimentos dos pacotes agrícolas, que muitas das vezes não garante a sobra de recurso no final da produção. Que haja políticas públicas que garantam subsídios, para um modelo de produção que tenha uma maior consciência ambiental, social e econômica, a exemplo da agroecologia.

Na sequência procuramos compreendermos quais são as principais dificuldades das famílias assentadas no que se refere às práticas agroecológicas, que se assemelham muito às visões das entidades e organizações. Acrescem-se dificuldades técnicas relacionadas à produção. Ao todo foram citados 42 elementos limitantes da agroecologia. Estes foram sistematizados em categorias, sendo elas: falta de formação e conhecimento em agroecologia, falta de políticas públicas, dificuldades na produção, falta organização em grupo, garantia da renda na agroecologia e a dificuldades na comercialização. Estas são semelhantes às apontadas pelas entidades e organizações. O que muda é a ordem de prioridades das categorias, que para as famílias assentadas se refere, em primeiro lugar, às dificuldades na produção e em segundo lugar a dificuldades na comercialização.

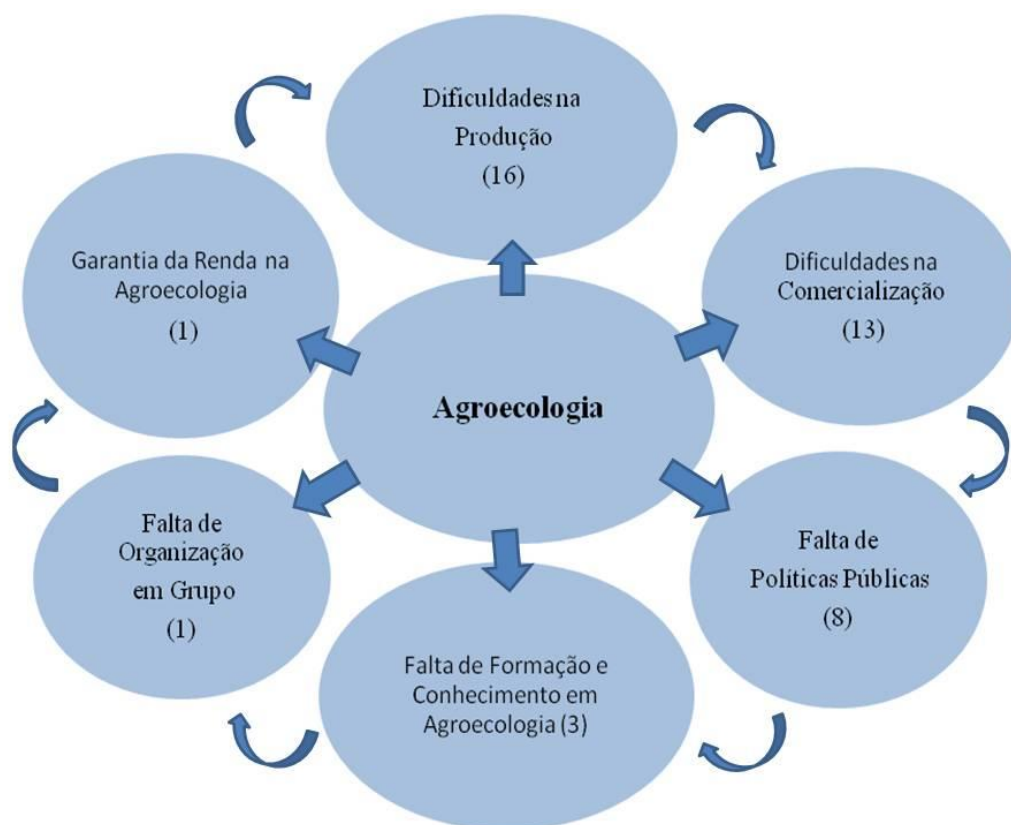


Figura 21 Representação por categorias dos principais fatores limitantes da agroecologia de acordo com as famílias assentadas. Fonte: trabalho de campo, 2017. Organização própria

No quadro abaixo, detalhamos os 20 conjuntos de elementos citados pelas famílias que representam o conjunto de elementos limitantes da agroecologia, ordenadas nas seis categorias construídas, que consideramos serem abrangentes e similaridade dos elementos da agroecologia.

Categorias	Conjunto de Elementos
Dificuldades na Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Certificar o leite • Falta de barreiras vegetais • Falta de equipamentos • As barreiras para cercar o veneno dos vizinhos • É os vizinhos, vamos ter que fazer as barreiras • São os vizinhos eles passam bastante veneno • É o processo manual, tudo pesado • Falta de equipamentos • É permanecer na agroecologia, os vizinhos nunca vão parar de passar veneno • A própria dificuldade no planejamento da produção, implementação da agroecologia • As grandes empresas que produzem veneno e grãos • Falta mão de obra • Tem que ter mão de obra • Barreiras vegetais • Insumos apropriados • Precisa de cinco a seis anos pra você ter um ambiente livre de agrotóxicos
Dificuldades na Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> • A comercialização é a maior dificuldade • É a falta de comércio • Dificuldade na comercialização da região • Mercados não abrem uma banca (produtos orgânicos), eles não

	<ul style="list-style-type: none"> dão espaço para venda • É a falta de comércio para vender a produção agroecológica • Mais espaço para o comércio teria que conseguir o mercado maior para ter uma renda melhor • O comercio também é pouco • A falta de comercialização • É o mercado, tá muito fraco, então o nosso produto não tá tendo o preço que merece • As vendas para ter a renda, o mercado é um desafio • O consumidor também é um desafio, teria que ter um incentivo ao consumidor para comprar o produto agroecológico • A comercialização é um ponto que tem que ver bem certo, se produzir tem que ter onde entregar, pra não perder • Limite de infraestrutura de transporte, escoamento da produção das famílias
Falta de Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Ter ajuda da prefeitura, bancos (acesso a crédito específico para agroecologia) • Falta de investimentos, agora estamos querendo a agroindústria • Políticas públicas pra incentivar • Assistência técnica • Recurso para estimular • É fazer um trabalho muito bom, desde os prefeitos, governantes • A assistência técnica • Tem que ter políticas públicas, apoio, incentivo para ajudar o agricultor
Falta de Formação e Conhecimento em Agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> • É a consciência das pessoas • Nem técnico não tem mais, os técnicos que assessoravam nós, agora não tem, muitas vezes precisa de informação e não tem com quem pegar • Mudar a consciência dos pais
Falta Organização em Grupo	<ul style="list-style-type: none"> • Ir organizando os grupos, fortalecendo
Garantia da Renda na Agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> • São o econômico, equipamentos adequados, processo de endividamento

Quadro 17: Categorias limitantes da territorialização da agroecologia, citados pelas famílias assentadas.
Fonte: trabalho de campo, 2017.

É possível notar que para as famílias assentadas, os principais elementos limitantes contidos na categoria dificuldades na produção, citados por 16 vezes, são os problemas para formar barreiras vegetais, que isolem suas unidades de produção do intenso uso de agrotóxicos dos seus vizinhos. Outro elemento é a falta de equipamentos, insumos e a necessidade de mão de obra para ajudar na produção.

A segunda categoria, colocada como limitante é a dificuldades na comercialização, que vai desde a falta de canais de comercialização na região à dificuldade de escoamento da produção, transporte que garanta pegar a produção das famílias nos assentamentos, devido a sua grande extensão territorial. Já para algumas famílias teria que ter incentivos para que os consumidores preferissem os produtos agroecológicos, e também que os produtos agroecológicos tivessem um valor diferenciado.

Outra categoria foi a falta de políticas públicas, incentivos desde as prefeituras até as instâncias maiores de gestão, como forma de garantir recursos para investimentos e assistência técnica, que são fundamentais para a superação dos limites encontrados pelas famílias assentadas que pretende a produção agroecológica.

Outras categorias, citadas pelas famílias assentadas, foram a falta de formação e conhecimento em agroecologia, que foi citadas pelas entidades e organizações como principais elementos limitantes da agroecologia. Para famílias está como terceira categoria limitantes sendo citada três vezes. Já as outras categorias limitantes foram a falta de organização dos grupos, e a garantia da renda na agroecologia.

Uma vez identificado o que motivou as famílias assentadas a mudar seu modo de produção para agroecologia, as ações facilitadoras e os avanços elencados, bem como os limitantes, torna-se possível fazer uma análise do porque ainda são poucas famílias desenvolvendo agroecologia.

Isso perpassa o grande número de elementos que limitam a transição agroecológica e consequentemente a territorialização da agroecologia, o que nos dará aporte para compreender quais são os ajustes necessários e as melhorias efetivas, que possam vir a contribuir para construção de um território da agroecologia.

Aqui consideramos, que por mais que alguns elementos limitantes apareceram mais vezes que outros, a reterritorialização dos camponeses e a territorialização da agroecologia passa pela superação de todos eles. É necessário portanto, viabilizar a criação de barreiras vegetais, o acesso a maquinários e insumos que facilitem e aprimorem a produção, o acesso a políticas públicas que viabilizem a aquisição de recurso para investimento, incentivo a canais de comercialização e garantia de assistência técnica, a formação e cursos em agroecologia, que darão mais suporte ao avanço e a criação de grupos agroecológicos, divulgar experiências que mostrem resultados positivos o que de alguma forma poderá instigar as demais famílias assentadas que produzem convencional a aderirem ao modo agroecológico.

3.4 AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS DECORRENTES DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DESENVOLVIDAS PELAS FAMÍLIAS.

Quando analisamos um território da agroecologia nos assentamentos em questão, consideramos que este pode ser entendido enquanto construção social, com uma trajetória histórica que se inicia junto à luta pela terra, que é resultado da atuação de múltiplos atores e de múltiplas escalas, desde os camponeses, passando pelo Estado e inclusive por atores que regulam o mercado.

Em relação à produção agroecológica, os avanços relatados, em entrevistas, se referem principalmente à qualidade de vida. Algumas famílias relatam que provem da agricultura como arrendatários, posseiros, filhos de pequenos agricultores, que já produziam sem agrotóxicos. Entretanto, como as cooperativas da região somente vendiam o pacote de insumos convencionais, muitos aderiram esse modo de produção. Porém, ao conhecerem práticas e experiências agroecológicas, observaram que o modelo de produção com insumos e veneno químicos se tornava insustentável. Com isso as famílias começaram a produzir, de forma mais sustentável, com o auxílio de entidades que desenvolvem assessoria técnica.

Das 19 famílias estudadas que desenvolvem ações de agroecologia, está se encontram em 2 estágio, o estágio inicial, sendo 16 famílias que estão em processo de transição, e o avanços com 3 famílias que possuem toda sua unidade de produção certificada. Para a maioria das famílias (12) o trabalho dentro na UPFC é a principal fonte de renda, mas há forte incidência de pessoas trabalhando fora da UPFC, essa renda conseguindo fora pode ser complemento e, em alguns casos, como fonte principal.

Família	Número de membros	Localidade (Assentamento e comunidade)	Área do estab. (ha)	Área de Produção Agroecológica (ha)	Quanto Tempo na Agroecologia (Ano)	Fontes de renda (Dentro ou Fora) da UPFC
G	6	IAS - São Francisco	12	12	5	D e F
H	4	MF - Nova Aliança	16	2	4	D
I	6	MF - Camargo Filho	18,5	1	2	D e F
J	5	MF - Água Morna	18	18	3	D
K	6	IAS - Juriti	16,5	7	4	D e F
L	5	IAS - Juriti	14,8	1	2	D
M	2	MF - Nova Aliança	13,5	13,5	5	D
N	5	MF - Nova Aliança	15,73	1,21	2	D
O	3	IAS - Sede	18,2	0,50	5	D
P	5	IAS - Açude Seco	12,5	5	4	D
Q	3	IAS - Açude Seco	13	1,21	5	D
R	7	IAS - Nova Conquista	15,13	4,42	10	D
S	3	IAS - 1ª Conquista da Sede	18,3	2	5	D e F

T	3	IAS - 1ª Conquista da Sede	17,55	10,89	4	D e F
U	7	IAS - Arapongas	5,8	0,305	1	D
V	4	IAS- Sede	14,52	7,26	10	D
W	4	IAS - Arapongas	16,94	1	1	D e F
X	6	MF - Santo Antonio	16,5	15,5	4	D
Y	4	IAS - Juriti	17	2,42	6	D e F

Quadro 18: Informações gerais sobre as famílias estudadas Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Das 19 famílias, 18 delas têm jovens residindo na unidade de produção, que desde muito cedo ajudam no trabalho da UPFC. Porém quando se pergunta se estão dispostos a continuar trabalhando na agroecologia, aparecem incógnitas condicionadas a questões do trabalho que é difícil, a falta de apoio do poder público, em relação a investimento em pesquisa, em assistência técnica, em estrutura e canais de comercialização, em informação para conscientização, para formação e de tecnologias apropriadas que reduzam a penosidade do trabalho e sejam acessíveis aos trabalhadores. Outro limite se reflete ao tamanho da UPFC, que não será suficiente para dar viabilidade econômica para mais de uma família.

Em relação ao tamanho da área da produção agroecológica, na maioria das propriedades ainda é pequena, se limita a áreas de plantio de hortifrutí, que geralmente são feitas em uma área menor, o que também se deve aos limites já comentados anteriormente falta de políticas públicas, que incentivem a produção e também a comercialização, entre outros limites, para que se avance da transição para produção 100% agroecológica tanto para consumo, quanto para a venda.

Entendemos que a partir das experiências agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses, os atores envolvidos, a partir de suas perspectivas, valores, interesses e procedimentos, podem resistir às tendências tecnológicas e institucionais hegemônicas, intervindo e alterando diretamente os processos de trabalho e produção e, assim, os próprios espaços de produção e vida (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

As consequências negativas do modelo hegemônico, fazem com os camponeses busquem outras alternativas, como a agroecologia, quando já estão numa situação de extrema vulnerabilidade, endividados, com graves problemas de saúde ocasionados pela utilização de agrotóxicos nas lavouras. Em poucos casos essa busca parece ocorrer por questões político-ideológicas.

A dinâmica territorial das práticas agroecológicas nos assentamentos, como já apontado acima, envolve não apenas estas famílias, mas também diversos atores, que estão envolvidos em

ações agroecológica, como a Coopaia, Ceagro, Crehnor – Laranjeiras do Sul/PR e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS - Campus de Laranjeiras do Sul/PR). Este coletivo de atores atribui ao território uma nova identidade, não em si mesma, mas do coletivo, que vive e produz nele. Dessa forma, o território é um todo concreto, mas ao mesmo tempo, ele é flexível, dinâmico e contraditório, por isso, dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando são impressas e especializadas no próprio território (OLIVEIRA, 2010).

As territorialidades camponesas agroecológicas, mesmo produzindo conjuntos de valores divergentes da opressão, exploração e devastação, não deixam de conter relações de poder que se edificam espacialmente. Essas práticas repercutem, em essência, não o “amor pelo poder”, mas o poder como “vontade-de-viver” (EDUARDO, 2014, p.137).

Da mesma forma que o espaço é transformado pelas ações dos homens através de suas técnicas, observamos que as relações de poder que são impressas sobre o espaço, evidenciam conflitos em torno da agroecologia, de maneira que entendermos que esses conflitos, baseiam-se principalmente em disputas territoriais, primeiro na luta pela terra, depois pela permanência na terra. Essa permanência na terra segundo FERNANDES (2000, p.49), Passa a ser um processo de reterritorialização na medida em que as famílias são assentadas e buscam implementar estratégias de sobrevivência e desenvolvimento.

Ademais, a agroecologia considerada ciência, movimento e prática, além de possibilitar maior autonomia dos camponeses em relação aos recursos externos à UPFC, têm como potencial latente, contribuir para uma alimentação mais saudável da população em geral, com uma produção de alimentos saudáveis que garanta a soberania e a segurança alimentar e nutricional, além da manutenção dos agroecossistemas e das culturas locais. Assim, suas repercussões territoriais facilmente extrapolam os limites das propriedades rurais.

As iniciativas têm possibilitado, segundo os entrevistados, estabelecer novas reflexões em torno da agricultura e das relações humanas. Leva a uma nova forma de lidar e ver a terra, envolvendo a comunidade, fazendo e (re) fazendo experiências de produção agroecológicas, que estão expressas nas paisagens a seguir apresentadas.

Estas paisagens são representativas da territorialização da agroecologia nas unidades de produção agroecológicas, que segundo os próprios agricultores, contribui com o resgate da cultura dentro das comunidades camponesas, com a organização coletiva e com a produção e reprodução social familiar.

Através dos depoimentos das famílias e nas paisagens das UPFC, observamos elementos que retratam as transformações territoriais decorrentes, nas dimensões política, social, cultural, ambiental e econômica – decorrentes das práticas agroecológicas desenvolvidas pelas famílias. Na dimensão política, observamos que essas famílias são bastante politizadas, ou seja, sabem lutar e reivindicar seus direitos, não ficam a espera da boa vontade dos representantes políticos,

lutaram pela terra e continuam lutando pela permanência nela. Isso se reflete quando buscam por políticas públicas que sejam efetivas, como acesso a investimentos, custeios, saúde, educação, segurança e renda. Isso se deve ao fato de participarem de um movimento social, o MST, e através de entidades e organizações que tem princípios políticos e ideológicos. Essa representatividade política tem há ver com trajetória das famílias no MST e nos assentamentos, que de acordo com as entrevistas realizada com as 19 famílias envolvidas em ações agroecológicas, sendo que 10 delas estão desde o início do acampamento, 4 famílias também foram assentadas em outros assentamentos da região e realizaram a troca, há ainda 2 famílias que assumiram a UPFC, que estavam a espera da conquistado a terra, devido a duas UPFC, terem sido entregues ao Incra pelos antigos beneficiários da terra, apenas 3 famílias entrevistas conseguiram a terra através da compra, e 1 das famílias são de filhos de assentados.

Para ficam mais fácil de visualizar a trajetória das famílias nos assentamentos, organizamos o gráfico abaixo:

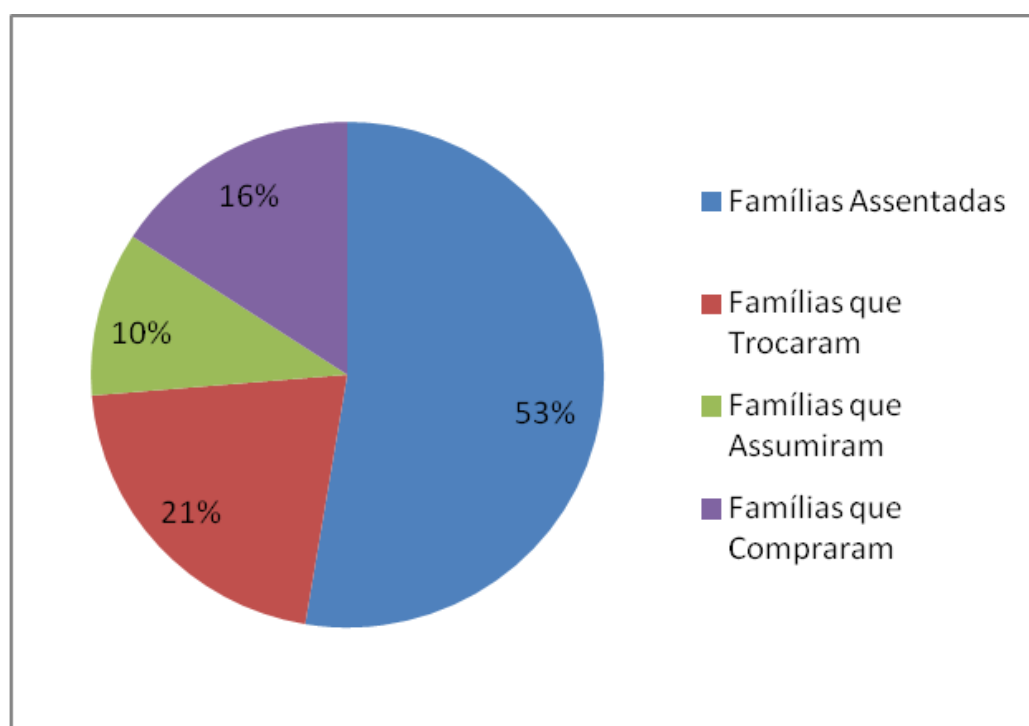


Gráfico 05: Trajetória das famílias nos assentamentos. Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Já as transformações evidenciadas na dimensão social e cultural, estão contidas na melhor condição de vida das famílias assentadas, que buscam constantemente melhores condições na saúde, na alimentação, na diversidade de alimentos, qualidade dos alimentos, e com base numa forte interação com vizinhos, com a comunidade em geral, através da união de forças e da preservação dos seus saberes camponeses, que por diversas vezes apareçam nas falas das famílias entrevistas.

Na dimensão ambiental, percebe-se que uma preocupação maior com manejo sustentável do solo, da água, do aumento da diversidade da flora e da fauna. E por último, na dimensão ética e moral, as famílias assentadas possuem uma maior preocupação e conscientização socioambiental com preocupação nas futuras gerações.

Já na dimensão econômica, podem ser evidenciadas transformações na melhoria da renda, não tanto pelo valor monetário das sobras de recursos, mas pelo menor custo de investimento na produção, pela variedade de alimentos produzidos que diminuiu o custo de consumo de produtos comprados fora na UPFC, exemplo dos mercados, além da diminuição da compra de remédios, que algumas famílias relataram que não precisam mais gastar em farmácias.

Para família “L”, a produção agroecológica é a saída, para uma melhor estabilidade econômica, com ganhos também numa alimentação de qualidade (sem veneno) e diversificada, sem contar que para a família, a produção diferenciada por meio da agroecologia, garante mais espaço para socializar junto aos vizinhos e a comunidade.

Mudou tudo, a renda melhorou, a alimentação tá melhor. A renda tá sobrando agora, não é muito, mais tem sobrado. Sobra mais tempo pra nós sair agora, ir na comunidade, ir nos vizinhos. Aumentou a variedade da produção, antes não tinha estufa de verdura, agora tem, agora plantamos mais diversidade, brócolis, couve, almeirão. (Entrevista família “L”, 2017).

Essas imagens abaixo representam o processo de reterritorialização da família “L”, através da produção agroecológica:



Foto 1: Consórcio de hortaliças, frutíferas e produção de mandioca. UPFC família “L” – Assentamento Ireno Alves dos Santos. Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Foto 2: Consórcio de feijão, milho e frutíferas. UPFC família “L” – Assentamento Ireno Alves dos Santos.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.



Foto 3: Estufa para produção de hortaliças. UPFC família “L” – Assentamento Ireno Alves dos Santos.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Para a família “G”, a produção agroecológica se tornou a alternativa para superar os prejuízos que vinha enfrentado na produção convencional. A família relata que a produção convencional resultava em despesa e prejudicava a saúde. Porém, para a família, o que mais motivou a mudança foi a consciência política de produzir de uma forma mais sustentável, pensando num maior equilíbrio com a natureza, e também pelo viés econômico.

Na realidade a gente não conseguia fazer mais nada né, era só despesa, despesa, despesa, você não conseguia, não tinha, a saúde da gente cada vez pior, sempre foi, não conseguia, dizer, sobrar um pouquinho para você tentar fazer outra coisa não sobrava nada, nunca sobrou nada, Deus que me perdoe, a situação era a cada vez pior, só entregava nas cooperativas, os agrotóxicos se não passasse veneno não dava nada, tinha que gastar em adubo, quando se via tava gastando tudo e trabalhando que nem louco, não tinha lucro nenhum, o pequeno agricultor plantar lavoura, só lavoura e entregar no veneno só entrega para cooperativas do agronegócio... A produção Convencional produz mais, mas o custo também é maior, o produto orgânico o preço é maior, em termo de lucratividade a produção orgânica é maior que a convencional [...]Acho que uns dos primeiro e qualidade, questão do próprio solo, da fertilidade, que

vem melhorado, a diminuição de pragas, insetos, de doenças, esse ano mesmo a gente percebe, nos plantamos milho, feijão aqui, foi muito pouco o ataque de praga, lagartas, essas coisas... A gente percebe que equilíbrio da natureza, e do solo aqui já tá bem melhor. Também uma das coisas, a própria consciência política, de estar trabalhando a questão da agroecologia, e pelos resultados econômicos também (Entrevista família "G", 2017).



Foto 4: 1ª plano área de pastagem, 2º plano cultivo de feijão, 3º plano barreira de capim-elefante roxo (*Pennisetum purpureum*, Schum). UPFC família "G" – Assentamento Ireno Alves dos Santos.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Foto 5: Secagem de feijão agroecológico, UPFC família "G" – Assentamento Ireno Alves dos Santos.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.





Foto 6 : rebanho bovino leiteiro na área dos piquetes do PRV (Pastoreio Racional Voisin). UPFC família “ G” – Assentamento Ireno Alves dos Santos.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.



Foto 7 : Área dos piquetes do PRV (Pastoreio Racional Voisin). UPFC “G” – Assentamento Ireno Alves dos Santos.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Já para a família “M”, o que garante a sua reterritorialização por meio da agroecologia, é a questão da coletividade, o conhecimento adquirido, o fortalecimento de grupos agroecológicos, através de ações em conjunto, uma miríade de diálogos e saberes, que através das experiências agroecológicas postas em prática, vem dando certo, melhora a qualidade de vida, principalmente a saúde e a renda, quando deixa-se de gastar com problemas de saúde, além de haver menos investimentos necessários à produção agroecológica.

Pra mim o que me levou a pensar assim foi as participações nas reuniões. Eu como não tenho muito estudo busco aprender cada vez mais, eu vou nas reuniões, faço as experiências, como da certo a gente tem que continuar, e é uma forma de evitar danos a saúde...Sempre o pessoal do Ceagro, do Movimento. Antes do Edison, depois o Ronaldo, Leonardo, do Ceagro...Pra nós mudou a nossa forma de trabalhar, a gente vai nas reuniões, trabalha com forma de piquetamento para o gado, o pasto vem melhor, então você tem economia, se tiver uma boa pastagem vai aumentar a produção e não vai gastar com medicamentos para os bichos. A saúde mudou, as vezes dá uma dorzinha no corpo, mas é normal, mas ir no médico, não precisamos mais, falo pela minha mãe, ela vivia no médico, mas agora só faz os exames de rotina. A renda também melhorou bastante. Hoje estamos evitando gastar, nossa parte é a criação, quase não temos gastos, porque temos uma boa pastagem (Entrevista família “M”, 2017).



Fotos 8, 9 e 10:
Reunião do Grupo
Ecológico, e oficina
de alporquia, com
apoio do CEAGRO e
COOPAIA, UPFC
família “M” –
Assentamento Ireno
Alves dos Santos.

Fonte: Trabalho de
campo, 2017.

Para a família “U”, o fato que motivou a reterritorialização da agroecologia foi formação/conhecimento na agroecologia, através da participação de dia de campo onde eram demonstradas experiências na produção em agroecologia, e por meio de um vídeo que reproduzia também experiências de produção agroecológica, ao qual o levou a conhecer e a ser sócio da Coopaia, e a se tornar parte do grupo dos pioneiros, o que incentivou a desenvolver uma horta consorciada com frutíferas. Outro fator que o levou a mudar para produção agroecologia foram os prejuízos que tiveram na produção de soja e milho.

Eu fui participar em um sábado no dia de campo de um conhecido meu lá na sede, e eu já tinha gostado de como ele tava fazendo a produção, ai depois eu vim e resolvi ver o vídeo, ai foi quando eu me interessei realmente pela produção da agroecologia. Então nós iniciamos assim, com o vídeo, depois se inseri na cooperativa Coopaia, ai fui procurando o time da gente, se encaixando e plantando... Nós não tínhamos plantado nada, vivíamos de arrendamento de terra, algum leite, mas produção mesmo nós nunca tivemos, nós tentamos umas três vezes, soja, por ser um espaço pequeno não deu certo, e ir muito maquinário, milho também quando plantei tava preço bom, quando fomos colher levamos prejuízo de mais de mil reais, só deram prejuízo, e agora to com o feijão, ele não vai dar prejuízo, vai empatar, através dos erros fomos evoluindo... É umas das coisas que a gente levou tanta lapada, que a gente vendo as coisas que podem ser feitas, é uma coisa que a gente não precisa ficar refém, não tem necessidade de ficar respirando veneno da própria casa da gente, e o que mais me deixou assim decidido, quando vinha os parentes da gente, nós tínhamos uma pequena hortinha, o que tinha ali era consumido, daí a gente resolveu ir para esse lado da horta orgânica, era uma coisa que estava no sangue da gente, só faltava as orientações para ampliar e fazer (Entrevista família “U”, 2017).



Fotos 11 e 12: Horta consorciada com frutíferas. UPFC família “U” – Assentamento Ireno Alves dos Santos.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Para a família “R”, a territorialização da agroecologia, foi pensando no bem estar da família. Em primeiro lugar a saúde, depois o baixo custo de investimento na produção, principalmente na principal atividade que é o leite, e também o fato de conhecerem a qualidade do que estão consumidos, demonstrado nas fotos a área dos piquetes de implementação do PRV, e o pomar com diversidades de frutíferas.

Foi em primeiro lugar pensado na saúde da família e no custo da produção, o que a gente plantava e investia, não conseguia tirar nem para o gasto. A carne para o nosso consumo é nossa, se você me pedir quanto tá a carne no mercado, não sei te dizer, aqui é tudo crioulo, nossa produção... Ele mudou bastante, a renda, a produção do leite, o custo, diminui muito, hoje é o homeopático, antes era o do veterinário. Outra coisa, olha meu arvoredo, tá quebrando os galhos de frutas, agora olha em roda, ninguém tem fruta. Outra coisa. Eles plantam o feijão é três, quatro passada de veneno, eu planto e não uso veneno, e não da bichinho nenhum, com o tempo um bichinho come o outro se você não usar veneno (Entrevistado família “R”, 2017)



Foto 13: Área dos piquetes para produção leiteira. UPFC “R” – Assentamento Ireno Alves dos Santos.

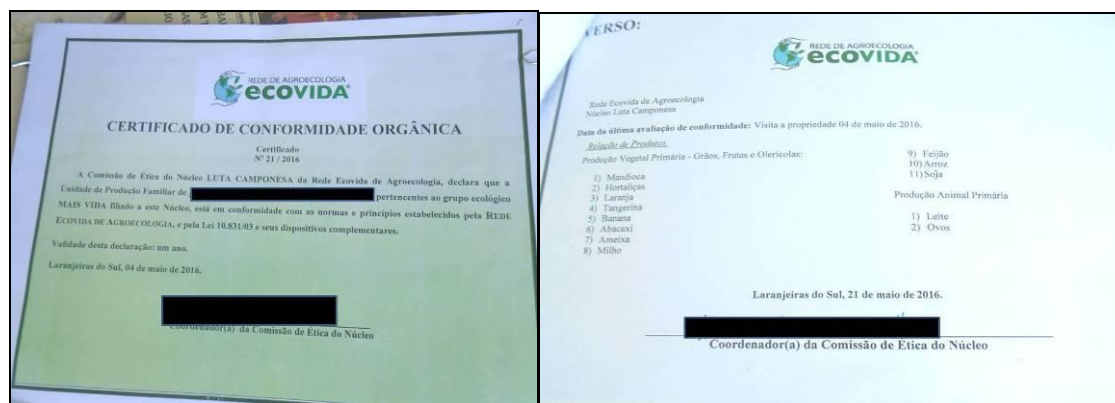
Fonte: Trabalho de campo, 2017.



Foto 14: Pomar. UPFC “R” – Assentamento Ireno Alves dos Santos.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

A preocupação com bem estar da família “R”, levou a família a certificar a UPFC, conseguindo o certificado de conformidade orgânica há 5 anos consecutivos, emitido através da certificação participativa pelo Núcleo Luta Camponesa, como objetivo de agregar melhor valor na comercialização dos produtos.



Fotos 15: Certificado de produção orgânica pela Rede Ecovida Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Esses relatos demonstram uma miríade de repercussões territoriais (Quadro 18) que vem contribuindo para a reterritorialização dos camponeses por meio das práticas agroecológicas, uma vez que estes avanços têm empoderado-os, garantindo-lhes uma autonomia relativa perante o capital (CAPORAL, 2009, SCHNEIDER, MENEZES, 2014).

Venda em mercados institucionais
Venda em Feiras
Assistência técnica e extensão rural em agroecologia
Formações em agroecologia
Segurança alimentar e nutricional
Autonomia dos agricultores
Criação do Núcleo Luta Camponesa ligado a Rede Ecovida
Criação de agroindústrias e cooperativas voltada à produção agroecológica
Construção da consciência socioambiental
Diminuição do ataque de pragas
Manejo mais sustentável do solo
Aumento da agrobiodiversidade
Melhoria da saúde
Melhoria da renda
Fundo rotativo para agroecologia
Projetos voltados a agroecologia
Linhas sustentáveis do Pronaf (agroecologia)

Quadro 19: Repercussões territoriais que favorecem a reterritorialização dos camponeses por meio da agroecologia Fonte: trabalho de campo, 2017.

Ainda como forma de entendermos quais foram as principais repercussões territoriais que favorecem a reterritorialização dos camponeses por meio da agroecologia, além do que foi citado acima, nós utilizamos do potencial dos mapas mentais, a qual solicitamos que entrevistados representassem, numa folha de papel A4 os elementos centrais de suas unidades de produção, como era antes, e quais as principais mudanças ocorridas por intermédio do modo de vida agroecológico (principais culturas produzidas, áreas de mata e pastagens, estradas, cursos d'água e benfeitorias). Pretendemos por meio desta metodologia, destacar a diversidade dos elementos que favorecem a

reterritorialização dos camponeses por meio da agroecologia. Associados aos mapas mentais utilizamos outros recursos, tais como: dados coletados em campo, fotografias e fragmentos de entrevistas.

Essas representações dos mapas mentais representam mudanças de como era a UPFC antes e depois da agroecologia, a exemplo dos mapas mentais da família “K”, ao observamos os mapas, percebemos algumas diferenças nítidas, anteriormente a produção agroecologia, existia duas área de pastagens separada pela estrada de acesso a casa, sendo a área maior de pastagens destinada depois da agroecológica, para divisão de piquetes, a qual a família vem desenvolvendo o PRV (Pastoreio Racional Voisin), na divisão entre os piquetes e a lavoura que ainda é destinada pra produção convencional, foi implementado uma linha de bananeiras, usando enquanto barreira vegetal para parte dos piquetes, outra mudança observada o da segunda área de pastoreio, que foi destinado a implementação de uma agrofloresta, houve mudança da área de cultivo da mandioca, construção de um barracão para vacas e da estrebaria,além da construção de açude.

Entre as principais mudanças ocorridas para a família “K”, está no aumento da área destinada para produção agroecológica, atualmente dos 16,5 hectares total da UPFC, 11 hectares são agricultáveis, desses 7 hectares são de produção agroecológica em processo de transição, outra fator que tem se observado e o aumento da biodiversidade na UPFC, que se destinava a lavoura temporária convencional, para produção de milho, feijão e soja e a área de pastagem convencional, hoje a família vem ao poucos realizando o processo de transição para agroecologia, com a melhoria da pastagem, tem garantindo um maior rendimento na produção leiteira, que já produzem há mais de 12 anos de forma convencional, *“mas estamos em transição, só não certificamos porque não tem comércio”* ainda para a família a implentação da agrofloresta, da horta agroecológica e mais recente da produção de peixes para consumo, tem garantindo uma maior autonomia à família, principalmente no que é consumido, *“Hoje tentamos depender o mínimo possível de comprar coisa do mercado, quanto menos depender é melhor”*. Além da melhoria do consumo ainda a melhoria da renda que segundo a família *“a renda aumentou, praticamente em 100%, a renda é da agroecologia, do PAA e do PNAE, a qualidade da comida melhorou muito também”*.



Figura 22: Mapa mental elaborado pela família “K” do Antes e Depois da produção agroecológica. Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Para a família “J”, que tem toda a UPFC certificada, sendo 18 hectares, 16 de área agriculturável, as mudanças estão ocorrendo aos poucos, porque faz apenas 4 anos que a família reside e 3 anos que unidade está certificada “*Não mudou muita coisa, mas tá mudando, até o debate da família mudou, estamos entrando mais em consenso. Mas eu mesmo acho que pra mim não mudou, porque eu sempre fiz isso em todo lugar que morei*”. Porém foi possível observar que a família já foi implementado áreas de pomar e a construção de horta com estrutura de estufa, fazendo ampliações na área de pastagem e construiu barracões de abrigo para os animais, chiqueiro, galinheiro, abrigo dos bezerros, e a área de plantio é destinada para produção de milho para consumo dos animais, parte em silagem e parte em espigas e grãos. Nessa UPFC também é possível observar o aumento da biodiversidade, tanto animal como vegetal, que vem garantindo uma melhor qualidade na saúde e no consumo da família, porém em relação à renda, segundo a família, por estarem pouco tempo na unidade e devido à falta de comércio para produção agroecologia, “*a renda não mudou muito, estamos começando agora, não tem comércio, não aumentou muito então*”.

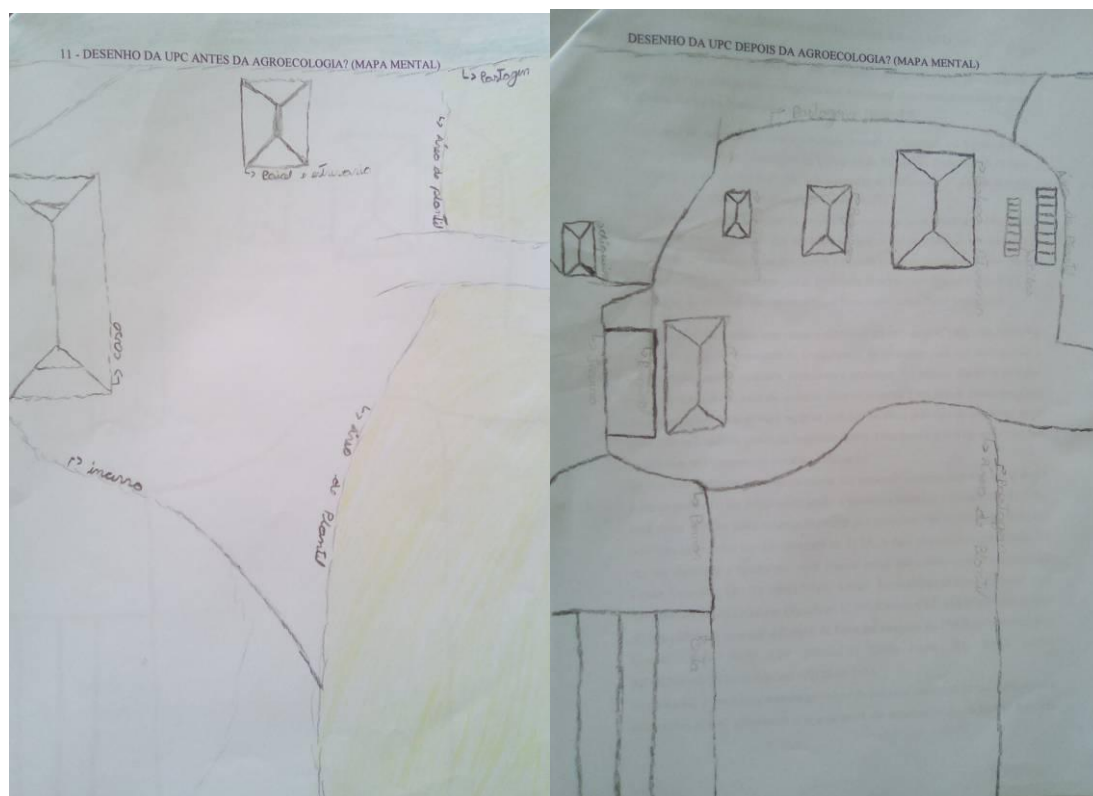


Figura 23: Mapa mental elaborado pela família “J” do Antes e Depois da produção agroecológica. Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Segundo a família “H”, não são muitas as mudanças ocorridas na UPFC, dos 16 hectares que família tem, 10 são agricultáveis e desses 2 hectares são destino a produção agroecológica, isso se deve ao pouco tempo que a família vem desenvolve a produção agroecológica, está em processo de transição, “*Que começamos mesmo a lidar faz uns três ou quatro anos que estamos tentando mudar as coisas*”, mesmo assim é possível notar algumas mudanças na UPFC. Através da implementação dos piquetes na área de pastagem, segunda a família houve uma grande diferença na qualidade do pasto, que vem sendo revertida na qualidade e no aumento da produção do leite, “*depois que fizemos o piquetamento, a grama cresceu*”, outra mudança feita na UPFC foi a implantação de hortas e a ampliação do pomar, fatores que garantiram uma maior diversidade e qualidade dos alimentos para consumo da família, além da melhoria da renda, “*A renda aumentou, a qualidade dos produtos e da saúde melhorou também*”. Ainda para família se houver mais canais de comercialização, a exemplo de laticínios que compre o leite orgânico a renda irá melhorar ainda mais, “*desde que começamos já melhoramos a renda, se de certo de entregar o leite orgânico daí vai ficar bom*”.

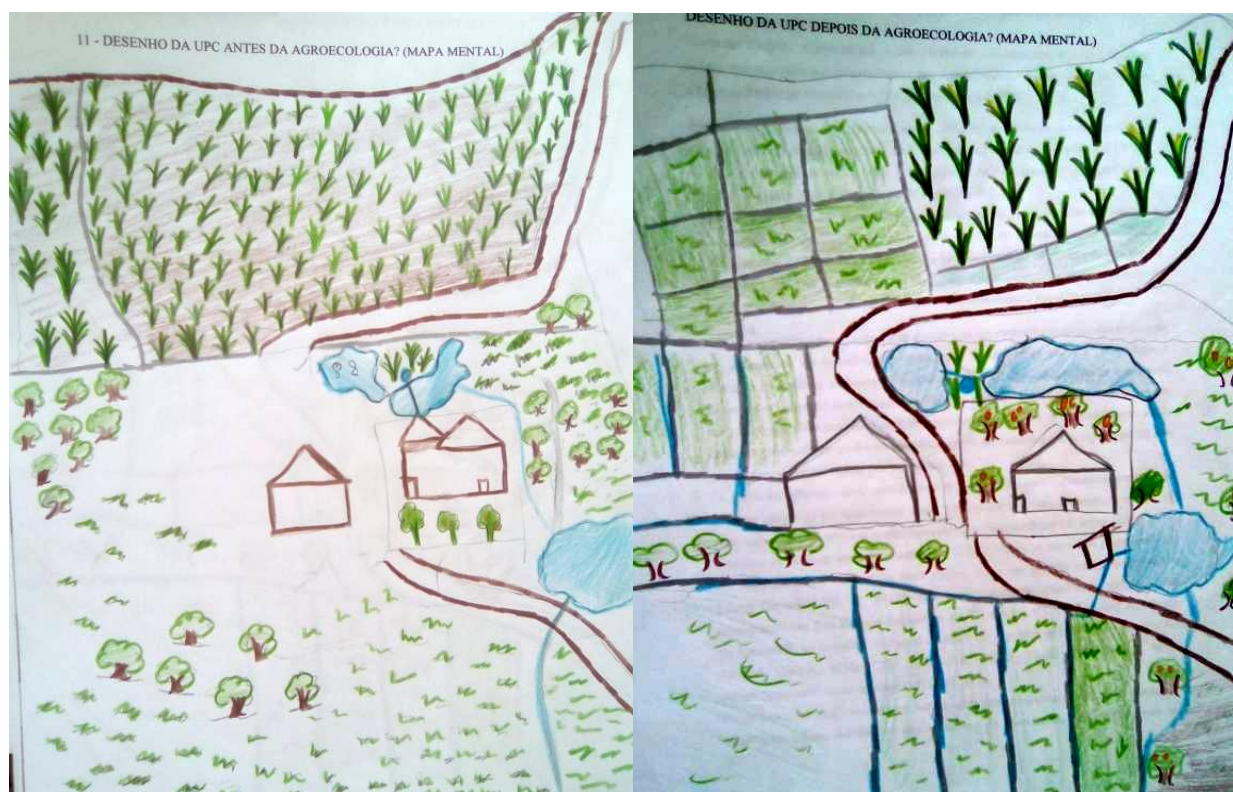


Figura 24: Mapa mental elaborado pela família “H” do Antes e Depois da produção agroecológica. Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Os mapas mentais segundo Eduardo (2014, p. 230) eles diferem consideravelmente da paisagem monocultural do agronegócio, e cada elemento composta na paisagem da UPFC não é aleatória, mas fazem parte do “todo”, ou seja, cada elemento está em interação, por isso não se deve ser analisado isolados, mas sim em conjunto com os diversos condicionantes como: “o clima, a vegetação, as condições de solo, a topografia, o acesso aos recursos hídricos “dialogam” entre si e com o patrimônio cultural, com a técnica e as vias de circulação”.

Além desses condicionantes citados acima, que consideramos aqui como condicionantes internos da UPFC, há também os condicionantes externos como: Falta de política públicas, falta de formação/conhecimento em agroecologia, dificuldade na comercialização, necessidades de organização em grupo, dificuldades na produção e a garantia da renda pela agroecologia.

Por vez percebemos que em muitas das unidades de produção os elementos de mudanças ainda são pequenos se consideramos o todo das unidades de produção, ou então, o número pequeno ainda de famílias que estão desenvolvendo práticas agroecológica e em processo de transição agroecológica.

Esses fatos por vezes, são reflexos dos limites/desafios para fortalecer o território da agroecologia em processo de construção, seja para ampliar e expandir espacialmente este território. Entendemos que superar estes limites/desafios, é condição para a consolidação do território da agroecologia, uma vez que, ainda são poucas as famílias dos dois assentamentos estudados, que buscam a agroecologia como modo de vida. Por outro lado, consideramos que a

produção de alimentos saudáveis que garantam a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a manutenção dos agroecossistemas e das culturas locais passa pela adoção de práticas agroecológicas, que somente será possível se houver um trabalho em conjunto dos diferentes atores que lutam pelo modelo de vida e produção mais sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões proposta para o trabalho e tratadas nesta abordagem, podemos chegar a algumas verificações, quando analisamos o desenvolvimento da agroecologia, através das experiências realizadas nos assentados do município de Rio Bonito do Iguçu/Paraná. Uma dessas verificações se trata do processo de reterritorialização das famílias camponesas através da conquista da terra, que ainda permanecem suscetíveis a processos de desterritorialização, identificada de duas formas, porém não aprofundadas. A primeira se deve pela venda de lotes dentro dos assentamentos, que segundo os dirigentes do MST, deve passar de 50%. Já a segunda ocorre por meio da submissão dos assentados ao modo de produção da agricultura moderna. Como hipótese provável da falta de incentivo de políticas públicas, que através dos preços baixos na hora da venda ou da quebra da produção devido às condições do clima acarretam em dívidas decorrentes da adoção do pacote da agricultura moderna.

Com base nessas averiguações, evidenciamos que a reterritorialização das famílias assentadas deve perpassar mais as práticas agroecológicas e menos aquelas convencionais, pautadas nos ditames da modernização, uma vez que foram justamente estas que contribuíram e continuam contribuindo para a desterritorialização dos camponeses. Entende-se que a agroecologia se torna um mecanismo de reterritorialização dos camponeses, desterritorializados pela modernização da agricultura, quando de acordo com Saquet (2009), Haesbaert (2004), Fernandes (2000,2005), Raffestin (1993), Eduardo (2014), cria-se um movimento de recriação e reprodução de elementos antigos em novos elementos, característica da identidade camponesa atual.

Dessa forma quando se constrói uma identidade coletiva camponesa de resistência, a exemplo da luta constante da terra e da permanência nela, essa identidade sendo dinâmica, transformadora e contraditória, mas também geradora de processos de reterritorialização, principalmente quando em seu cotidiano e na sua essência constrói trabalhos coletivos, produz e comercializa alimentos saudáveis que são adaptados ao local, quando se utiliza de sementes crioulas, do adubo de origem animal e vegetal, quando há preservação e utilização de determinadas espécies, utilizadas como remédios, alimentos, madeira para construção de casas, paióis e currais entre outras utilizações. Essas ações cotidianas são as promotoras de um processo de enraizamento dos camponeses na terra, garantindo uma reterritorialização mais autônoma e duradoura.

Essas ações que promovem os processos de reterritorialização são evidenciadas através das mudanças da paisagem, do aumento da biodiversidade, da atuação das entidades/organizações juntas às famílias, garantido uma coletividade nas ações, e por meio da

organicidade das famílias que trazem consigo a luta pela reforma agrária pra além da terra, mas com base nos direitos a saúde, educação, moradia, renda e dignidade, trazendo sempre consigo a importância da terra, da família e do trabalho. Também pode em determinados contextos através das práticas e concepções culturais camponesas ter sentido político quando, por exemplo, negam as imposições do agronegócio. Tornam-se, com isso, resistências e, concomitantemente, alternativa para articular outro projeto de agricultura para campo.

Enquanto resultados propositivos locais, podemos apontar que as práticas agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses e fortalecidas pelas ações das entidades e organizações têm contribuído para a construção de uma consciência socioambiental, para um manejo mais sustentável do solo, para a diminuição do ataque de pragas, para o aumento da agrobiodiversidade, melhoria da saúde e da renda, bem como, tem possibilitado maior acesso a canais de comercialização. Isso contribui para a melhoria da qualidade de vida dos camponeses.

Ademais, a agroecologia considerada ciência, movimento e prática, além de possibilitar maior autonomia dos camponeses em relação aos condicionantes internos e externos a UPFC, tem empoderado os atores sociais no enfrentamento de mecanismos de exploração e expropriação do processo de modernização da agricultura, além do potencial latente de contribuir para uma alimentação mais saudável da população em geral e para a manutenção da biodiversidade dos agroecossistemas. Assim, suas repercussões territoriais facilmente extrapolam os limites das unidades de produção.

Porém, podemos observar que ainda há muitos desafios a serem superados, para que a agroecologia se torne uma prática comum, seja nos assentamentos, seja no espaço rural de modo geral. Os principais desafios apontados se referem às dificuldades de obtenção da certificação, ampliação de canais de comercialização, melhoria das barreiras vegetais e ampliação da consciência socioambiental da maioria das famílias assentadas que utilizam o modelo de produção da Revolução Verde.

Entende-se que a superação desses desafios perpassa por ações de ampliação de crédito, de criação e consolidação de canais de comercialização e de assistência técnica às práticas agroecológicas. Ademais, pesquisas científicas nessa área também são imprescindíveis, desde que sejam na perspectiva da ecologia dos saberes, como aponta Santos (2007). Ou seja, a ciência não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de conhecimentos, em que o saber científico possa dialogar com o laico, popular, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês.

Sendo assim, conseguimos identificar que as experiências agroecológicas, surgem nesses dois assentamentos, como forma de incentivar a permanência dos camponeses. Além disso,

emergem como um contraponto ao endividamento e aos problemas de saúde, gerados pelo modo de produção alicerçado na Revolução Verde. Com isso, a agroecologia passa a ser um instrumento político de enfrentamento aos princípios que balizam o agronegócio e acentuam os problemas mencionados. Possibilita estabelecer novas reflexões em torno da agricultura e das relações humanas.

Esses enfrentamentos ocorrem através da atuação dos diferentes atores que vêm contribuindo para a gênese das experiências agroecológicas, que vai desde as famílias assentadas até as entidades e organizações do Ceagro, Coopaia, UFFS, Crehnor, Núcleo Luta Camponesa e MST, que usam e transformam o território por meio dos processos de implementação da agroecologia enquanto estratégias de territorialização dos camponeses assentados.

A partir da ação desses atores, que vai desde a organização política, assistência técnica, da pesquisa, capacitação, formação, do acesso a crédito, da organização da produção e da comercialização, entre outras tantas ações, com objetivo de construir e fortalecer um território agroecológico, ao passo que se cria uma resistência à monopolização do território pelo capital, isso se evidencia em formas de territorialidades, que vão sendo construídas através de ações cotidianas, que vão sendo recriadas considerando elementos antigos, os saberes dos camponeses com a junção de elementos novos através de novas técnicas agroecológicas. Para Eduardo (2014) são *“processos de ativação de territorialidades que permitem aos sujeitos, gradativamente, reconhecerem, valorizarem e apropriarem-se com maior autonomia dos recursos potenciais do território para a edificação dos seus territórios de vida”*.

Identificamos que há um território da agroecologia em construção, quando os assentados criam novas formas de organização do trabalho, quando lutam por políticas públicas diferenciadas, quando a luta pela criação de cooperativas de produção e comercialização, por moradia, saúde, educação e pela garantia da renda, quando a agroecologia possibilita uma maior autonomia dos camponeses em relação aos condicionantes internos e externos à UPFC, quando há empoderamento dos atores sociais no enfrentamento de mecanismos de exploração e expropriação do processo de modernização da agricultura, quando a agroecologia promove potencial latente de contribuir para uma alimentação mais saudável da população em geral, e quando contribuir para a manutenção da biodiversidade dos agroecossistemas. Assim, suas repercussões territoriais facilmente extrapolam os limites das unidades de produção.

Por sua vez identificamos transformações territoriais decorrentes nos assentamentos que vêm proporcionando a reterritorialização dos camponeses por meio das práticas agroecológicas: Na dimensão política, observamos que essas famílias são bastante politizadas, ou seja, sabem lutar e reivindicar seus direitos, não ficam à espera da boa vontade dos representantes políticos, lutaram pela terra e continuam lutando pela permanência nela. Isso se reflete quando buscam por

políticas públicas que sejam efetivas, como acesso a investimentos, custeios, saúde, educação, segurança e renda. Isso se deve ao fato de participarem de um movimento social, o MST, e através de entidades e organizações que tem princípios políticos e ideológicos.

As transformações territoriais que se evidenciam na dimensão social e cultural, estão contidas na melhor condição de vida das famílias assentadas, que buscam constantemente melhores condições na saúde, na alimentação, na diversidade de alimentos, qualidade dos alimentos, e com base numa forte interação com vizinhos, com a comunidade em geral, através da união de forças e da preservação dos seus saberes camponeses.

Na dimensão ambiental, percebe-se que uma preocupação maior com manejo sustentável do solo, da água, do aumento da diversidade da flora e da fauna. E por último, na dimensão ética e moral, as famílias assentadas possuem uma maior preocupação e conscientização socioambiental com preocupação nas futuras gerações. Na dimensão econômica, as rendas das famílias vem melhorando com a agroecologia, principalmente porque é baixo o investimento na produção, dessa forma o que é vendido entra como lucro, além da diminuição dos gastos no consumo de produtos que eram comprados no mercado e nas farmácias, fora da UPFC.

Por sua vez, ainda há consideráveis desafios a serem superados, seja para fortalecer o território da agroecologia em processo de construção, seja para ampliar e expandir espacialmente este território. Foram apontados pelos entrevistados, desafios quanto à comercialização, certificação, barreiras vegetais, falta de equipamentos, falta de recursos financeiros, falta de conscientização ambiental, dificuldades no processo de transição para a agroecologia, sobretudo quando no entorno espacial são adotadas práticas convencionais, carência de políticas públicas voltadas à agroecologia, continuidade e manutenção da assistência técnica.

Entende-se que superar estes desafios é condição para a consolidação do território da agroecologia, uma vez que, ainda são poucas as famílias dos dois assentamentos em questão que buscam-na enquanto modo de vida. Por outro lado, consideramos que a garantia de uma maior autonomia dos camponeses, passa pela produção de alimentos saudáveis que garantam a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a manutenção dos agroecossistemas e das culturas locais.

Sobretudo as famílias assentadas estão criando experiências alternativas a exemplo da agroecologia, enquanto forma de organização nas diversas atividades dos assentamentos, que vão desde a criação de novas formas de organização do trabalho, a luta por políticas públicas diferenciadas, a luta pela criação de cooperativas de produção e comercialização, a luta por moradia, saúde, educação e pela garantia da renda. Essas novas experiências estão sendo geradas

nos assentamentos pesquisados em uma lógica constante de avanços e retrocessos, mas sempre se (re) organizando ao redor dos valores camponeses, para não serem subordinados mais ainda às ações desenvolvimentistas do capitalismo, dessa forma evidenciamos que há um território da agroecologia em construção.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2.ed. São Paulo:Hucitec, 275 p., 1998^a
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 5 ed. 2009.
- ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- ANDRIOLI, A. I, FUCHS, R. (orgs) **Transgênicos: as Sementes do Mal - a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Ed.) **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânicasustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica, RJ: Embrapa Agrobiologia, 2005. 517 p.
- A História da Fotografia, 2017. Disponível em: <https://sites.google.com/site/7e5histfoto/sebastiao-salgado>, acesso 20/08/2017.
- BALSAN, Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, ago. 2006. p. 123-151.
- BARRETO, Clarissa de Araújo. **Os impactos socioambientais da soja no Brasil**. In: - II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004, Indaiatuba. II Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/clarissa_barreto.pdf> acessado em: 01 de novembro de 2016.
- BERDEGUÉ, Júlio A. **Las reformas de los sistemas de extensión em América Latina a partir de la década de los 80**. Santiago, Rimisp, 2002. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/06/0089-000818-reformasextensionver2.pdf>>. Acesso em 20 outubro de 2016.
- BOISIER, Sergio et al. **Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional**. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995.
- BOISIER, S. **Desarrollo (Local):? De que estamos hablando?** In: MADOERY, Oscar; VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio (orgs.) **Transformaciones Globales, Instituciones y Políticas de Desarrollo Local**. Rosario: Homo Sapiens, 2001.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes,1988.
- BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Curitiba: Departamento de Ciências Sociais/UFPR, 2002. (Mestrado em Sociologia e Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR, 2002). Mimeografado.
- BRASIL, 2016. (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) **Agronegócio brasileiro em números**. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Sala%20de%20Imprensa/Publica%C3%A7%C3

[%B5es/graficos_portugues_corrigido2.pdf - data 27/10/2016](#)> Acessado em: 27 de outubro de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acessado em: 22 de outubro de 2016.

BRASIL, 2015. "**Dossiê da Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde". Carneiro, F F; Pignati, W; Rigotto, R M; Augusto, L G S. Rizollo, A; Muller, N M; Alexandre, V P. Friedrich, K; Mello, M S C. Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte. 98p.

BRASIL. Portal da cidadania. 2011. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>>. Acesso em 10 jul. 2011.

BRASILa. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>. acesso em 10 de setembro de 2017.

BRASILb. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico> acesso em 10 de setembro de 2017.

BRASIL, 2007. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, novembro - 2007. Disponível em: www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater-4.doc acesso em 10 de setembro de 2017.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/> acesso em 11 de setembro de 2017.

CARVALHO, Lisane. **Processos Organizativos nos Assentamentos de Reforma Agrária Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire (Rio Bonito do Iguazu – PR)**. Presidente Prudente, Novembro 2011. (Monografia apresenta ao Curso Especial de Geografia da Unesp- Presidente Prudente, para obtenção do título de Licenciatura e Bacharelado).

CAPORAL, F. R (Coord.) **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível – Brasília: 2009.

CAPORAL, F. R (Org.) **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. EMATER (DF) 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER. J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios / 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.

CAMPOS, Margarida de Cássia. **Expansão da soja no território nacional**: o papel da demanda internacional e da demanda interna, Revista Geografares, n° 8, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1295> > Acessado em: 20 de outubro de 2016.

Carta da 15ª Jornada de Agroecologia: Disponível em: <http://bitbitbit.com.br/jornada/wp-content/uploads/2016/07/Carta-da-15%C2%B0-Jornada-de-Agroecologia-27-30-de-julho-d-2016.pdf>. Acessado em: 17 de Novembro de 2016.

CORREA, Ciro. “**MST en marcha hacia la Agroecología**: Una aproximación a La construcción histórica de la agroecología em el MST.. Dissertação de Mestrado em Agroecologia, Universidade Internacional da Andalucia e Universidade de Córdoba, Espanha. 2007.

COSTA NETO, C.P. L.; CANAVESI, F. **Sustentabilidade em assentamentos rurais**. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? Publicação 2002: Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101002061839/10neto.pdf>. Acesso em 16 nov. 2016.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Questão Camponesa: O Olhar Sob o Signo Dialético. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo/UFS, Aracaju, 1991.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos> Acesso em 23 de outubro de 2016.

DE' CARLI, Caetano, « O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 100 | 2013. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/5245>>. Acessado em: 19 de outubro de 2016.

DELGADO, Guilherme da Costa. Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In Questão no Brasil: Perspectiva Histórica e Configuração Atual. Ciclo de debates, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, São Paulo. 2005.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Transformando Terra em Território**: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná/ Márcio Freitas Eduardo. – Presidente Prudente: [s.n], 2014.

DAROLT, M. R. et al. Inovação em circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos [online]. *SciELO em Perspectiva: Humanas*, 2016 [viewed 11 September 2017]. Disponível em: <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2016/10/17/inovacao-em-circuitos-curtos-de-comercializacao-de-alimentos-organicos/> acesso em 11 de setembro de 2017.

ELLIS, F. BIGGS, S. **La Evolución de los Temas Relacionados al Desarrollo Rural**: desde la década de los años 50 al 2000. *Organ. rurais agroind.*, Lavras, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2005

FARAH, Marta F. S. **Gestão pública local, novos arranjos institucionais e articulação urbano-regional**. In: GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. F. (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano/regional*. São Paulo: Unesp/Anpur, 2003. p.81-94.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente, 2002. (Tese de Doutorado).

FABRINI, João Edmilson. ROOS, Djoni, MARQUES, Erwin B. **A Espacialização da Luta pela Terra no Paraná, Espaço Rural**, ano XIII, nº 16, 1º semestre 2007.

FRANCIOSI, Ernesto Odilo. **O sistema cooperativo dos assentamentos rurais**: O exemplo das cooperativas Coagri e COOPROSERP. UNICENTRO, Guarapuava, Departamento de Economia, Informe GEPEG, vol. 12, nº 2, jul-dez, 2007.

FRANCIS, Paula Chagas. **Os programas de créditos para os assentamentos rurais - o estudo de caso do Dorcelina Folador (Arapongas – PR.)** Revista Geografar. Curitiba, v.4, n.1, p.78-97, jan./jun. 2009 ISSN: 1981-089X. Disponível em: revistas.ufpr.br/geografar/article/download/14429/9697, acesso em 04/09/2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**, 1999. São Paulo, (Tese de Doutorado).

_____. A Formação do MST no Brasil. São Paulo, Ed.Vozes, 2000.

_____. MST: Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra: Formação e Territorialização em São Paulo/ 2ª Ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Questão Agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Orgs.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 173-224.

_____. **Sobre a tipologia de territórios.** In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos /Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (org.)—1ªEd. – São Paulo: Expressão Popular: Unesp. Programa de Pós- Graduação em Geografia, 2009.

_____. **Territorialização da luta pela terra.** In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 518p.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento.** Enfoque histórico estrutural. 3a. ed. revisada. Paz e Terra, 2000.

Fundação Osvaldo Cruz. Fundação Rockefeller. (Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/fundacao-rockefeller-fundo-2>) acesso em 27 de outubro de 2016.

GALERA, Inês Filomena. **Rio Bonito do Iguaçu um Rio de histórias,** 1º ed., Rio Bonito do Iguaçu -PR: Gráfica Xagu, 2009.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, 2000.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo.** Vozes: Petrópolis, 1991.

GONÇALVES, Sergio. **Campesinato, resistência e emancipação:** o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 332 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/disserta%C3%A7%C3%A3o-e-tese/doutorado-campesinato-resist%C3%A2ncia-e-emancipa%C3%A7%C3%A3o-o-modelo-agroecol%C3%B3gico>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

GORGEN, Frei Sérgio Antonio. **Os novos desafios da agricultura camponesa**. Porto Alegre: [s.n.], 2004.

GOES, Carlos Roberto. **A produção de alimentos sob a Égide da empresa capitalista: A produção de soja no Rio Grande do Sul**. Trabalho de conclusão de curso para obtenção de Título de Bacharel em Ciências Sociais, 2009.

GUZMAN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzalez. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAMMEL, Ana Cristina; SILVA, Nilton José Costa; ANDREETTA, Ritamar (orgs.). **A CONQUISTA DOS ASSENTAMENTOS**: Colégio Estadual Iraci Salete Strozak. Rio Bonito do Iguçu: Progressiva Ltda, 2007. 204 p. (Escola em Movimento).

HAESBAERT, Rogério. **Fim dos territórios, das regiões e dos lugares?** In: Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2002. [p.129-142].

HAESBAERT, R.. **Des-caminhos e Perspectivas do Território**. In: RIBAS, Alexander Domingues; SPOSITO, Eliseu Sevério; SAQUET, Marcos Aurélio. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Definindo território para entender a desterritorialização**. In: O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. [p.35-98].

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HECHT, Susanna B. **A evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, Miguel (Org.). Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: AS-PTA/FASE, 1989. p.25-41.

IBGE: Tabela 1.8 - **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010** – Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> > Acessado em 19 de dezembro de 2016.

Incrá. Disponível em: <<http://painel.incrá.gov.br/sistemas/index.php>> Acessado em 23 de dezembro de 2016.

LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Art. 14. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm, acesso em 01/09/2017.

LINCK, T. **La economía y la política de la apropiación de los territorios**. In: RIELLA, A. (Org.). Globalización, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos. Montevideo: Rosgal S.A., 2006.

LOPES, Paulo Rógerio. LOPES, Keila Cássia Santos Araújo. **Sistemas de produção de base ecológica – a busca por um desenvolvimento rural sustentável - REDD** – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 1, jul/dez. 2011. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Sistemas%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20base%20ecol%C3%B3gica%20a%20busca%20por%20um%20desen>

[volvimento%20rural%20sustent%C3%A1vel%20%20Paulo%20Lopes,%20Keila%20Lopes%20-%202011.pdf](#). Acesso em 02 março de 2017.

Matéria de Inauguração do CVT, Publicado em: 03 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/noticias/centro-vocacional-tecnologico-e-inaugurado-no-campus-laranjeiras-do-sul-converted>, acesso em 29/08/2017

MAZOYER, M. ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico a crise contemporânea**. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MCNEILL, John R. **Algo nuevo bajo el sol. Historia medioambiental del mundo en el siglo XX**, Madrid, Editora Alianza, 2011, 504 páginas.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (Org.). **Assentamentos rurais, território, produção: novas alternativas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2014. 142 p.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. Editora Expressão Popular, 2001.

MST, 2007. **Sistematização de experiências agroecológicas do MST**, Volume 1, Organização: Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, 2007. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20Experi%C3%Aancias%20Agroecol%C3%B3gicas%20do%20MST%20-%20MST,%202007.pdf>> acessado em: 06 de janeiro de 2017.

MOCELLIN, Elisângela. **O lugar da agroecologia no currículo da escola do campo**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR) – Laranjeiras do Sul -PR, 2016.

NOVAES, Henrique T.; SANTOS, Lais; PIRES, João Henrique; FUZER, Antonio Claudio Prado; **A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST**. In: NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (Orgs). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. 2.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015. 408 p.

NUNES, Carla Cristiane Pagliari. **As Instituições dos mercados de Produtos Agroecológicos em Laranjeiras do Sul – Paraná** – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR), Laranjeiras do Sul/PR, 2016.

Observatório Europeu LEADER. “ Inovação no meio Rural” Comercializar os produtos locais: Circuitos curtos e circuitos longos. Caderno nº 7. Julho de 2000 – Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/circuits/contents.htm> acesso em 11 de setembro de 2017.

OLIVEIRA, Adriana Pereira de. **As Jornadas de Agroecologia como Espaço de Luta de Classe no Estado do Paraná e o Debate sobre o Projeto Popular para Agricultura**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Escola Politécnica e Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso de pós-graduação (Lato Sensu), em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, L. F. **O conceito de território e o primeiro processo de territorialização do estado do Maranhão e Grão-Pará – século XVII.** Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia Ano 1, N.1, Dezembro 2010. Artigo em PDF.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991

PLANO DE CONSOLIDAÇÃO - **Assentamento Ireno Alves Santos, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras – PR,** volume 1, 2, 3, Brasília- DF/ julho de 2004.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Portal Vermelho. Agricultores repudiam ações de Temer contra a agricultura familiar Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/288517-1>, acesso em 01/09/2017.

RAMBO, A. G. **Análise escalar das dinâmicas territoriais de desenvolvimento e as contribuições da nova sociologia econômica e nova economia institucional: um estudo de experiências no noroeste gaúcho.** Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011

RAMBO, Anelise G.. **A Contribuição da Inovação Territorial Coletiva e da Densidade Institucional nos Processos de Desenvolvimento Territorial Local/Regional: A experiência da Coopercana – Porto Xavier/RS.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Dissertação (Mestrado em Geografia), 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e Diferentes Atividades Associativas nos Assentamentos de Sem Terra,** Revista NERA, Presidente Prudente, ano 12, nº 14, jan-jun/ 2009. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/14/11_roos.pdf. Acesso em 27 de outubro de 2016.

SALGADO, Sebastião. **Terra.** Introdução de José Saramago. Versos de Chico Buarque. São Paulo: Companhia das Letras, 1997: 141-42.

SANTOS, M.A **Natureza do Espaço,** São Paulo: Hucitec,1996

SAQUET, M. A. **Reterritorialização e identidade.** In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFGS. 2009

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções sobre o território /3º Ed.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território:** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial.** In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SALAMONI, Giancarla, GERARDI, Lucia Helena de Oliveira, **Considerações sobre a Transformação da Agricultura Tradicional em um Complexo Moderno**. Boletim de geografia – UEM – Ano 13 –Nº 13 – Outubro de 1995.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. A. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SANTOS, Laís Ribeiro dos. **Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação emancipatória**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação), Unesp, 2015.

SAUER, Sérgio. BALESTRO, Moisés V. (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição ecológica**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 328p.

SCNHEIDER, Sergio; MENEZES, Marilda; SILVA, Aldenor Gomes da; BEZERRA, Islandia (Orgs.). **Sementes e Brotos da Transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais**. Porto Alegre – RS. Editora da UFRGS. 2014.

SCHNEIDER, Sergio. MENEZES, Marilda A. **Inovações e atores sociais**. In: Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume 1/Org. CONTERATO, Marcelo Antonio. RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. SCHNEIDER, Sergio. Porto alegre: Ed. UFRGS, 2014.

SCHNEIDER, Sergio. ESCHER, Fabiano - **A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural** – Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai./ago. 2011, p. 180-219 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a08v13n27.pdf>. Acesso em 06/12/2016 acesso em 10 de janeiro de 2017.

SILVA, Jose Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, José Graziano da (s.d). **O novo rural brasileiro**, (mimeo). Publicado na revista Nova economia, Belo horizonte. 7(1):43-81 (maio de 1997). Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf. Acesso em 23 de outubro de 2016.

SILVA, J. G. **As possibilidades e as necessidades da ciência e da tecnologia na área das ciências agrárias**. Campinas: UNICAMP, 1988. (mimeo)

SILVEIRA, Márcio Rogério. LAMOSO, Lisandra Pereira. MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (org.) **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**– 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. Texto: Territórios conservadores de poder e redes sociais de poder: Para pensar além de Guarapuava-PR.

SULZBACHER, Aline Weber. S951a. **Política, Território, Poder e a agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul** / Aline Weber Sulzbacher. - Presidente Prudente: [s.n.], 2015

SUZUKI, Jorge Brunetti. OGM: aspectos polêmicos e a nova lei de biossegurança – publicado em março de 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8148/ogm-aspectos-polemicos-e-a-nova-lei-de-biosseguranca>> Acessado em 02 de novembro de 2016.

Sumiço de verba deixa assentamento em ruínas em Santana do Livramento. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/pagina/quem-e-quem.html> acesso em 10 de setembro de 2017.

STEDILE, João Pedro e GORGEN, Frei Sergio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Scritta, 1993.

STÉDILE, João Pedro (*org.*) (2005). **A questão agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1964-2003**. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2005.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 3º reimpressão/Setembro de 2005.

SILVA, Patrícia Martins da. et al. **Rede de Sementes Agroecológicas Bionatur uma trajetória de luta e superação**. Revista Agriculturas • v. 11 - n. 1 • abril de 2014. Disponível em: < <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Artigo-6.pdf> > Acessado em 21 de dezembro de 2016.

TORRENS, João Carlos Sampaio. **Alianças e Conflitos na Medição Política da Luta pela Terra no Paraná**. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. – 1978/90. Itaguaí. Rio de Janeiro, 1992. (Dissertação de Mestrado).

VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O Campesinato do Século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil**. Curitiba, novembro de 2004.

WEZEL, *et al.* **Agroecology as a science, a movement and a practice**. A review. 2009. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Desktop/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Capitulo%203%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o/2009_Wezel-et-al.pdf. Acesso em: 02 Dezembro de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A: 1 - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS A CAMPO.

Com as famílias camponesas CERTIFICADAS e em TRANSIÇÃO:

Dados de identificação:

Entrevistado (s):	
Assentamento:	
Comunidade:	
Data da entrevista:	

Nome	Membros da familiar	Idade	Trabalha? (Sim/Não)	Dentro ou fora da UPC (D/F)

Área total da Unidade de Produção Camponesa (UPC)	
Área total agricultável	
Área de produção agroecológica	

1. Qual a trajetória histórica da família no MST e no Assentamento?
2. Qual a trajetória histórica da família na produção agroecológica?
3. Qual era a produção antes da agroecologia? Como ela se dava? Para quem comercializava?
4. Quais motivos levaram a família a produzir de forma agroecológica?
5. Quais as Entidades ou Organizações que vem auxiliando a família na implementação da agroecologia na sua UPC e como?
6. Há políticas públicas que contribuem/apóiam práticas agroecológicas? Quais? A família às acessa?
7. Há venda de produtos convencionais?Quais? Onde comercializa?
8. Quais os principais produtos para auto-consumo que não são agroecológicos?

Sobre a certificação:

9. *A unidade de produção camponesa (UPC) é certificada?*

(família certificada)

- 9.1 *Como foi o processo de certificação?*

9.2 *Quais as dificuldades de se conseguir a certificação?*

(famílias não certificadas)

9.3 *Por que a família não é certificada ainda?*

9.4 *Quais as dificuldades de se conseguir a certificação?*

10. A produção agroecologia contribui para manter os jovens na UPC?
11. Os jovens estão dispostos a continuar trabalhando com a agroecologia?
12. O que mudou na UPC e na família desde a presença da agroecologia?
13. Quais os principais ganhos (avanços) resultante da produção agroecologia?
 - a- **Sociais:** (há tempo para lazer, participação na comunidade, interação com vizinhos.... se a saúde melhorou ...se a alimentação melhorou, variedade/quantidades de alimentos, se não há mais contaminação com agrotóxicos...)
 - b- **Econômicos:** (Se a renda aumentou, quanto do total da renda vem da produção agroecologia...)
 - c- **Ambientais:** (qualidade da água, do solo, ar, se aumentou a biodiversidade na propriedade...)
- 14- Quais são os principais desafios enfrentados para implementar a agroecologia?

APÊNDICE B: 2 - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS A CAMPO.

Com ENTIDADES e ORGANIZAÇÕES que auxiliam nas ações de agroecologia nos Assentamentos IAS e MF:

Dados de identificação:

Nome:	
Forma Jurídica:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	
Entrevistado (s):	
Data da entrevista:	

1. Qual a trajetória histórica da Entidade/Organização:
2. Quais as principais ações desenvolvidas?
3. Quais os principais avanços alcançados?
4. Quais são os principais limites?
5. Por que a Entidade/Organização apoia a agroecologia?
6. Quais são as principais ações estratégicas para o desenvolvimento da Agroecologia?
7. Quais os principais projetos na área da agroecologia?
8. Quais os principais desafios da disseminação da agroecologia?
9. Há diferenças entre trabalhar projetos agroecológicos com famílias assentadas e não assentadas?

APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Agroecologia – um território em construção: considerações acerca das experiências agroecológicas nos Assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire no Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR.

Pesquisador (a) responsável: Lisane Carvalho, discente do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Campus de Laranjeiras do Sul - PR, sob orientação da Professora Dr^a Anelise Graciele Rambo e Co-orientação da Professora Dr^a Janete Stoffel.

Convidamos o Sr. (a) a participar da presente pesquisa que tem o objetivo de: Analisar o processo de territorialização dos camponeses, através de experiências agroecológicas nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire no Município de Rio Bonito do Iguaçu – PR. Esta pesquisa possui finalidade didático-científica para elaboração da Dissertação de Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

A sua participação é muito importante e consistirá em responder as perguntas realizadas sob a forma de um questionário. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Destacamos que sua participação não acarretará nenhum prejuízo ou dano pelo fato de colaborar, assim como não terá nenhum ganho ou benefício direto. Informamos que o (a) senhor (a) não pagará nem será remunerado por sua participação.

Os riscos da aplicação deste questionário são possíveis constrangimentos que poderão surtir ao senhor (a) ser entrevistado sendo a entrevista suspensa automaticamente. Caso você tenha dúvidas sobre o comportamento dos pesquisadores ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considera prejudicado (a) em sua dignidade e autonomia, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Lisane Carvalho, Tel: 42 -991153746, e-mail: lisancar@gmail.com, endereço para correspondência: Rua Horacio Gonçalves, nº 697, Centro, CEP: 85340-000, Rio Bonito do Iguaçu/PR. ou consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, no endereço Rua General Osório, 413D CEP 89802-210, Caixa Postal 181, Bairro Jardim Itália/Chapecó/SC ou no telefone (49) 2049- 3114.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, solicitamos sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a).

() Autoriza fotografias e gravação de voz. () Não autoriza fotografias e gravação de voz.

Declaro estar ciente do exposto, e concordo em participar da pesquisa.

Nome do (a) participante

Assinatura do (a) participante

Nome do (a) pesquisador (a)

Pesquisadora Lisane Carvalho

Laranjeiras do Sul, _____ de _____ de 2017.